Mudança climática
Cidades precisam investir em adaptação, diz Andrew Harper, do Alto Comissariado da ONU para refugiados A5

Banco Central
Gabriel Galípolo deve ser anunciado em agosto como presidente do BC, diz colunista C1

Investimentos
Gestoras reduzem equipes e se unem; consolidação é esperada, diz Rudge, da Anbima C6

Sábado, domingo e segunda-feira, 6, 7 e 8 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6038 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Em reviravolta, esquerda barra extrema direita na França

De Brasília, São Paulo e Rio

Em uma reviravolta eleitoral, os franceses escolheram neste domingo (7) políticos de esquerda e de centro-esquerda para formarem maioria no Parlamento. As pesquisas de intenção de voto vinham mostrando que o resultado seria o oposto e que o partido de extrema direita, de Marine Le Pen, seria o vencedor, mas a legenda terminou apenas em terceiro lugar.

Dados oficiais citados pelo site do jornal francês "Le Monde" indicavam na noite de ontem que os esquerdistas da Nova Frente Popular (NFP) tinham obtido 182 assentos na Assembleia Nacional. É menos do que os 289 necessários para ter maioria absoluta em um total de 577 cadeiras, mas ainda assim a maior bancada.

A NFP reúne a extrema esquerda, os socialistas e os verdes e foi formada após o presidente Emmanuel Macron ter convocado eleições antecipadas no mês passado. O resultado tende a provocar estresse nos mercados, uma vez que a coalizão promete aumentar gastos, elevar o salário mínimo e reduzir a idade para aposentadorias.

Até ontem à noite Macron não havia anunciado nenhuma decisão sobre quem nomear como primeiro-ministro, uma vez que o atual, Gabriel Attal, antecipou que vai apresentar a renúncia nesta segunda-feira. Tampouco os partidos de esquerda tinham batido o martelo sobre um nome.

A aliança liderada por Macron ficou em segundo lugar, com 168 assentos, enquanto a extrema direita, de Le Pen e aliados, conquistou 143 cadeiras. No Brasil, a vitória da esquerda foi recebida com surpresa pelo governo: "Foi uma reversão rápida de tendência", disse fonte do Itamaraty ***(com agências internacionais)***. **Página A15**

● **Humberto Saccomandi:** Ganhar a eleição foi difícil, mas governar será ainda mais. **A15**

Emissão de debêntures trava mesmo com novas regras

Infraestrutura Mercado ainda aguarda por portarias ministeriais, importantes para reduzir insegurança jurídica

Liane Thedim e Rita Azevedo
De São Paulo

A edição da lei que criou as debêntures de infraestrutura e alterou regras das incentivadas completa seis meses sem que nenhuma operação sob as novas regras tenha saído do papel. A expectativa era que o decreto que regulamentou o instrumento, em março, fosse deslanchar as emissões, mas o texto decepcionou ao determinar que cada ministério deveria emitir documentos com critérios complementares. Até agora, não há portarias publicadas. Sem segurança jurídica para montar as operações, empresas e escritórios de advocacia congelaram projetos.

"As operações estão represadas e o fim do prazo das autorizações vigentes vai secar a linha de financiamento para infraestrutura", diz Mariana Guenka, do Souto Correa Advogados. Celso Contin, do Vieira Rezende Advogados, afirma que, no escritório, há R$ 1 bilhão em operações aguardando essas normas, sobretudo nos setores de energia, transportes e saneamento: "Ficamos frustrados. Todo mundo perde porque as empresas esperam para investir e deixam de gerar empregos, receita e pagar impostos", diz.

Só os ministérios de Minas e Energia (MME), dos Transportes e de Portos e Aeroportos deram passos para esclarecer dúvidas do mercado. O MME publicou orientações para a geração de energia por fonte renovável e a minigeração distribuída enquadrarem projetos. O ministério dos Transportes colocou minuta de portaria em consulta pública, à semelhança do que fez o de Portos e Aeroportos. Até a lei que criou as debêntures de infraestrutura e passou a reger as incentivadas, as empresas precisavam de autorização projeto a projeto, o que tornava o processo de montagem da operação mais lento. A nova legislação acabou com a exigência, mas previu que cada ministério elaborasse seu conjunto geral de regras. **Página C1**

Combate à poluição plástica

O acordo global de plásticos, previsto para este ano, tem o potencial de mudar as economias: "Não é um acordo contra os plásticos, mas contra os plásticos no meio ambiente", disse a diretora-executiva do Pnuma, Inger Andersen, à repórter Daniela Chiaretti. Página A18

Oferta elevada impulsiona o consumo de carne bovina

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Em meio ao debate sobre a inclusão ou não das carnes na cesta básica desonerada da reforma tributária, a pecuária de corte vive um bom momento. Com o ciclo de alta na oferta e ampliação no volume de abates — e a consequente redução de preços —, a consultoria Agrifatto estima que a produção da carne bovina deve crescer 8,8% neste ano, para 9,72 milhões de toneladas, e mesmo com o avanço das exportações, que poderão aumentar 15,5%, para 3,28 milhões de toneladas, quem consome a maior parte da carne produzida no país é o mercado doméstico. **Página B10**

Defasagem se mantém no preço dos combustíveis

Kariny Leal
Do Rio

Apesar do recuo recente do dólar nos últimos dias e do alívio nas cotações do petróleo tipo Brent na sexta-feira passada, os preços dos combustíveis da Petrobras no mercado doméstico continuam descolados da paridade de importação, de acordo com analistas ouvidos pelo **Valor**. A estatal não reajusta os preços da gasolina e do diesel desde o fim de 2023. Segundo cálculos da StoneX, a gasolina está 19,8%, ou R$ 0,56 por litro, abaixo do preço de paridade, e o diesel, 10,5%, ou R$ 0,37 por litro. **Página B1**

Uso da poupança traz riscos para inflação

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A força do consumo das famílias brasileiras em 2024 tem surpreendido os analistas. Diante desse cenário, economistas buscam entender o que pesa mais para o fenômeno: o crescimento da renda, diante de um mercado de trabalho apertado, ou o uso da poupança pelas famílias.

O movimento é relevante uma vez que pode ter desdobramentos sobre a inflação futura e, por consequência, sobre a política monetária em momento em que o Banco Central não vê espaço para seguir cortando juros. "Se essa taxa de poupança começar a cair, pode ter pressão maior de demanda e afetar indicadores de inflação", diz Bruno Martins, economista do BTG Pactual. **Página A4**

Ação afirmativa

Adriana Barbosa, fundadora da Feira Preta e CEO do PretaHub, relembra sua trajetória no podcast 'CBN Professional', do ativismo racial à gestão do maior evento de cultura negra da América Latina. Página B2

Alívio no câmbio deve ser limitado

Gabriel Caldeira
De São Paulo

Após um período turbulento, que levou o dólar ao patamar de R$ 5,70, o mais alto desde janeiro de 2022, a moeda americana acumulou três sessões seguidas de queda ante o real e se estabeleceu pouco abaixo da marca de R$ 5,50, puxada pela sinalização do governo em direção a cortes de gastos e indicadores econômicos mais fracos nos Estados Unidos. Mesmo assim, o mercado não vê o real recuperando toda a depreciação acumulada nos últimos meses, e o consenso entre a maioria dos agentes é que o dólar deve se manter em níveis mais altos. **Página C2**

Indicadores

Ibovespa	5/jul/24	0,08 % R$ 20,3 bi
Selic (meta)	5/jul/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	5/jul/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	5/jul/24	5,4964/5,4970
Dólar comercial (mercado)	5/jul/24	5,4612/5,4618
Dólar turismo (mercado)	5/jul/24	5,4974/5,6774
Euro comercial (BC)	5/jul/24	5,9504/5,9533
Euro comercial (mercado)	5/jul/24	5,9205/5,9211
Euro turismo (mercado)	5/jul/24	5,9852/6,1652

Destaques

Milei visita SC e critica esquerda
O presidente da Argentina, Javier Milei, criticou a esquerda, mas evitou citar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao participar ontem de evento da extrema direita, em Camboriú (SC). **A12**

Petrobras mira fertilizantes
A Petrobras busca um acordo com a Unigel para reassumir as fábricas de fertilizantes nitrogenados de Laranjeiras (SE) e Camaçari (BA), arrendadas em 2020 pela petroquímica. **B5**

Para ser duradouro, alívio no dólar exige medidas fiscais concretas

Sergio Lamucci

O governo conseguiu um alívio no câmbio na semana passada, depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recuou e afirmou ter compromisso com a responsabilidade fiscal, além de ter concordado com medidas de controle de gastos, embora ainda não detalhadas. Costuradas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as declarações de bom senso de Lula em relação às contas públicas serão testadas em breve. As incertezas fiscais permanecem elevadas, e exigem iniciativas concretas para serem reduzidas.

A situação das contas públicas tem um problema mais imediato e outro estrutural, que está longe de ter sido resolvido pelo novo arcabouço. Primeiro, os resultados mais recentes têm sido ruins. De janeiro a maio, por exemplo, as despesas primárias (não incluem gastos com juros) do governo central cresceram 13% acima da inflação, um ritmo muito acima dos 2,5% do teto previsto no arcabouço, como lembra o economista-chefe da Tullett Prebon, Fernando Montero.

Nos 12 meses até maio, o déficit primário ficou em R$ 262,7 bilhões, o equivalente a 2,4% do PIB, pelo critério do Tesouro. Mesmo excluindo da conta os mais de R$ 90 bilhões dos gastos extraordinários com precatórios em dezembro de 2023, o rombo ainda fica em R$ 170,3 bilhões, ou 1,5% do PIB, destaca a MCM Consultores Associados, observando que é um número muito distante da meta de resultado primário zero prevista neste ano — ou mesmo da margem de tolerância, de um déficit de até 0,25% do PIB em 2024.

Esse quadro ocorre mesmo com uma arrecadação forte, diz Montero, notando que, de janeiro a maio, a receita líquida atingiu nível recorde como proporção do PIB. Segundo ele, há antecipações de gastos e despesas extraordinárias, como o pagamento de precatórios e do 13º de aposentados e pensionistas, mas ainda assim o resultado é ruim.

"O trailer é feio, a despeito da boa arrecadação", resume Montero. Ele escreve que esse "deve ser o pior momento dos números; os próximos meses terão alívio em despesas antecipadas neste ano e possíveis reforços de receitas", por exemplo. Além disso, há justificativas para mais gastos fora do teto neste ano, como os relacionados ao combate dos efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul. "Mas a foto é horrível, o filme até aqui é péssimo e o trailer para o segundo semestre depende de uma narrativa que hoje chega cansada ao mercado", avalia ele, para quem, "como na política monetária, sinais de comprometimento efetivo com as metas nunca foram tão importantes".

Nesse cenário, ganha destaque o anúncio de contingenciamento de gastos ser feito em 22 de julho, no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do terceiro bimestre. Entre especialistas, o intervalo das estimativas do valor necessário para o cumprimento da meta deste ano é dilatado, variando de R$ 15 bilhões a mais de R$ 40 bilhões. A expectativa é que o governo anuncie um número próximo ao do piso dessas estimativas. Além da divulgação de um valor crível para o orçamento de 2024, é importante um detalhamento maior de como serão feitos os cortes de R$ 25,9 bilhões em 2025, a serem obtidos com um pente fino em benefícios sociais, segundo anunciado por Haddad.

O quadro fiscal não é explosivo no curto prazo, mas a trajetória das contas públicas preocupa. A dívida bruta brasileira, que bateu em 76,8% do PIB em maio, é mais alta que a média dos emergentes, de 70,3% do PIB, segundo a estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano, mas o nível não é o maior problema. O ponto é o ritmo de crescimento do indicador, que fechou 2022 em 71,7% do PIB. Nas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI) para os próximos 10 anos, o endividamento bruto brasileiro aumentará continuamente até 2034, atingindo então 100,6% do PIB. As projeções da IFI consideram, para o período de 2026 a 2034, crescimento médio do PIB de 2,2%, resultado primário médio deficitário em 1% do PIB e juros reais médios (descontada a inflação) de 4,2%. Para 2024 e 2025, a IFI, órgão de acompanhamento fiscal vinculado ao Senado, projeta rombos primários de 0,7% do PIB, indicando que as metas deste ano e do próximo, de déficit zero, não serão cumpridas.

Pelas previsões da IFI, o novo arcabouço fiscal não estabiliza a dívida pública como proporção do PIB ao longo do tempo. Para que isso ocorra com os parâmetros da nova regra, é necessário um aumento de receitas muito forte, que não deverá se concretizar. A estratégia de ajuste pelo lado da arrecadação dá sinais de esgotamento. Com isso, é fundamental tomar medidas estruturais pelo lado do gasto, como desvincular benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo e o piso de gastos com saúde e educação da receita. Lula, porém, negou que pretenda seguir esse caminho nas diversas entrevistas das últimas semanas.

A adoção ou não de medidas concretas mostrará se o presidente do fato mudou de ideia, após ter dito na quinta e na sexta-feira que o seu governo tem compromisso com a responsabilidade fiscal. No curto prazo, isso ficará mais claro com o anúncio de iniciativas de controle de gastos para 2024 e 2025.

Para reduzir mais o risco fiscal, também seria importante anunciar um plano para deter o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias. Sem isso, os gastos discricionários (aqueles sobre os quais o governo tem controle, como investimentos) serão comprimidos e a dívida pública vai seguir em alta. Nas previsões da IFI, mantidas as condições hoje presentes no cenário fiscal, haverá em 2027 um "estrangulamento orçamentário", com as despesas obrigatórias comprimindo a margem das despesas discricionárias não rígidas ao nível de 0,25% do PIB. Para a instituição, o nível mínimo de execução desses gastos para manter a máquina governamental funcionando é de 0,7% do PIB, dos quais "0,4% do PIB para o custeio e de investimentos somados a 0,3% do PIB de investimentos mínimos de manutenção".

O custo de Lula negligenciar a responsabilidade fiscal ficou claro nas últimas semanas. O dólar bateu em R$ 5,70, um movimento também alimentado pelas suas críticas ao Banco Central (BC) e pelos sinais de que ele quer no comando da instituição a partir de 2025 alguém que esteja no cargo para reduzir os juros. Com as declarações de Lula sobre a importância do ajuste das contas públicas e os cortes de gastos anunciados por Haddad, o dólar caiu para R$ 5,46, ainda assim um nível elevado. Um câmbio muito desvalorizado pode pressionar a inflação e levar a Selic a ficar alta por muito tempo ou até mesmo subir — tudo o que Lula não quer.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Relações externas Esforço para conciliar saída para gestão Maduro fracassa e pode afetar clima na AL

Impasse na Venezuela pode constranger governo Lula

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

Uma das principais apostas do governo Luiz Inácio Lula da Silva para a política externa, a eleição presidencial na Venezuela caminha para um cenário incerto e que pode desembocar numa situação de constrangimento para a gestão petista. Todos os esforços de Lula para conciliar uma saída para o regime de Nicolás Maduro caíram por terra e, agora, há um temor crescente de que o pleito, previsto para o fim de julho, volte a acirrar o clima no continente.

A última investida de pacificação envolveu, inclusive, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, que tem se debruçado sobre o impasse. Há algumas semanas, Petro procurou o presidente brasileiro para saber se poderia contar com o seu apoio numa proposta para que tanto Maduro quanto o candidato da oposição, Edmundo González Urrutia, assinassem uma espécie de anistia política. Desta forma, qualquer que fosse o candidato vencedor, o outro lado teria imunidade.

O **Valor** apurou que, ao ouvir proposta, Lula assentiu, o que foi crucial para que o presidente colombiano levasse a ideia à frente. A sugestão incluía também a realização de um plebiscito para que o próprio povo venezuelano chancelasse a anistia no pleito presidencial. Apesar de todo o esforço, segundo interlocutores, tanto Maduro quanto Urrutia não quiseram se comprometer e essa solução perdeu força.

O assunto é sensível porque há uma preocupação comum, ao Brasil e à Colômbia, com o alargado período entre a eleição venezuelana e a posse do novo presidente. Na prática, são quase seis meses entre os dois marcos. Em caso de ofensiva do vencedor contra o lado perdedor, isso pode respingar em toda a região, incluindo o Brasil, que tentou se cacifar como mediador da situação no país vizinho.

Essa não foi a única tentativa malsucedida de Lula para a crise na Venezuela. O presidente brasileiro também chegou a intermediar o contato com a União Europeia (UE) para que o bloco enviasse observadores para a eleição venezuelana — o que traria mais legitimidade ao resultado eleitoral. Como condição para permitir isso, Maduro pediu, por sua vez, a derrubada das sanções político-econômicas que a UE mantém contra o país sul-americano.

O **Valor** apurou que Lula, então, tentou convencer a UE a aceitar tal pedido, mas ouviu que não haveria tempo hábil para essa operação, pois isso demandaria aprovações dos diversos países que compõem o bloco europeu. Ao levar a tréplica para Nicolás Maduro, o presidente brasileiro foi convencido, por fim, de que o imbróglio não teria um final positivo.

Além disso, há uma ala da gestão petista que defende que o Brasil alerte a Venezuela o quanto antes que — não importa qual seja o resultado do pleito — o governo brasileiro vai reconhecer o vencedor das eleições assim que a apuração for concluída, como forma de estabilizar a temperatura política.

No Ministério das Relações Exteriores, porém, essa sugestão ainda não estaria pacificada.

A todas essas tentativas, somam-se ainda os constrangimentos deixados pela impossibilidade de a oposição venezuelana concorrer com os nomes que pretendia inicialmente. Isso porque Corina Yoris, candidata à presidência indicada pela Plataforma Unidade Democrática (PUD), não conseguiu se registrar para o pleito dentro do prazo, fato que gerou repercussão internacional. Ela havia sido indicada para a disputa pela ex-deputada María Corina Machado, vencedora das prévias da oposição e que também foi tornada inelegível por 15 anos pela Justiça do país em 2023.

A decisão da Venezuela de barrar dois nomes da oposição chegou a gerar irritação de Lula, que demonstrou incômodo com essa situação em eventos públicos. Todos esses episódios acabam por enfraquecer um dos principais objetivos do governo petista neste terceiro mandato do presidente: auxiliar no fim da crise venezuelana para gerar unidade no grupo do Mercosul.

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Lula: fracasso na principal aposta da política externa brasileira

Presidente deve reencontrar Mercosul esvaziado e clima hostil

De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca em Assunção nesta segunda-feira sob o risco de encontrar o clima mais hostil entre todas as cúpulas do Mercosul das quais ele já participou desde seu primeiro mandato, em 2003. Será a primeira reunião do bloco com Javier Milei na presidência da Argentina. O líder ultraliberal já confirmou que não participará do encontro, mas no Palácio do Planalto e no Itamaraty existem receios de que, mesmo ausente, ele poderá causar transtornos e constrangimentos ao Brasil.

A nova postura argentina se soma à do presidente uruguaio, Luis Alberto Lacalle Pou — que, embora menos incisivo do que Milei, já se colocou em encontros anteriores como antagonista e crítico de Lula. O petista tem boa relação com o paraguaio Santiago Peña, mas não tem alinhamento político com ele.

Mesmo ausente da cúpula, Milei esteve em solo brasileiro no último sábado para participar de uma cúpula conservadora, onde se encontrou com o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras lideranças da extrema-direita internacional. No poder há menos de um ano, o argentino já tem um histórico de atritos com o Lula , a quem já chamou abertamente de "corrupto" em diversas ocasiões, sem retratação.

A Argentina será representada em Assunção pela chanceler Diana Mondino. Apesar de ela adotar tradicionalmente um tom comedido, o Itamaraty vem encontrando dificuldades para que Buenos Aires concorde em firmar uma declaração conjunta condenando a tentativa de golpe sofrida em 26 de junho pela Bolívia, o mais novo membro pleno do bloco.

O comunicado vem sendo negociado entre os diplomatas dos membros fundadores do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), além dos bolivianos.

Um dia após a tentativa de golpe na Bolívia, o Mercosul emitiu nota em que rejeitava "qualquer tentativa de mudança de poder por meio da violência e de forma inconstitucional que atente contra a vontade popular, soberania, autodeterminação dos povos e que vulnerabilize a estabilidade política e social do país irmão".

Apesar disso, Milei afirmou acreditar que a tentativa de golpe havia sido fabricada pela gestão do presidente boliviano, Luís Arce. Em sua conta no X, ele afirmou que "a fraude montada na Bolívia é conhecida, e o perfeito idiota, em vez de admitir seu erro, me critica por deixar sua estupidez à vista".

Interlocutores do governo brasileiro admitem que são grandes as chances de a Argentina causar constrangimentos sobre esse tema em Assunção.

Dos agora cinco membros plenos do bloco, o líder único do campo de esquerda, além de Lula, é Luís Arce. Mas ele está rompido com outro aliado histórico de Lula, o ex-presidente Evo Morales — que, assim como Milei, vem disseminando a tese de golpe fraudado.

Fontes do governo brasileiro afirmam que essa cisão na Bolívia é um "fator de turbulência" no país vizinho, que Lula visita na terça-feira. Não há previsão de encontro entre Lula e Morales em solo boliviano, embora o Itamaraty admita que existam "contatos" entre os dois. E que o petista trabalha por um "entendimento" entre Morales e Arce.

"Vocês sabem que o presidente Lula e o ex-presidente Evo tinham uma excelente relação e continuam tendo. Então, existem contatos", disse na semana passada a embaixadora Gisela Padovan, secretária de América Latina e Caribe do Itamaraty. "É mais do que natural que [...] o presidente tente compor com duas autoridades que são, inclusive, do mesmo movimento." *(FM e RT)*

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jun/24 0,40%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024			
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio 2024	Janeiro-maio 2023	Var. %	maio 2024	maio 2023	Var. %
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mai/23 Valor	mai/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noninimais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Conjuntura Famílias têm sustentado atividade, mas analistas veem risco de 'queima' de reserva financeira

Economistas temem que uso de poupança no consumo puxe inflação futura

Anaïs Fernandes
De São Paulo

Enquanto a força do consumo das famílias brasileiras em 2024 tem surpreendido mesmo os analistas mais otimistas, economistas buscam entender o que pesa mais para o fenômeno, se o crescimento da renda, diante de um mercado de trabalho apertado, ou um efeito de despoupança das famílias. A origem do movimento importa porque, a depender, há desdobramentos para a inflação à frente e, consequentemente, para a política monetária, em um momento em que o Banco Central já não vê espaço para seguir cortando juros.

A expectativa mediana dos agentes do mercado para o crescimento do consumo das famílias em 2024 aumentou quase um ponto percentual desde o início do ano, de 1,9% em janeiro para 2,8% na última pesquisa Focus, do BC. A própria autoridade monetária tem, agora, uma estimativa superior a essa mediana.

No Relatório de Inflação (RI) do segundo trimestre, divulgado no fim de junho, o BC atualizou sua projeção para crescimento do consumo das famílias neste ano de 2,3% para 3,5%, notando que passou a esperar que ele suba mais do que em 2023, quando avançou 3,1%, "mesmo com a redução do ritmo de expansão dos benefícios sociais", diz o BC no relatório.

"Tem taxa de poupança e estoque de ativos financeiros das famílias elevados, espaço para aumento de gastos [das famílias] e um mercado de trabalho muito aquecido, com salários subindo", afirma Bruno Martins, economista do BTG Pactual. "É uma perspectiva desafiadora para o BC", diz, projetando alta de 4% para o consumo das famílias no PIB deste ano.

Os indicadores do banco não indicam, segundo Martins, que houve despoupança das famílias neste ano. "O indicador de poupança continuou subindo. Inclusive, atingiu o maior valor da série, excluindo o período da covid-19, de muita expansão fiscal", diz.

Sem contar o período da pandemia, que tornou a avaliação mais difícil, observa Martins, o pico do indicador de taxa de poupança das famílias elaborado pelo BTG foi de 9,4% em 2017, na média móvel de quatro trimestres; em março deste ano, bateu 9,6%.

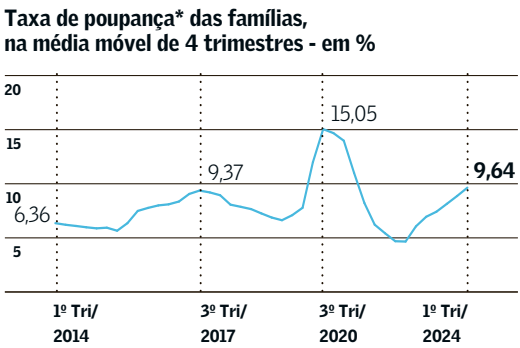
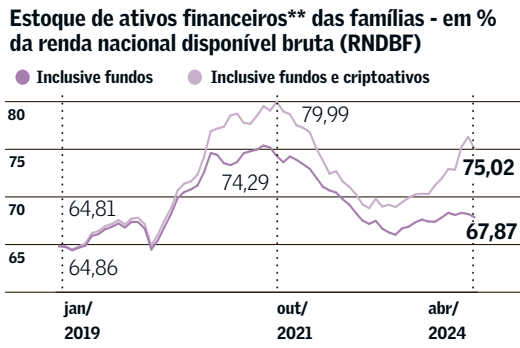
"Apesar do crescimento do consumo das famílias de 1,5% no PIB do primeiro trimestre, o crescimento da massa salarial, da renda disponível das famílias foi ainda maior. Acho que esse crescimento do consumo das famílias é totalmente explicado pelo crescimento da renda", afirma.

Fernando Montero, economista-chefe da corretora Tullet Prebon, destaca que o consumo das famílias subiu 4,4% no primeiro trimestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2023, acima do PIB, que cresceu 2,46%. Com isso, diz, o consumo das famílias escalou de 63,2% do PIB nos três primeiro meses de 2023 para 64,9% em 2024. Nesse mesmo intervalo, a poupança bruta na economia como um todo perdeu 1,3 ponto percentual, de 17,5% do PIB no primeiro trimestre de 2023 para 16,2% em 2024.

Contrariando o que poderia depreender-se disso, afirma Montero, as famílias nunca consumiram tão pouco e/ou pouparam tanto de sua renda disponível quanto nesta entrada de ano. Em 2024, o consumo das famílias como porcentagem da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF), calculada pelo BC, em um primeiro trimestre foi o mais baixo da série, iniciada em 2003, nota Montero. A RNDBF considera salários, benefícios previdenciários, transferências de programas sociais e outras fontes, como aluguéis e aplicações financeiras.

No primeiro trimestre de 2024, o consumo das famílias representava pouco mais de 90% de sua renda bruta disponível, indica a Tullet. No mesmo período de 2023, essa porcentagem encostava em 93% e, em 2022, em 95%. No ápice da série, superou 96% em 2008, e, no ponto mais baixo até 2024, ficou um pouco acima de 91% em 2009.

"A explicação está na renda recorde das famílias vindo das transferências e gastos líquidos do setor público, que é o real despoupador no sistema", escreve Montero em relatório.

Armando Castelar, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), concorda que o governo é um "despoupador clássico". Mas ele diz também que o fato de a renda disponível bruta das famílias ter registrado queda entre o primeiro trimestre de 2024 e o último de 2023 sugere que o crescimento do consumo no PIB no período pode ter ocorrido às custas de uma queda da poupança das famílias, na esteira de uma melhora das condições de crédito.

A renda disponível bruta das famílias somava R$ 682,1 bilhões na média móvel trimestral até dezembro de 2023, em valores constantes, corrigidos pelo IPCA e com ajuste sazonal, observa Castelar. Em março deste ano, esse valor estava em R$ 680,16 bilhões. "Se a renda não aumenta, para continuar consumindo, a pessoa pode tirar o dinheiro da poupança, se tiver, ou pegar dinheiro emprestado. Olhando o macro, é a soma das coisas. O crédito ajuda a explicar a despoupança. Obviamente, a contrapartida disso é uma piora no balanço das famílias", diz Castelar.

Montero pondera que a renda bruta das famílias cedeu 0,28% no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023, mas após disparar 3,93% no fim do ano passado, já que o pagamento do estoque de precatórios precisava ser contabilizado até o fim de dezembro para não contaminar o resultado primário de 2024.

Martins, do BTG, observa que outro indicador do banco, que mede o estoque de ativos financeiros nos balanços das famílias, também continua em patamar alto, o que, segundo ele, "conversa com a ideia de que não houve despoupança, mas, de fato, um crescimento muito forte da massa salarial".

> "A ideia da política monetária com a Selic elevada é colocar um freio"
> *Armando Castelar*

O crescimento da poupança agora impõe um risco maior para a inflação à frente, alerta Martins. "Se, em algum momento, essa taxa de poupança começar a cair, ou seja, se de fato acontecer despoupança, pode ter uma pressão ainda maior de demanda e isso pode afetar indicadores de inflação."

Montero, da Tullet, diz que, a princípio, achava que a renda das famílias no trimestre até maio — dado que ainda não foi divulgado pelo BC — poderia ceder, conforme saísse da conta o fluxo de precatórios antecipados em fevereiro.

Os dados fortes do IBGE para o mercado de trabalho e os gastos do governo no período, no entanto, trazem dúvidas para essa perspectiva. A massa de rendimentos habituais reais no trimestre até maio avançou 9% no último ano, enquanto a despesa primária do governo federal acumula alta de 13% real este ano, cita Montero. "São valores fortes, sobre bases elevadas, somando pedaços enormes do PIB e ocorrendo em paralelo."

Na avaliação de Yihao Lin, economista da Genial Investimentos, o crescimento do consumo das famílias mais forte do que o do PIB no primeiro trimestre de 2024 e a contração da taxa de poupança da economia, em relação ao mesmo período de 2023, são indícios de que houve despoupança das famílias, mas ele pondera que esse não deve ter sido o fator principal para o crescimento do consumo. "É um adicional, mas a gente tem de lembrar que teve o pagamento de precatórios, políticas fiscais como aumento do salário mínimo, maior orçamento de investimentos", diz.

Ainda que o cenário para juros não seja tão favorável como se chegou a pensar, aponta Castelar, a tendência ainda é de maior disponibilidade de crédito às famílias, o que também tende a ajudar o consumo ao longo do ano. "A ideia toda da política monetária com a taxa Selic elevada é colocar um freio nisso, mas a dinâmica ainda deve ser de influência grande do consumo", afirma.

Lin diz que não é 100% dos fortes ganhos salariais e do ritmo de crescimento do mercado de trabalho que se traduz em atividade. "Quando olhamos para dados de crédito e de endividamento das famílias, que têm melhorado ou, pelo menos, ficado estáveis, suspeitamos que parte desses ganhos estão sendo direcionados para o pagamento de dívidas. Essas composição de um mercado de trabalho com ganhos de renda para as famílias, que, por sua vez, estão conseguindo controlar suas dívidas, ainda é bastante benigna para o consumo, por mais que a taxa de juros esteja elevada", afirma.

LEO PINHEIRO/VALOR

Bruno Martins: crescimento da massa salarial e da renda disponível explica consumo mais do que poupança

Cofrinho

Poupança das famílias engorda com ajuda de criptoativos

Taxa de poupança* das famílias, na média móvel de 4 trimestres - em %

Estoque de ativos financeiros das famílias - em % da renda nacional disponível bruta (RNDBF)**

Fonte: BTG Pactual. * Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF) menos o consumo, em valores correntes, dividido pela RNDBF.
** Papel moeda em poder do público, depósitos de poupança, depósitos a prazo para pessoas físicas e fundos

Criptos reforçam ativos das famílias

De São Paulo

É difícil explicar uma taxa de poupança tão alta como a apontada atualmente pelos indicadores do BTG Pactual com um nível de desemprego também muito baixo, diz o economista do banco Bruno Martins.

"Geralmente, em crises econômicas, quando há risco de perda do emprego, as pessoas acabam sendo mais conservadoras e poupam mais. Isso aconteceu em 2015, 2016, 2017, quando teve aquela crise terrível e a taxa de poupança saiu de 6% para 9,4%", recorda. "Depois, a crise foi passando e a taxa de poupança foi caindo, porque as pessoas ficam mais confortáveis em gastar."

O juro ainda elevado é um fator que pode estimular as pessoas a pouparem mais, segundo Martins. "O custo-oportunidade do tempo e do dinheiro é maior. Mas, mesmo assim, a Selic já atingiu níveis mais altos no ano passado do que agora", afirma.

Martins chama a atenção para um outro fator: o peso dos criptoativos na poupança das famílias. A partir de dados, por exemplo, do Banco Central e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o BTG calcula que os ativos financeiros — depósitos à vista e a prazo, fundos de investimentos etc. — de pessoas físicas no varejo (excluindo altíssima renda) representavam 67,87% da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF) em abril.

Quando criptoativos são incluídos na conta, essa proporção sobe para 75,02%.

"É claro que tem um efeito de preço. Quando o preço do bitcoin, por exemplo, sobe, o valor desses ativos financeiros sobe. Mas não é só isso. Vemos um fluxo de importação e exportação de critpmoedas", afirma Martins.

Os brasileiros, diz, estão comprando cada vez mais. "No ano passado, foi mais de US$ 1 bilhão por mês em compra desses ativos e, esse ano, se intensificou. Isso pode estar fazendo com que as pessoas poupem mais. Elas são incentivadas a aplicar em algo com que acham que podem ganhar dinheiro rapidamente", afirma Martins.

Em relatório, Rafael Murrer, economista do Bradesco, também destaca que as importações de criptoativos têm ganhado tração. "No acumulado em 12 meses, o saldo de criptoativos é negativo em US$ 15,3 bilhões e o déficit histórico chega a quase US$ 40 bilhões." O resultado efetivo até maio anualizado aponta para um déficit de US$ 17,6 bilhões, segundo Murrer.

75,02%
é o estoque de ativos financeiros incluindo criptos

Ambiente Diretor de órgão da ONU para refugiados sugere mais investimentos em infraestrutura para mitigar efeitos de mudanças provocadas pelo clima

Para Acnur, é preciso adaptar cidades contra catástrofes climáticas

Rafael Vazquez e Daniela Chiaretti
De São Paulo

Habituado a lidar com pessoas deslocadas à força por causa de conflitos bélicos, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) tem se visto forçado a declarar emergências ao redor do mundo após eventos climáticos extremos e desde 2020 conta com um conselheiro especial próprio para lidar com o tema. Andrew Harper, funcionário de carreira da ONU desde a década de 1990, esteve no Rio Grande do Sul no mês passado e constatou pessoalmente que a maior tragédia relacionada ao clima com consequências humanitárias no Brasil entra para uma longa lista de desastres que não devem cessar tão cedo, caso as autoridades governamentais e a sociedade não entendam o tamanho da ameaça.

Em conversa exclusiva com o **Valor**, o conselheiro especial para ação climática do Acnur pediu urgência para que as cidades se preparem para um novo cenário global, seja com medidas para proteger as populações de chuvas mais intensas, ondas de calor ou outros fenômenos extremos ligados ao clima.

"Se não houver investimentos na adaptação [aos impactos das mudanças climáticas], as pessoas que irão se adaptar", comenta Harper, em referência ao aumento dos deslocamentos forçados devido a eventos climáticos extremos como as chuvas que aconteceram no Rio Grande do Sul.

Ou seja, se não há investimentos para reduzir os impactos e aumentar a resiliência dos lugares, os afetados migram para outros países ou para regiões dentro do próprio país. São refugiados climáticos, embora a ONU não use essa nomenclatura.

Ele explica que, por definições internas, o Acnur considera que alguém é refugiado somente quando se trata de uma pessoa que cruzou uma fronteira internacional. No entanto, pondera que "vítimas de desastres naturais também acabam se vendo forçadas a fugir sem a segurança adequada dos lugares onde vivem. Por isso, a agência da ONU costuma definir as pessoas que perdem suas moradias em eventos climáticos extremos como "deslocados internos".

> "Existem muitas pessoas deslocadas à força em nosso mundo conturbado"
> *Filippo Grandi*

Segundo Harper, que já conduziu pelo Acnur a retirada em segurança de civis afetados por conflitos como a Guerra do Iraque, as mudanças climáticas hoje representam uma ameaça com potencial de promover deslocamentos forçados tanto quanto conflitos armados e o aumento da xenofobia observada na Europa.

Em discurso no Quênia, em junho, Filippo Grandi, alto comissário das Nações Unidas para Refugiados, disse que, segundo relatório recente do Acnur, 75% dos deslocados estão no Sul global. "Existem muitas pessoas deslocadas à força em nosso mundo conturbado: 120 milhões em nossa última contagem, incluindo refugiados e pessoas que buscam refúgio dentro de seu próprio país, a quem chamamos de deslocados internos", disse Grandi.

"O deslocamento forçado e a migração irregular são questões globais, tão importantes para o nosso futuro quanto as mudanças climáticas, pandemias ou paz e segurança", seguiu Grandi.

Conforme complementa Harper, há semelhanças entre um refugiado clássico que foge de um conflito ou perseguição política e um refugiado climático. "É interessante porque, tirando a questão internacional, é uma situação similar, embora o inimigo não seja um governo estrangeiro ou uma milícia. O inimigo é o meio ambiente. É o clima que está nos atacando", observa.

Andrew Harper: "Se não houver investimentos na adaptação, as pessoas que irão se adaptar"

GABRIEL REIS/ VALOR

Rio Grande do Sul

Ao comentar especificamente sobre o Rio Grande do Sul, onde esteve presencialmente acompanhando o trabalho de agentes do Acnur em Porto Alegre, Harper ressaltou ainda que agência da ONU notou, assim como em outros eventos climáticos extremos, que estrangeiros em situação de refúgio acabaram sendo afetados de maneira até proporcionalmente maior pelas enchentes em comparação à população local.

Segundo ele, a agência conclui que isso é consequência da vulnerabilidade a que normalmente refugiados, principalmente os mais recém-chegados, enfrentam quando chegam em um novo país. Embora o Acnur busque dar amparo a esse público quando tragédias como a do Rio Grande do Sul acontecem, no trabalho de campo, os agentes prestam auxílio a todas as vítimas e buscam identificar quem são os refugiados que viviam no local atingido.

"Por isso é tão importante incluir os refugiados nos planos [de adaptação à mudança climática]. Porque, se incluir os refugiados, você tem quase todos os outros públicos cobertos por já estar lidando com uma população que está se sentindo isolada. Muitas vezes, por não dominarem perfeitamente o idioma e não terem todos os documentos, refugiados acabam vivendo justamente nas periferias das grandes cidades, locais que costumam ser mais afetados", explica.

Apesar da constatação, que segundo ele, se repetiu no Rio Grande do Sul com uma proporção grande de refugiados venezuelanos gravemente afetados, Harper elogia os esforços do Brasil em receber estrangeiros em situação de refúgio. Para o conselheiro do Acnur, a Operação Acolhida, que ajuda venezuelanos a conseguirem os documentos necessários e empregos ao redor de todo o país, é um exemplo positivo de inclusão de refugiados para todo o mundo.

Harper, contudo, pede que os governos de todas as esferas e as empresas continuem contribuindo e coloca o Acnur à disposição para ajudar nos processos. "O nosso trabalho é proteger os refugiados e apoiar os governos e as comunidades afetadas", conclui.

Programas sociais MDS poupou R$ 9,5 bilhões em correção de pagamentos em 2023

‘Economia’ com corte no CadÚnico pode ir para novos beneficiários

Marsílea Gombata
De São Paulo

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) economizou cerca de R$ 9,5 bilhões em correção de pagamentos em 2023 e, com base nos primeiros sete meses do ano, pode vir a poupar montante similar em 2024.

Esses recursos estão ligados à exclusão de mais de 6,7 milhões de cadastros do Cadastro Único (CadÚnico) desde o início de 2023, total que pode chegar a mais de 7 milhões no fim deste mês.

Embora o CadÚnico não seja o alvo, o governo prepara uma revisão de benefícios sociais para concretizar o corte de R$ 25 bilhões no orçamento do ano que vem.

Em 2023 foram R$ 11 bilhões em correção de pagamentos que, no fim do ano, geraram economia de cerca de R$ 9,5 bilhões. De janeiro até julho deste ano, a correção de pagamentos acumulou R$ 9,5 bilhões. Os recurso totais economizados em 2024, contudo, serão conhecidos apenas quando terminar o ano, afirma Letícia Bartholo, secretária de Avaliação, Gestão da Informação e CadÚnico.

“Ao longo do ano, esses recursos são revertidos para o próprio Bolsa Família, permitindo a entrada de novas famílias e, portanto, garantindo que o programa seja capaz de apoiar famílias que tenham sofrido choques negativos de renda monetária que as levem, ainda que temporariamente, à situação de pobreza”, afirma ao **Valor**.

Ela afirma que, desde o ano passado, as ações de integração de dados do CadÚnico, emprego e Previdência tornaram-se “rotina”, permitindo mais agilidade na verificação de rendimento.

“Elas [as ações] respondem por 70% das correções de pagamento efetuadas ao longo de 2024 e garantem complementariedade entre as proteções do mercado de trabalho, da Previdência e da assistência social”, diz Bartholo.

Segundo dados fornecidos pelo MDS, na ação de qualificação cadastral de 2023 quase 18 milhões de famílias foram convocadas para atualizar seus cadastros.

Destas, 12,9 milhões foram chamadas por inconsistência nas informações sobre renda ou composição familiar. Do total neste grupo, 7,9 milhões atualizaram seus cadastros, mas 4,5 milhões tiveram o cadastro excluído porque não o fizeram.

Ainda no processo iniciado em 2023, outras 4,9 milhões foram convocadas por conta dos cadastros desatualizados há mais de dois anos, das quais 930 mil atualizaram os dados e 1,5 milhão não o fizeram e acabaram sendo excluídas.

Na qualificação cadastral deste ano, o MDS convocou quase 7 milhões de famílias para atualizar o cadastro, sendo 2,2 milhões por inconsistência nas informações e 4,7 milhões por informações que estão sem atualização há mais de dois anos.

Até agora, 1,1 milhão de famílias chamadas por dados inconsistentes atualizaram o cadastro, e outras 870 mil com dados antigos atualizaram informações.

O prazo para as famílias que foram convocadas neste ano regularizarem sua situação vai até janeiro de 2025. A expectativa é que as convocações para revisão cadastral comecem a ser automatizadas, de acordo com o MDS.

Foram excluídos ainda do CadÚnico 750 mil cadastros de pessoas por óbito entre maio de 2023 e fevereiro de 2024.

Com a atualização automática das informações de renda, a partir de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) — que reúne os vínculos trabalhistas e previdenciários de uma pessoa —, o MDS realizou quatro revisões de cadastros relativas a renda.

O último processo, feito em maio deste ano, deve resultar em outras 395 mil famílias beneficiarias do Bolsa Família cuja renda familiar per capita ultrapassa meio salário mínimo com o benefício cancelado neste mês.

Outras 178 mil famílias que tinham renda per capita inferior a R$ 218 e passaram a receber mais, mudarão de categoria no programa, enquanto outras 646 mil com renda per capita entre R$ 218 e meio salário mínimo devem entrar na regra de proteção, que garante 50% do benefício para quem está empregado por até dois anos.

A próxima revisão desse tipo deve ocorrer no fim de setembro.

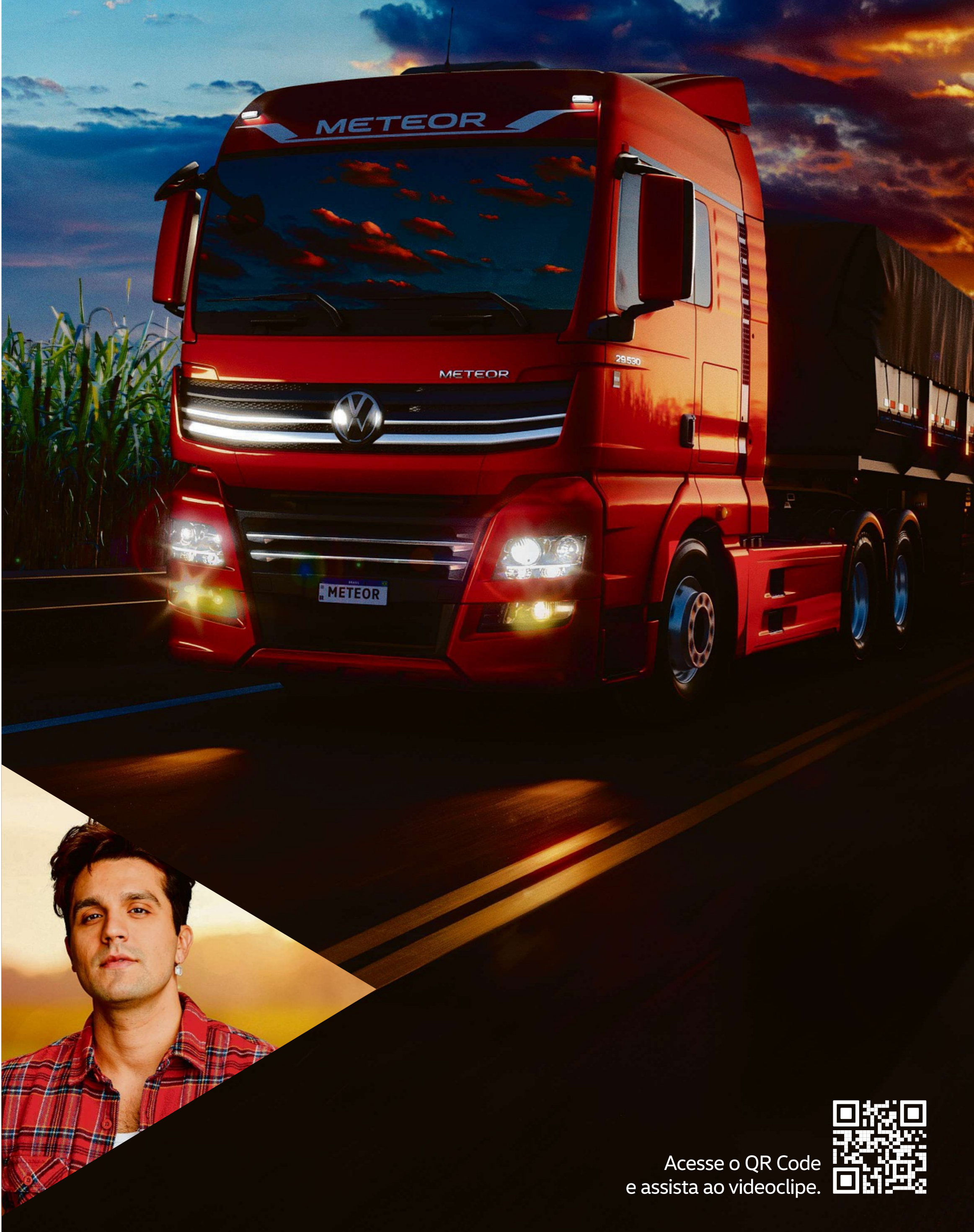
Além da automatização da revisão dos cadastros, a partir de dados do CNIS, o MDS colocará em vigor neste mês um novo indicador para incluir famílias no CadÚnico.

O Índice de Vulnerabilidades Sociais no Cadastro Único (IVCAD) sintetiza seis dimensões de situações de vulnerabilidades sociais através das informações no CadÚnico, com base em 40 indicadores.

De acordo com o MDS, o IVCAD ajuda a identificar tanto as famílias vulneráveis quanto suas situações de vulnerabilidades.

A ideia é que o IVCAD reúna informações que servirão de subsídios para a elaboração de políticas públicas e fomento e uso do CadÚnico por outros órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e distritais.

ROGERIO VIEIRA/VALOR
Bartholo: Integração de dados

IBAMA
PROCONVE
HOMOLOGADO
Paz no trânsito começa por você.
METEOR
METEOR
29.530
METEOR
Acesse o QR Code
e assista ao videoclipe.

Diplomacia Negociadores acordaram em tirar temas delicados da geopolítica de comunicados feitos pelos grupos de trabalho

No G20, guerras ficarão fora de declarações ministeriais

Camila Zarur
Do Rio

Os conflitos internacionais estarão fora das declarações conjuntas feitas pelos grupos de trabalho do G20. Segundo o embaixador Maurício Carvalho Lyrio, sherpa do Brasil no fórum internacional, essa foi a fórmula encontrada para destravar consensos e acordos ministeriais entre países do fórum internacional que reúne as 19 maiores economia do mundo, a União Europeia e a União Africana.

A decisão foi anunciada por Lyrio, que também é secretário de assuntos econômicos e financeiros do Ministério das Relações Exteriores, no último dia da terceira reunião dos sherpas, isto é, os negociadores que representam os chefes de Estado de cada país.

"O que nós conseguimos nessa reunião foi um acordo sobre como proceder daqui em diante para que os ministros possam se concentrar nos seus temas. E aquele negócio, 'busquem os entendimentos nas suas áreas, não precisam mais tocar no tema geopolítico'", explicou.

Desde 2022, quando começou a guerra na Ucrânia, o G20 não teve capacidade de chegar a consensos para produzir as declarações ministeriais. A trava se dava justamente pela necessidade que havia de abordar no texto as questões geopolíticas. Como solução, o que estava sendo feito era divulgar os comunicados através das presidências do grupo — Indonésia, em 2022, e Índia, em 2023. O problema, porém, é que dessa forma a declaração não era vinculada aos demais membros do fórum.

Agora, em paralelo às declarações ministeriais, também haverá um comunicado do Brasil, que preside o grupo neste ano. Esse segundo texto irá abordar os conflitos globais e já está acordado entre os demais países do grupo e também será divulgado ao final das reuniões ministeriais.

Desta forma, os países do G20 querem evitar que ocorra o mesmo que aconteceu na reunião de ministros da Economia e presidentes do Banco Central, em fevereiro. Não houve declaração após o encontro devido às divergências políticas entre os países. Com essa fórmula, já usada no Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), os assuntos mais delicados podem até ser abordados nas reuniões dos ministros, mas não estarão no centro do debate.

"É um objetivo, sim, da presidência brasileira ter uma declaração ministerial na reunião de ministros de Finanças. Mas a possibilidade de chegar a isso já não tem mais o obstáculo da questão geopolítica. Porque a presidência brasileira vai divulgar o texto separado [relativo ao tema]", afirmou Lyrio, fazendo menção à próxima reunião dos ministros de Economia, marcada para o fim de julho, no Rio.

As declarações dão diretrizes para cada área e servem como base para guiar o comunicado final divulgado ao término da cúpula de chefes de Estado, marcada para novembro, no Rio. Mais importante ainda, elas mostram o consenso do grupo, que reúne à mesa integrantes até mesmo antagônicos, como Estados Unidos e Rússia.

> "É objetivo do Brasil ter declaração na reunião de ministros de Finanças"
> *Maurício Lyrio*

Essa fórmula, contudo, não será usada para a declaração da cúpula dos chefes de Estado. Para esse texto, novas negociações serão feitas entre os países. A meta é que esse comunicado final tenha uma linguagem mais concisa e direta, que "toque mais diretamente nos temas de interesse do cidadão de forma geral", diz Lyrio. O caminho para isso, segundo o embaixador, se dará com a articulação junto à sociedade civil.

Durante a reunião, os 13 grupos de engajamento da sociedade civil, que formam o G20 Social, apresentaram sugestões e propostas objetivas para serem incorporadas às decisões dos líderes. É a primeira vez que a sociedade tem uma participação mais ativa dentro do G20. Nas edições passadas, encontros desse tipo ocorriam próximo à cúpula dos chefes de Estado e eram mais simbólicos.

"O objetivo dessa reunião era justamente receber as contribuições dos grupos de engajamento para que nós, sherpas, tenhamos os subsídios para incorporar a visão da sociedade. Nós vamos começar agora o processo de elaboração dos temas que serão debatidos pelos líderes e que serão consignados em uma declaração na cúpula do Rio de Janeiro", afirmou Lyrio.

Para o presidente do comitê municipal organizador do G20, Lucas Padilha, o encontro entre os sherpas do G20 e os grupos de engajamento foi um "momento histórico": "Pela primeira vez, todos os sherpas e todos os grupos de engajamento tiveram a oportunidade de compartilhar documentos e impressões que vão influenciar na construção formal da declaração de líderes."

WENDERSON ARAUJO/VALOR
Lyrio: "O que conseguimos foi um acordo sobre como proceder daqui em diante"

Grupo defende parâmetros internacionais para startups

Paula Martini
Do Recife

Estabelecer parâmetros para a regulamentação de startups vai facilitar a troca de informações e investimentos entre países do G20, defende o Startup20, grupo que representa empresas de base tecnológica junto às maiores economias do planeta.

O fórum foi oficializado como um dos 13 grupos de engajamento do G20 no ano passado, durante a presidência indiana. A principal contribuição foi o comprometimento dos líderes dos países com investimentos da ordem de US$ 1 trilhão até 2030 para o ecossistema de startups.

Os desafios e oportunidades para atingir a marca foram pauta do terceiro encontro do Startup20, realizado na quinta-feira (4) e na sexta-feira (5) no Recife, com objetivo de descentralizar as discussões do eixo Rio-São Paulo.

Representantes do ecossistema local, da prefeitura do Recife, empreendedores e investidores participaram dos debates na capital pernambucana. Os painéis trataram de políticas públicas e regulação, transformação digital, ESG e "open innovation". Integrantes de delegações estrangeiras também apresentaram experiências bem-sucedidas em seus países.

A Associação Brasileira de Startups (Abstartups), que coordena o grupo de engajamento na presidência brasileira, identifica a padronização de regulamentações entre os países do G20 como uma das prioridades.

A presidente da Abstartups e chair do Startup20, Ingrid Barth, destaca que o Brasil é pioneiro com o Marco Legal das Startups, de 2021. Ela ressalta, porém, que desde os primeiros encontros do Startup20, na Índia, constatou-se que a diferenciação entre startups e pequenas e médias empresas ainda não é clara em muitos países do grupo.

"A Turquia apresentou 200 mil startups porque não tem distinção entre o que é startup e o que é pequena e média empresa. A unificação do entendimento é necessária para elaborar políticas públicas e endereçar os investimentos", afirma Barth.

A descentralização de capitais e o alinhamento dos negócios com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU também estão entre as diretrizes principais. Para o grupo, o Brasil espelha a necessidade de dispersão dos investimentos para pequenos negócios e startups em países emergentes.

Para o líder da força-tarefa de investimentos do Startup20, Arthur Garutti, os pequenos negócios e as startups escancaram a concentração de capital no empreendedorismo. Ele diz que o venture capital é um exemplo de modelo cujas regras obrigam o gestor a alocar recursos em projetos grandiosos.

"Por isso fica uma busca constante pelos unicórnios. Mas e se a gente focar só nos unicórnios, como ficam os 30 milhões de CNPJs que precisam ser atendidos também?", diz ele, que é sócio da ACE Ventures.

O capital para startups pode vir de investidores-anjo, geralmente na figura de uma pessoa física. Também de fundos de venture capital, voltados a negócios em estágio mais avançados e do corporate venture capital, quando o investimento é feito por grandes empresas.

Por meio do "communiqué", a força-tarefa quer provocar os chefes de Estado do G20 para que as questões regulatórias sejam aceleradas e a inovação dos investimentos chegue na ponta. Para Garutti, a sequência de Índia, Brasil e África do Sul na presidência rotativa do grupo das maiores economias do mundo é uma janela de oportunidade.

"À medida em que a gente traz as preocupações e diz: 'Olha, o capital não chega aqui, só está chegando nos potenciais unicórnios, só na Faria Lima, só no venture capital', você começa a abrir os olhos para a necessidade de acelerar a regulação", completa.

Outro ponto de discussão junto ao governo brasileiro é o incentivo ao investidores-anjo através da mudança de tributação. "O investimento anjo no Brasil é tributado como renda fixa, o que não faz sentido para um investimento de alto risco", ressalta Barbara Furiatti, diretora de políticas públicas da Abstartups.

O grupo também tem contribuído com o debate sobre a regulação da Inteligência Artificial (IA), vista como uma tecnologia que pode exponenciar os projetos com custo reduzido.

"Nosso foco é a 'responsible IA', porque tecnologia é um meio, não é o fim. É mais a boa utilização da ferramenta do que, efetivamente, pontos muito específicos ou muito restritivos com relação ao seu uso", diz Barth.

O Startup20 realizou o primeiro encontro em fevereiro, em Macapá (AP). Depois se reuniu em outubro, no Rio de Janeiro, em paralelo ao Web Summit. A última reunião de cúpula está marcada para o período de 9 a 12 de setembro, em São Paulo.

A repórter viajou a convite da Associação Brasileira de Startups (Abstartups)

Uso de material genético por estrangeiros terá novo modelo

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

O Ministério do Meio Ambiente espera apresentar nas próximas semanas solução para um antigo problema relacionado ao uso de material genético — de plantas, animais e microrganismos colhidos no Brasil — por parte de empresas estrangeiras.

O tema interessa diretamente à indústria de cosméticos, farmacêutica, alimentícia e outras que pesquisam e empregam em suas fórmulas elementos da biodiversidade do Brasil.

Depois de anos de espera, o país deverá atualizar um sistema que foi criado para empresas e instituições de pesquisas cadastrarem seus estudos com o chamado patrimônio genético brasileiro. Notificações sobre a criação de produtos com material genético também devem ser feitas no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen).

O problema é que o SisGen nunca foi totalmente adaptado para o uso de empresas estrangeiras. Não tem uma versão em inglês, e entre os dados exigidos estão o número do CNPJ ou CPF. Como estrangeiros não dispõem desses documentos brasileiros, eles não conseguem preencher o cadastro.

A limitação foi detectada logo após o sistema ser criado, em 2016. E a decisão tomada à época, por representantes do governo federal e cientistas que integram o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), foi que a cobrança das empresas estrangeiras só deveria começar a ser feita quando o sistema fosse adaptado e elas pudessem cadastrar pesquisas e notificar os produtos.

Quase uma década se passou desde a promulgação da lei, e a adaptação necessária para abrigar as pesquisas estrangeiras ainda não foi feita.

"Era para ser uma coisa simples", diz Henry-Philippe Ibáñez de Novion, diretor de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente. "Mas isso ficou dormitando por anos. Agora estamos acelerando esse processo". O ministério preside o CGen.

A ideia, diz Novion, é que até agosto o SisGen para estrangeiros, em inglês, com a requisição de documentos estrangeiros e não CNPJ, esteja concluído para teste. E, uma vez testado e aprovado, caberá aos membros do CGen estipularem um prazo para que as empresas cadastrem suas pesquisas e produtos, como exige a lei. E, então, a cobrança das estrangeiras começaria, finalmente, a ser feita.

Hoje a cobrança recai somente sobre as empresas brasileiras, variando de 0,75% a 1% da receita líquida anual obtida com produtos que utilizam material genético do país.

A limitação do cadastro e o fato de o Brasil ainda não cobrar de estrangeiras que têm produtos baseados na biodiversidade brasileira criam situações inusitadas.

"Sei de algumas empresas que têm contingenciado recursos e que todos os anos precisam justificar aos investidores que não transferem esse dinheiro ao Brasil porque o sistema brasileiro ainda não permite", diz Thiago Falda, presidente da Associação Brasileira de Bioinovação, que tem entre associadas multinacionais como Basf, Dow, Unilever, Novonesis.

Além da criação de um sistema para estrangeiros, outra mudança em curso promete desatar um segundo nó. Pelas regras em vigor, indústrias, instituições ou cientistas estrangeiros precisam estar associados a brasileiros para conduzir pesquisas sobre o patrimônio genético no Brasil.

Essa exigência é muitas vezes objeto de questionamentos por parte de estrangeiros, que apontam a preferência por não partilhar suas pesquisas com uma empresa ou instituição local. Por outro lado, instituições brasileiras também veem com ressalvas o papel que teriam nessa associações.

Para unir as pontas de uma forma mais fácil, o CGen está formando uma rede de instituições que façam o elo entre os pesquisadores e industriais estrangeiros com o sistema SisGen no Brasil. Por enquanto, já fazem parte da rede o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, o Jardim Botânico do Rio, ICMBio e o Museu Paraense Emilio Goeldi.

Novion diz que a expectativa é que as mudanças criem um ambiente mais favorável para maiores investimentos em pesquisa por empresas e instituições de ponta do exterior com a biodiversidade brasileira.

Uma das multinacionais dedicadas a pesquisas no Brasil, a L'Oréal diz que conhece os desafios e limitações devido ao que chama de "complexidades" que envolvem as funcionalidades SisGen.

"A empresa vem buscando, junto às autoridades competentes, soluções para poder adequar o sistema e garantir a implementação para todos os produtos contendo biodiversidade brasileira que são produzidos fora do Brasil, podendo assim expandir os projetos de repartição de benefícios atuais", disse a companhia ao **Valor**. "Isso incentivará ainda mais o uso de ingredientes de biodiversidade brasileira, alimentando uma espiral positiva de seu uso sustentável e permitindo a conservação dessa riqueza natural."

"Acho que o Brasil entendeu que era necessário regulamentar e valorizar de forma sustentável a imensa diversidade química e cultural que temos em nossos biomas", acrescenta Laila Salmen Espindola, diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, membro do CGen.

Ela lembra que as mudanças em curso se dão em um momento de novo arranjo internacional relacionado ao uso do patrimônio genético. Em dezembro de 2023, o Protocolo de Nagoia passou a ter valor de lei no Brasil.

"O protocolo diz que quem faz pesquisa e desenvolvimento tecnológico com patrimônio genético e/ou com conhecimento tradicional associado de um país tem que cumprir a lei desse país. Ou seja, precisa repartir benefícios", lembra.

Conjuntura Governo apresentará atualização do Nova Indústria Brasil com foco social e em sustentabilidade

Política industrial terá versão aprimorada

Estevão Taiar
De Brasília

Alvo de críticas de especialistas e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no seu lançamento, a nova política industrial do Brasil passou por "aprimoramentos" desde fevereiro, afirmou ao **Valor** o secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) Uallace Moreira. As mudanças já foram validadas pelo próprio Lula e poderão ser apresentadas em agosto, a depender dos compromissos dos envolvidos. Ao todo, 20 ministérios, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e 21 entidades da sociedade civil participaram desde o ano passado da elaboração da Nova Indústria Brasil (NIB), como o conjunto de propostas foi chamado.

"Foi feito um trabalho de diálogo e aprimoramento com todos os ministérios [desde o lançamento da NIB]", afirma Moreira, que é secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços da pasta. O Mdic preside o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que reúne os 42 envolvidos na elaboração da NIB, e é o principal responsável pela condução de todo o processo.

A NIB prevê desembolsos de R$ 300 bilhões até 2026, sendo a maior parte em empréstimos, para seis "missões", ou áreas principais, incluindo cadeias agroindustriais "sustentáveis e digitais", saúde e infraestrutura..

Já no lançamento, o programa acendeu o sinal de alerta entre analistas devido à semelhança com políticas com baixo retorno adotadas em gestões petistas no passado, normalmente baseadas em subsídios oferecidos por bancos públicos para setores específicos. Embora não repita a política de campeões nacionais, focada em grandes empresas brasileiras, pontos como o incentivo a conteúdo local e custo fiscal foram alvo de críticas de economistas.

Um dos riscos apontados é o de que a política não resulte em aumento da produtividade.

O próprio presidente Lula chamou atenção para a necessidade de ajustes no anúncio realizado no Palácio do Planalto. Na cerimônia, Lula afirmou que o evento estava atrasado "porque tivemos uma discussão ruim sobre coisas boas", referindo-se ao conjunto de medidas.

Como informou o **Valor** na ocasião, o presidente reclamou, em reunião realizada antes do evento, da ausência de "metas claras" para a política industrial. Um exemplo seria a indefinição do prazo para que o índice de mecanização de estabelecimentos de agricultura familiar subisse dos atuais 18% para 70%.

"O presidente Lula cobrou [aprimoramentos], e a gente executou", diz Moreira, destacando também as opiniões dadas por economistas depois do lançamento da NIB. "É importante prestar contas para a sociedade."

Umas das mudanças realizadas nos últimos meses foi o maior detalhamento de "quais cadeias produtivas serão desenvolvidas dentro de cada missão", já que "a missão é algo muito abstrato".

Com as alterações, a apresentação das metas da NIB, prevista inicialmente para a segunda quinzena de maio, foi adiada. Conforme o **Valor** publicou em maio, a tendência é que o descumprimento das metas não gere "gatilhos". Ou seja: não deve haver punições caso os objetivos sejam descumpridos. O desenho em elaboração envolvia também a implantação de metas ligadas a variáveis como financiamento e ambiente de negócios para cada uma das seis missões. Entre os envolvidos na avaliação do cumprimento dos objetivos, deve estar a Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

WENDERSON ARAUJO/VALOR

"Foi feito um trabalho de diálogo e aprimoramento com todos os ministérios" Uallace Moreira

O mapa da mina da eleição municipal

Bruno Carazza

Recife, São Paulo, Vitória, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Contagem, Guarulhos, Fortaleza, Salvador e Feira de Santana. Na eleição de 2020, o Partido dos Trabalhadores (PT) aplicou R$ 39,4 milhões nas campanhas a prefeito dessas dez cidades — o equivalente a 20% do valor gasto pelo partido (R$ 196,6 milhões) em todas as candidaturas para prefeituras e câmaras de vereadores nos mais de cinco mil municípios brasileiros.

A taxa de aproveitamento desse investimento foi bastante baixa naquele ano. Dos dez candidatos com os maiores aportes petistas, apenas Marília Campos, de Contagem-MG, se elegeu. Marília Arraes (Recife), João Coser (Vitória), Dimas Gadelha (São Gonçalo), Elói Pietá (Guarulhos) e Zé Neto (Feira de Santana) tombaram no segundo turno; os demais (Jilmar Tatto, Benedita da Silva, Luizianne Lins e Major Denice) nem lá chegaram.

Para além da questão do sucesso ou fracasso dessas campanhas, a concentração das despesas dos fundos partidário e eleitoral nessas dez localidades indica a estratégia do PT no pleito municipal daquele ano.

De antemão, revela-se uma preferência regional, com destaque para o Sudeste e o Nordeste. A opção pelas capitais também é clara, a ponto de o partido ter gastado somas milionárias em tentativas com baixíssima probabilidade de sucesso (casos de Jilmar Tatto em São Paulo ou Major Denice em Salvador), apenas para marcar terreno.

É interessante notar, ainda, o foco em São Gonçalo, Contagem, Guarulhos e Feira de Santana — todas situadas entre as mais populosas de seus Estados, e que receberam bem mais recursos do que a maioria das capitais brasileiras.

O mapa da distribuição de recursos entre os candidatos do PT nas eleições de 2020 deixa antever que sua tática eleitoral tinha longo alcance. De modo agregado, o partido do presidente Lula concentrou quase a metade dos recursos no Sudeste (45,3%), onde estão os três maiores distritos eleitorais (SP, MG e RJ). Em seguida, vieram os estados nordestinos, com pouco menos de um terço do volume (29,2%).

O PT também é um dos partidos que mais dá prioridade às eleições majoritárias, destinando 70,8% da verba do fundão eleitoral para as disputas à prefeitura, deixando apenas 29,2% para seus candidatos a vereador. Além disso, concentra-se nos maiores municípios, especialmente aqueles com mais de 200 mil habitantes, onde há possibilidade de segundo turno (53,9%) e, portanto, a chance de se polarizar com um candidato de direita.

Essas escolhas mostram que o PT se valeu das eleições municipais em 2020 como parte de sua estratégia para voltar à Presidência da República dali a dois anos. Se, por um lado, o partido foi bem-sucedido em alcançar seu objetivo maior, por outro a eleição de uma bancada relativamente pequena para a Câmara dos Deputados foi o preço pago por essa opção, o que também já estava claro na distribuição dos recursos no pleito municipal de quatro anos atrás.

Outros partidos, porém, têm em mente outras metas. Tome-se o caso do PSD, de Gilberto Kassab. Em busca de fincar suas raízes nos rincões do país, o partido aplicou 48,9% do total gasto em 2020 (R$ 153 milhões) em municípios com menos de 50 mil habitantes, equilibrando melhor a repartição dos recursos entre as cinco grandes regiões.

Outras legendas investem pesadamente em preservar seus feudos locais. O PSB aplicou quase metade da verba recebida do TSE no Nordeste (46,3%); sendo que, desses, mais da metade vai para Pernambuco, reduto da família Campos Arraes, que comanda o partido.

Já os tucanos foram os que proporcionalmente mais fixaram seus gastos no Sudeste (53,1%). A investida deu certo, com o partido elegendo 173 prefeitos em São Paulo naquele ano – ganho efêmero, já que pouco mais de vinte permanecem no partido, segundo apurou a repórter Cristiane Agostine, para o **Valor**.

As eleições municipais acontecem daqui a três meses. Com muito mais dinheiro em caixa (o fundão subiu de R$ 2 bilhões para R$ 4,9 bilhões), a forma como os partidos vão gastar essa dinheirama pode definir o rumo da política brasileira a partir de 2026.

Cada partido com sua estratégia

Distribuição dos fundos partidário e eleitoral na eleição de 2020, por partido (em %)

Partido	Sudeste	Nordeste	Sul	Norte	Centro-Oeste	Acima de 200 mil habitantes	Candidatos a Prefeito
UNIÃO	36,3	28,8	13,2	12,4	9,3	52,2	64,0
PT	45,3	29,2	12,5	7,6	5,4	53,9	70,8
MDB	26,0	28,1	15,8	19,2	10,9	29,0	67,4
PSDB	53,1	16,4	11,2	10,4	8,9	51,9	78,7
PSD	30,5	28,6	14,7	17,5	8,6	33,1	63,4
PP	18,4	38,9	22,0	12,7	8,0	26,7	63,9
PL	40,8	30,2	12,5	12,2	4,4	35,1	69,7
REPUBLICANOS	46,9	23,5	9,7	14,6	5,2	48,3	61,6
PSB	28,1	46,3	11,4	9,2	5,0	50,3	68,3
PDT	37,1	30,0	20,5	5,0	7,4	48,1	84,8
Todos os partidos	36,7	29,0	13,7	13,0	7,6	45,5	65,2

Fonte: Elaboração de Bruno Carazza a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras). Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Partidos À militância, aliados do ex-presidente vetam 'plano B'

Evento tenta manter ideia de Bolsonaro no páreo para 2026

EDUARDO VALENTE/PL

Javier Milei ao lado de Bolsonaro na CPAC Brasil: aliados rechaçam substituição do ex-presidente, apesar da inelegibilidade até 2030 e indiciamento pela PF

Julia Lindner
De Balneário Camboriú (SC)

Às vésperas das eleições municipais, aliados de Jair Bolsonaro (PL) usaram a CPAC Brasil (sigla em inglês para Conferência de Ação Política Conservadora), no fim de semana, em Balneário Camboriú (SC), para engajar a militância e tentar manter viva a ideia de que o ex-presidente, apesar de inelegível até 2030, poderá concorrer ao Palácio do Planalto em 2026.

Condenado duas vezes pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro está impedido de participar das eleições de 2026 e o nome de eventuais substitutos já começam a ser ventilados.

No domingo (7), o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, seguiu a estratégia de sustentar a viabilidade eleitoral do ex-presidente. Afirmou ao **Valor** que Bolsonaro retornará eventualmente ao cargo. Segundo ele, o ex-presidente deve reverter a inelegibilidade na Justiça "da mesma forma que [o presidente] Lula" fez no passado.

Na avaliação de Valdemar, o caso do Bolsonaro é "mais fácil" de ser revisto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), embora a situação seja considerada complexa e difícil nos meios político e jurídico.

Bolsonaro foi condenado por abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Em 2022, o então presidente fez ataques às urnas eletrônicas durante reunião com embaixadores estrangeiros. No mesmo ano, foi considerado que ele usou as comemorações pelo Bicentenário da Independência para se promover eleitoralmente.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, conseguiu derrubar no Supremo as condenações da Operação Lava-Jato. O petista havia sido condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, mas o Supremo considerou que a Justiça Federal de Curitiba não era competente para analisar o caso.

Em discurso oficial na CPAC, Valdemar também enfatizou que é Bolsonaro quem "decide a vida do partido". A eventual substituição do ex-presidente na corrida eleitoral foi rechaçada por seus aliados e apoiadores. O evento foi marcado por coros de "volta, Bolsonaro".

Em um dos seus pronunciamentos, o ex-presidente disse que a composição do TSE está mudando, que chegou em um "ponto de inflexão e "não vai recuar" mesmo com o avanço de investigações contra ele — dois dias antes, ele havia sido indiciado pela Polícia Federal (PF) pela venda de joias sauditas dadas de presente ao governo brasileiro.

No lugar de prestar esclarecimentos sobre o caso das joias, Bolsonaro repetiu mais de uma vez que gostaria de participar de uma sabatina de duas horas, ao vivo, para ser indagado pela imprensa sobre "qualquer tema".

"Apesar dos problemas, apesar de a PF ter ido três vezes na minha casa, na casa dos meus filhos, hoje eu tenho trezentos e poucos processos, mas vale a pena. A gente não vai recuar", declarou.

O encontro conservador contou com as presenças de autoridades, entre elas o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), apontado como possível sucessor de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2026, considerando que o ex-presidente está inelegível. O governador fez questão de ressaltar que Bolsonaro é a única liderança da direita.

> "A direita está unida e tem uma liderança, que é Jair Bolsonaro"
> *Tarcísio de Freitas*

No sábado, Tarcísio participou de uma palestra ao lado Bolsonaro, da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, e do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Ao iniciar a fala do grupo, Nikolas perguntou: "Quem quer Bolsonaro de volta em 2026?". Os participantes reagiram com gritos e acenos positivos.

Na chegada, Tarcísio estava acompanhado do governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), e foi recepcionado por Bolsonaro. O ex-presidente afirmou que Tarcísio é o melhor governador do país e Jorginho, "o mais bonito".

Em certo momento, houve comentário de um apoiador sobre o pleito de 2026, mas o restante do grupo reagiu gritando: "2026 é Bolsonaro." Jorginho também disse que está esperando Tarcísio mais vezes em SC e depois emendou: "Mas ele [Bolsonaro] continua sendo o meu candidato [à Presidência]."

Em uma das palestras, o deputado estadual Gil Diniz (PL-SP) cobrou que governadores aliados se unam para reverter a inelegibilidade de Bolsonaro e pela anistia aos presos pelo 8 de Janeiro, ao invés de se colocarem como potenciais sucessores do ex-presidente na eleição de 2026.

"Ultimamente há alguns governadores, figuras de expressão nacional, já lançando seus nomes à Presidência da República, mas o nosso pré-candidato à Presidência em 2026 se chama Jair Messias Bolsonaro", disse Diniz.

"Estes que não usam a sua força política para que o presidente fique elegível em 2026, muita calma, vai devagar com o andor", emendou o parlamentar.

Tarcísio, por sua vez, afirmou que "a direita está unida e tem uma liderança, que é o ex-presidente Jair Bolsonaro".

"O presidente [Bolsonaro] tem muito a contribuir. Nós esperamos muito do presidente Bolsonaro. Ele é uma fortaleza para nós", afirmou o governador.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que organiza o evento, afirmou que o grupo voltará ao poder em 2026. O lema, de acordo com ele, é "não parar, não precipitar, não retroceder".

O ex-ministro Onyx Lorenzoni disse que os conservadores precisam ter "paciência, resistir e persistir". "A esquerda tem 40 anos de atuação, já a direita tem sete anos", afirmou.

A CPAC se apresenta como o "maior evento conservador do mundo no Brasil". A cúpula é organizada pelo Instituto Conservador Liberal (ICL-BR). Entre os patrocinadores, está a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso.

Na entrada da CPAC, os organizadores do evento montaram uma loja com itens que levam a imagem de Bolsonaro e que remetam a alguns dos seus aliados. A "Bolsonaro Store" vendia artigos como um calendário que tem o ex-presidente sem camisa na capa, agendas, quadros, canecas e até vinhos. Além disso, eram vendidas por até R$ 100 tiaras semelhantes às usadas pela deputada Júlia Zanatta (PL-SC).

No primeiro dia da CPAC, Eduardo Bolsonaro autografou os vinhos e espumantes que levam o nome da família em um dos estandes — os valores das garrafas partiam de R$ 119. A iniciativa gerou uma fila que se estendeu por horas. Também havia barracas de livros conservadores.

Nos dois dias, adesivos antiaborto foram distribuídos.

Milei evita críticas diretas a Lula e defende ex-presidente

De Balneário Camboriú (SC)

O presidente da Argentina, Javier Milei, evitou citar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de quem é crítico, durante a sua participação na CPAC Brasil, no domingo (7). Em um pronunciamento lido, Milei fez críticas genéricas ao socialismo e disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), seu aliado, sofre uma "perseguição judicial".

Em visita privada ao país, Milei ignorou Lula, o que deixou o Itamaraty em alerta sobre como seriam os seus posicionamentos em solo brasileiro. Também optou por não participar da cúpula do Mercosul, que ocorre hoje na capital do Paraguai.

No lugar, ele foi recebido pessoalmente por Bolsonaro, no final da noite de sábado (6). A passagem pelo Brasil, que durou menos de 24 horas, teve agendas com os governadores Tarcísio de Freitas (SP) e Jorginho Mello (SC), além de empresários.

Ao chegar à CPAC, no domingo, o presidente argentino foi recebido aos gritos de "Lula ladrão, seu lugar é na prisão". Apesar disso, não citou o presidente brasileiro, a quem recentemente chamou de "corrupto e comunista".

Milei afirmou que "a história do mundo testemunha comportamentos que levam à censura e à opressão". "São coisas que parecem distantes e abstratas, mas todos que olham para o que lamentavelmente começa a acontecer aqui no Brasil pensam duas vezes", disse Milei.

"Como não se atrevem a nos enfrentar no campo das ideias, porque sabem que não podem nos derrotar, intervêm e proíbem a circulação de ideias que não lhes agradam", emendou.

Em outro trecho, Milei disse que os socialistas querem impedir o progresso dos mandatários de direita, citando que isso teria ocorrido no Chile e no Brasil.

Porta-voz do governo argentino, Manuel Adorni disse, antes de apresentar Milei, que "o mundo está comprovando uma verdade universal: o capitalismo de livre iniciativa é o único caminho para a prosperidade".

A fala antecipou o tom do discurso de Milei, que focou, durante cerca de meia hora, em fazer um apanhado histórico contra o "socialismo da América Latina". "Cada vez mais fica claro que a esquerda não é a ideologia dos pobres e oprimidos, e sim dos ricos e poderosos. Fica mais claro que a pobreza é um instrumento para quem prega o socialismo", disse. "Basta ao socialismo do século 21", emendou.

Ele defendeu, ainda, as reformas econômicas que adotou no país. Ao final, foi aplaudido efusivamente, abraçou Bolsonaro e os dois ergueram os braços.

O chileno José Antônio Kast, que perdeu no segundo turno da eleição de 2021 para o atual presidente do país, Gabriel Boric, participou do primeiro dia do evento. Outro participante foi o ministro da Justiça de El Salvador, Gustavo Funes, citado em diversos discursos como referência no combate ao crime por ter uma política linha-dura. *(JL)*

Congresso GT reúne-se nesta segunda-feira com bancada da região Norte para discutir Zona Franca de Manaus e aviação regional

Regulamentação da reforma deve ser votada nesta semana

Marcelo Ribeiro
De Brasília

Às vésperas da votação do texto principal do projeto de regulamentação da reforma tributária, o grupo de trabalho que elaborou o parecer preliminar da proposta participará nesta segunda-feira (8) de uma reunião com integrantes da bancada de deputados da região Norte para falar sobre a Zona Franca de Manaus (ZFM) e a aviação regional.

O objetivo do encontro é ouvir as demandas e sugestões dos parlamentares para uma posterior avaliação de quais pedidos podem ser atendidos no relatório final.

De acordo com fontes, os deputados devem solicitar alguns ajustes para preservar as vantagens comparativas da Zona Franca. Um dos principais pedidos é retirar a competência do comitê gestor do IBS em definir os percentuais de crédito presumido nas operações de saída de produtos da região para outras partes do país.

Na avaliação de deputados da região, a conversa com os integrantes do GT será decisiva para evitar que dispositivos do texto possam representar prejuízos à Zona Franca.

Durante a reunião, os parlamentares também abordarão a decisão do GT de limitar um benefício tributário para voos regionais a "rotas" que forneçam no máximo 600 assentos por dia, somados os voos de ida e de volta.

Relatores apresentaram parecer com 'pontas soltas' para negociar mudanças

O texto original do governo previa que trechos domésticos com origem ou destino na Amazônia Legal ou em capitais teriam redução na alíquota do IVA e pagariam 15,6%. A nova versão elaborada pelo grupo de trabalho introduziu a limitação por número de assentos.

A leitura dos deputados do Norte é que o trecho é favorável à região, mas pode ser aperfeiçoado.

Segundo apurou o **Valor**, os integrantes do GT pretendem rodar as bancadas partidárias e temáticas ao longo dos próximos dias para tirar dúvidas e ouvir eventuais pedidos de mudanças no projeto. Demandas de setores também devem ser recebidas pelos deputados do colegiado.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem defendido a interlocutores que o conteúdo apresentado na quinta-feira (4) trata-se de um parecer preliminar, o que tem sido interpretado como uma abertura para que muitas alterações ainda sejam realizadas antes da apreciação no plenário da Casa, prevista para ocorrer entre quarta e quinta-feira desta semana.

Outro fator que contribui para o sentimento de que a atual versão será bastante modificada é o fato de os relatores terem apresentado um relatório "com muitas pontas soltas".

Antes mesmo da divulgação, os parlamentares do GT indicavam que muitos temas, especialmente os mais polêmicos, seriam definidos apenas após a conversa com o colégio de líderes.

Para os pontos que não forem acatados, deve haver a recomendação de apresentação de destaques para que "os assuntos sejam resolvidos no voto".

Apesar desse cenário de muitas conversas e exigências por concessões, lideranças do Centrão avaliam que Lira acertou ao estabelecer que "o texto fosse colocado na rua" na semana passada.

Dessa maneira, o presidente da Câmara fez com que o tema passasse a monopolizar as conversas entre os parlamentares, o que cria um ambiente de intensas negociações, que devem desembocar na votação até o fim desta semana.

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 3/7/2024

Lira: presidente da Câmara atuou para viabilizar votação até o fim desta semana

Governo Presidente renova tentativa após ofensiva da frente parlamentar em torno do PL antiaborto

Lula reforça aproximação com evangélicos

Andrea Jubé
De Brasília

Os acenos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos evangélicos não mudaram o humor da bancada no Congresso, que mantém a postura de oposição ao governo federal e promete investir na agenda de costumes para eleger prefeitos e vereadores em outubro. Em reação à recente ofensiva da frente parlamentar, com a tentativa de votação do PL antiaborto, o governo renovou gestos para se aproximar do segmento religioso.

Em conversa com o **Valor**, o novo líder da Frente Parlamentar Evangélica, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), afirmou que a bancada faz oposição ao governo federal, mas observou que é um homem de diálogo. "Vamos dialogar com o governo", prometeu, como representante de 135 deputados e 12 senadores. Tendo como prioridades a votação do PL antiaborto e da emenda constitucional (PEC) contra as drogas, ele acredita que essas temas, considerados sensíveis ao governo, serão amplamente explorados na campanha municipal.

No dia 3 de julho, Lula e a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, reuniram-se no Palácio do Planalto com a vereadora Aava Santiago (PSDB), liderança da igreja Assembleia de Deus Ministério de Madureira em Goiânia (GO). Nas últimas semanas, seu contraponto ao PL antiaborto ganhou repercussão nacional. Ela posicionou-se contra o encarceramento de crianças e adolescentes grávidas, vítimas de estupro — provável consequência da eventual aprovação da proposta.

A agenda com Aava Santiago havia sido programada com antecedência, mas o encontro — com imagens amplamente divulgadas nas redes sociais de Lula e Janja — acabou ajudando a neutralizar notícias falsas que haviam circulado na véspera em grupos de WhatsApp e na rede X (ex-Twitter). Segundo a "fake news", a primeira-dama teria encomendado "ritual de candomblé" para baixar o dólar.

No dia 12 de junho, os deputados aprovaram o regime de urgência do PL antiaborto, que equipara a interrupção da gravidez após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio. A principal crítica ao texto era a pena de reclusão de 6 a 20 anos à vítima, maior até mesmo que a punição ao estuprador.

O tema encurralou o governo, que argumenta que a matéria não consta de suas prioridades junto ao Legislativo. A alegação blinda o Executivo junto ao eleitor conservador, mas constrange Lula junto à sua base de perfil progressista.

Mas a matéria repercutiu negativamente junto à opinião pública, obrigando o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a adiar a discussão para depois das eleições. O vice-líder da frente evangélica e um dos autores do projeto, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), anunciou o recuo em relação à criminalização da vítima do estupro.

O mote para impulsionar o projeto foi uma nota técnica do Ministério da Saúde, editada no fim de fevereiro, estabelecendo que não deve haver limite temporal para a interrupção da gravidez nos casos previstos em lei. O documento anulava decisão do governo anterior que impunha o limite de 21 semanas e 6 dias ao procedimento.

Ao **Valor**, Aava Santiago negou que seja a ponte entre o governo e os evangélicos, acrescentando que nem a bancada evangélica teria legitimidade para essa mediação. "Nós, evangélicos, somos múltiplos, muitas denominações, muitas lideranças, e ter isso em mente é fundamental para não errar", argumentou.

"Isso não permite que alguém sozinho ou um pequeno grupo ou até uma bancada federal possa fazer uma negociação como se falasse por todo mundo", complementou. Ela deu como exemplo a tentativa frustrada de votar o PL antiaborto.

RICARDO STUCKERT/PR — 3/7/2024

Lula e Janja reuniram-se com a vereadora Aava Santiago, líder da Assembleia de Deus Ministério de Madureira

> "Nós, evangélicos, somos múltiplos e ter isso em mente é fundamental"
> *Aava Santiago*

Em relato ao **Valor**, a vereadora disse ter ponderado a Lula que, na sua percepção, esse projeto não pode ser considerado uma "prioridade" para a população evangélica. "Se ele [presidente Lula] chegar em qualquer igreja periférica e perguntar às mulheres o que elas mais desejam, não vai ouvir que é encarcerar uma criança ou uma adolescente vítima de estupro que engravidou", afirmou.

Segundo Aava Santiago, a prioridade para essas mulheres é vaga em creches para seus filhos ou netos, emprego para seus filhos ou filhas, iluminação e asfalto nas ruas onde moram, garantia para que seus filhos ou filhas voltem para casa com segurança da escola ou do trabalho.

Ela reconhece, todavia, que o debate sobre o consumo de drogas deverá ser um dos temas na campanha municipal dentro das pautas sobre a segurança das famílias e o combate à violência. "As cidades estão inseguras", ressaltou, lembrando que é líder da oposição na Câmara Municipal de Goiânia, cujo prefeito, Rogério Cruz (Solidariedade), foi pastor ligado à Igreja Universal do Reino de Deus.

A nota técnica do Ministério da Saúde não foi a única norma infralegal que indispôs a bancada evangélica com a gestão Lula. Um ato da Secretaria da Receita Federal do início do ano que revogou a isenção fiscal sobre salários de pastores, padres e missionários também gerou forte reação. O benefício havia sido concedido pelo governo de Jair Bolsonaro.

Para uma liderança da frente parlamentar, essas normas seriam exemplos de suposta "perseguição" do governo aos evangélicos. Terceira iniciativa do governo que irritou o grupo foi a resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, contrária ao proselitismo religioso nos presídios, no sentido de proibir que um detento seja forçado a se converter a uma fé.

A medida, entretanto, foi interpretada como cerceamento da liberdade religiosa nos presídios. Para baixar a temperatura, o ministro Ricardo Lewandowski reuniu-se com lideranças da bancada evangélica e prometeu melhorar a redação da norma.

Diante das críticas da bancada evangélica, um ministro ressaltou que o presidente Lula tem histórico de respeito à liberdade religiosa e a todas as religiões. A autoridade, que falou reservadamente com o **Valor**, ressaltou que nesses 18 meses do terceiro mandato, o petista já deu demonstrações dessa postura e desmontou mentiras recorrentes, como as de que fecharia igrejas.

O mesmo ministro ponderou que todas as vezes que a frente parlamentar reclamou de alguma norma, o titular do ministério responsável pela decisão reuniu-se com representantes da bancada para revisar o ato, em demonstração de diálogo.

Em novo gesto de aproximação, o **Valor** apurou que o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, pretende coordenar com o deputado Silas Câmara encontros frequentes dos integrantes da bancada evangélica com todos os ministros de Lula.

Europa Resultados apontam que coalizão de esquerda terá a maior bancada do Parlamento; votação deve causar estresse nos mercados

Esquerda surpreende na França derrotando a extrema direita

Agências internacionais

Em uma reviravolta eleitoral, franceses deram ontem uma vitória aos partidos de esquerda e de centro esquerda, que terão agora a bancada mais numerosa do Parlamento. As pesquisas de intenção de voto vinham mostrando que o resultado seria o oposto e que o partido de extrema direita de Marine Le Pen seria o grande vencedor.

No entanto, o site do jornal francês "Le Monde" informava no fim da noite de ontem, citando dados do Ministério do Interior, que os esquerdistas da Nova Frente Popular haviam obtido 182 assentos na Assembleia Nacional. Menos do que os 289 necessários para ter uma maioria absoluta de um total de 577 assentos na Assembleia Nacional, mas, ainda assim, a maior bancada.

Em segundo lugar, ficou a aliança liderada pelo presidente Emmanuel Macron, com 168 assentos. A extrema direita, de Le Pen e seus aliados, conquistou a terceira maior bancada da Assembleia: 143 assentos. Bem abaixo do que o esperado, embora mais do que têm atualmente. Partidos menores ficaram com os assentos remanescentes.

A frente de esquerda foi formada logo após Macron ter convocado no mês passado eleições antecipadas. A antecipação seria um teste para sua popularidade. E os eleitores acabaram punindo-o nas urnas em meio a críticas em relação ao custo de vida, à perda de qualidade dos serviços públicos e a temas relacionados à imigração e segurança.

A aliança que saiu vitoriosa reúne a extrema esquerda francesa, os socialistas e os verdes, partidos que historicamente nutrem rivalidades, mas que decidiram se unir contra a extrema direita. O resultado eleitoral tende a provocar estresse nos mercados em relação à economia da França após o surpreendente avanço da esquerda no Parlamento. Isso porque a Nova Frente Popular promete aumentar gastos públicos, elevar o valor do salário mínimo e reduzir a idade para aposentadoria e ainda estabelecer tetos para preços de alguns bens essenciais.

O atual primeiro-ministro, Gabriel Attal, anunciou que apresentará sua renúncia nesta segunda-feira para abrir caminho para a formação de um novo governo. Até ontem à noite, Macron não havia anunciado nenhuma decisão sobre quem nomear para assumir o posto de primeiro-ministro. Tampouco os partidos da coalizão de esquerda tinham batido o martelo em torno de um nome.

Com discurso anti-capitalista, Jean-Luc Melenchon, líder do LFI, partido da extrema esquerda, prometeu que a frente vai levar a diante seu programa e mostrou nenhuma disposição para uma eventual composição com aliados de Macron. Outro líder da frente de esquerda, o socialista Olivier Faure preferiu um tom de mais abertura para uma aliança mais ampla.

A França terá um Parlamento com três blocos ideológicos, sem que nenhum tenha maioria absoluta. Uma eventual aliança entre a frente de esquerda e ao menos alguns dos partidos de centro pró-Macron daria a esse bloco votos para aprovar leis no Parlamento. Mas a política francesa não tem tradição com esse tipo de arranjo.

Jordan Bardella, líder da extrema-direita e afilhado político de Le Pen, já estava se preparando para ocupar o posto de primeiro-ministro, diante das previsões de vitória do partido RN no segundo turno. No primeiro turno, em 30 de junho, a direita havia sido a grande vencedora. Ontem, ele reagiu assim: "Acordos eleitorais orquestrados pelo Palácio do Eliseu por um presidente isolado e uma esquerda incendiária não levarão a lugar nenhum." E defendeu uma oposição ferrenha à esquerda. Le Pen tentou consolar apoiadores, dizendo que a maré da direita continua subindo na França.

AP PHOTO/THOMAS PADILLA

Melenchon: discurso anti-capitalista e promessas de mais gastos públicos

182
assentos foram obtidos pela esquerda

Para Lula, voto dos franceses é inspiração para América do Sul

Renan Truffi, Paula Martini e Bruno Yutaka Saito
De Brasília, Rio e São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou ontem as projeções que apontam para uma vitória dos partidos de centro-esquerda nas eleições parlamentares da França.

"Muito feliz com a demonstração de grandeza e maturidade das forças políticas da França que se uniram contra o extremismo nas eleições legislativas de hoje. Esse resultado, assim como a vitória do partido trabalhista no Reino Unido, reforça a importância do diálogo entre os segmentos progressistas em defesa da democracia e da justiça social. Devem servir de inspiração para a América do Sul", disse o presidente por meio de suas redes sociais.

Nas palavras de diplomatas do Ministério das Relações Exteriores, o resultado mostrou "uma reversão rápida de tendência", o que demonstra "capacidade de mobilização" da esquerda no país. Além disso, para integrantes do Itamaraty, este cenário compra que o avanço da direita não é "inexorável".

Para o cientista político, professor de Relações Internacionais e colaborador do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha, Maurício Santoro, a coalizão vitoriosa reúne um grupo de partidos muito diferente em que a única coisa em comum é a rejeição à Marine Le Pen, da extrema-direita. "O grande risco é que uma França muito dividida se mostre ingovernável e incapaz de gerar um mínimo de consenso e estabilidade."

Ele cita o cenário provável de um chamado governo de coabitação – quando primeiro-ministro e presidente são de partidos distintos. "O Macron é liberal e se houver aliança, de fato, o nomeado será alguém muito à esquerda. É como se a Simone Tebet fosse presidente e o Guilherme Boulos o primeiro-ministro. São políticos com visão de mundo muito diferentes", diz Santoro traçando um paralelo com a política brasileira.

O cientista político José Augusto Guilhon-Albuquerque, professor titular na Universidade de São Paulo chamou atenção para o discurso do líder do esquerdista França Insubmissa, Jean-Luc Mélenchon, logo após o fechamento das urnas.

"Mélenchon está dizendo: a maioria sou eu", apontou Guilhon. "Eles têm juntos umas 170 cadeiras; Macron tem 150. Juntos fazem maioria, sem juntar não fazem. Agora vai ser uma disputa com a maioria vencedora, bem articulada, que venceu essa eleição. Mas vai haver uma crise, porque não vão conseguir maioria. Deu a impressão de que Mélenchon não vai conversar com ninguém do Macron, ninguém do centro."

O professor cita a intenção de Mélenchon de reverter itens polêmicos e controversos de Macron, que geraram ampla mobilização popular e enfraqueceram seu governo, como a reforma da previdência.

"A insatisfação popular deve continuar, porque Macron não vai conseguir aprovar nada. Ele vai novamente governar por decreto, e foi isso que derrubou o governo dele." Essa situação, segundo o professor, poderia favorecer a extrema-direita. "É um cenário ruim, que favorece a extrema direita. Eles vão dizer ao povo: 'Tudo o que vocês não querem, eles [o governo] vão fazer.'"

Resultado deve limitar capacidade de ação do governo

Análise

Humberto Saccomandi
Para o Valor, de São Paulo

A aposta do presidente Emmanuel Macron, de antecipar eleições para conter o avanço da extrema-direita na França, deu certo afinal. Mas resultou num Parlamento sem maioria e extremamente fragmentado. E levará, possivelmente, a um novo governo fraco, que terá dificuldade de adotar políticas coerentes e de enfrentar desafios impopulares, como reduzir o déficit público, que é uma prioridade na economia.

A coligação Nova Frente Popular (NFP), que terá a maior bancada na Assembleia Nacional, é composta por 5 partidos, que vão do centro-esquerda (socialistas e verdes) até a extrema-esquerda (comunistas, França Insubmissa e anticapitalistas). Essa coligação, em si já heterogênea, deverá governar com o bloco centrista Juntos, liderado por Macron, e que também é formado por cinco partidos, que vão do centro-direita ao centro-esquerda.

Essa enorme fragmentação política é inédita na história recente da França, onde o mais comum desde a Segunda Guerra era haver um partido dominante. Já houve governos minoritários, como o atual, mas sempre com uma força dominante. Agora será necessário formar a primeira grande coalizão de governo, o que em si já é um fator de incerteza e instabilidade.

A NFP, como maior bancada, possivelmente indicará o novo premiê. Mas a definição de um nome de consenso na coligação e que seja palatável para o bloco centrista de Macron será o primeiro teste dessa futura coalizão de governo.

Outro foco de tensão será a convivência no governo entre Macron e um premiê de esquerda. É o que os franceses chamam de co-habitação. Mas esta co-habitação será diferente das anteriores, pois o premiê não será de oposição, mas possivelmente estará em coalizão com Macron. Isso também é inédito.

Por fim, é difícil imaginar um programa de governo que consiga juntar a extrema-esquerda anticapitalista aos liberais. Diferentemente da Alemanha, onde o programa de governo precisa ser redigido e aprovado a priori pelos partidos da coalizão, a França deverá ter um acordo mais informal de governo, cuja coesão será testada a cada votação e a cada política que precise ser definida.

Um dos temas mais complexos deverá ser a redução do gasto público. O déficit público francês está em torno de 5,5% do PIB, um nível muito alto, quase o dobro do teto de 3% previsto no acordo de adoção do euro (a moeda comum europeia).

A NFP fez inúmeras promessas de benefícios sociais, como aumento de salários e subsídios a serviços públicos, que não só dificultam um corte de gastos, mas que possivelmente implicariam num aumento do déficit, se não houver aumento de impostos.

Dois exemplos ficaram evidentes já na campanha eleitoral. A NFP prometeu revogar o aumento da idade de aposentadoria, de 62 para 64 anos, aprovado em 2023, por iniciativa de Macron. Mesmo com a reforma, a França ainda tem uma das idades de aposentadoria mais baixas da União Europeia, onde na maioria dos países a idade varia de 65 a 67 anos. A NFP se opõe ainda à reforma que reduz o valor do seguro-desemprego e que foi proposta em abril pelo governo.

Outro ponto óbvio de tensão será a política de imigração. A NFP prometeu também revogar a lei da imigração de 2023, que dificultou a concessão de asilo no país e cortou benefícios para imigrantes em situação ilegal, entre outras restrições. A contenção da imigração é um dos pilares do programa da extrema-direita, que obteve um terço dos votos na eleição de ontem. Facilitar a entrada de migrantes possivelmente reforçará a extrema-direita nas próximas eleições.

Essa fragmentação política favorece Macron. O presidente, no sistema de governo francês, cuida das políticas externa e de defesa. Mas, diante de um primeiro-ministro fraco, acaba influenciado e determinando as demais políticas de governo. É o que deve acontecer.

A ameaça da extrema-direita, que vai liderar a oposição, permanecerá. Em 2017, quando Macron derrotou Marine Le Pen pela primeira vez nas eleições presidenciais, houve uma percepção disseminada e equivocada de que o avanço da extrema-direita havia sido contido. Agora, parece mais que foi adiado.

O elevado comparecimento às urnas ontem, de cerca de 70%, foi o maior desde 1981. Ou seja, uma maioria que estava silenciosa votou para rejeitar a extrema-direita. Isso confirma a tendência de que partidos ou candidatos extremistas prosperam quando a abstenção é maior, como ocorreu nas recentes eleições europeias, em junho. Por isso o trumpismo nos EUA tenta dificultar o voto.

Mas é ingênuo pensar que a Reunião Nacional, partido de Le Pen, não possa ir além dos cerca de um terço dos votos que obteve ontem. Muito vai depender da eficácia do governo que sairá dessas eleições. E essa eficácia é, no mínimo, bastante incerta.

> "Difícil imaginar um programa que junte a extrema esquerda aos liberais"

Reformista quer acabar com o impasse nuclear no Irã

Najmeh Bozorgmehr
Financial Times, de Teerã

Apenas quatro meses atrás não se sabia nem se o reformista Masoud Pezeshkian teria permissão para concorrer ao Parlamento do Irã: os linhas-duras controlavam o poder, enquanto outras facções estavam alijadas dos espaços de influência. Mas agora ele deve ser o primeiro presidente reformista da república islâmica em duas décadas, depois de conquistar uma vitória inesperada no segundo turno das eleições, na sexta-feira.

O político de 69 anos derrotou seu rival linha-dura, Saeed Jalili, com promessas de mudança nas políticas de Teerã. O êxito revitalizou o marginalizado campo reformista, que ficara surpreso com a aprovação da candidatura e agora espera remodelar a direção da república, com a diluição do domínio dos conservadores e a introdução de reformas sociais e econômicas. O presidente anterior, o linha-dura Ebrahim Raisi, morreu em um acidente em maio.

"O árduo caminho que temos pela frente não será fácil sem a cooperação, a empatia e a confiança de vocês", escreveu Pezeshkian na rede social X. "Estendo minha mão a vocês e juro pela minha honra que não os deixarei sozinhos nesse caminho. Não me deixem sozinho."

A tarefa com que Pezeshkian se defronta é descomunal. O cirurgião herda uma das economias que mais sofre sanções no mundo, uma população desiludida e um sistema político em que a maior parte do poder está nas mãos do aiatolá Ali Khamenei, o líder supremo.

Na campanha, Pezeshkian prometeu reatar o diálogo com os EUA e países europeus para negociar o fim do impasse do Irã com o Ocidente na área nuclear e conseguir o relaxamento das sanções. Também se comprometeu a afrouxar restrições sociais, como a censura na internet e o duro tratamento reservado às mulheres que se recusam a usar o hijab, o lenço de cabeça das muçulmanas.

"Hoje estamos em um momento decisivo da transição do Irã da tradição para a modernidade, em que os principais líderes finalmente admitem que conduzir o governo é função de tecnocratas", disse Saeed Laylaz, economista e analista favorável à reforma. Ao mesmo tempo, Pezeshkian deixou clara sua obediência a Khamenei, ao se descrever como um reformista, mas também leal ao regime com pouca probabilidade de subverter o status quo.

Em seu discurso de vitória, Pezeshkian agradeceu a Khamenei, ao dizer que não teria êxito se não fosse pelo apoio do líder. Pezeshkian é leal ao regime desde a revolução islâmica de 1979. Nos anos 1980, quando era um jovem doutor, ele mobilizou equipes médicas para ajudar os feridos na guerra Irã-Iraque. Também estava entre os radicais que faziam campanha para tornar o hijab obrigatório para mulheres que trabalhavam em hospitais e universidades.

Mas, neste ano, na campanha, ele argumentou que não existiam textos islâmicos que sustentassem a perseguição a mulheres por não cobrirem a cabeça. Pezeshkian também prometeu acabar com as patrulhas da polícia da moralidade.

Uma tragédia pessoal mudou a vida de Pezeshkian, quando sua mulher e um filho foram mortos em um acidente de carro, há três décadas. Ele preferiu não se casar de novo e criou sozinho uma filha e dois outros filhos. Ao defender os direitos das mulheres, disse que nunca tentou coagir a filha enquanto a criava.

Pezeshkian cresceu em importância política durante os dois mandatos de Mohammad Khatami, o último presidente reformista, de 1997 a 2005, quando foi vice-ministro da Saúde e depois chefe do ministério. Enquanto trabalhava como cirurgião em hospitais públicos, foi eleito e reeleito como deputado.

Sua capacidade de promover mudanças dependerá de suas relações com Khamenei, já que a expectativa é de que encontre resistência. Presidentes anteriores que procuraram levar adiante agendas reformistas disseram que fracassaram por causa da resistência de dentro do sistema. Pezeshkian diz que seu governo será diferente, pois vai deixar de fora os radicais dos campos reformista e dos linhas-duras e estimular a unidade dentro do sistema de governo.

Reformistas argumentam que Pezeshkian será ajudado pela premissa de que o regime quer evitar disputas internas entre facções para manter a estabilidade enquanto se prepara para a sucessão de Khamenei, 85, quando ele morrer. No entanto, os pessimistas acreditam que o sistema é rígido demais para mudar. Diplomatas dizem que ficariam felizes com uma retórica menos hostil pelo novo governo — mas se perguntam quanta influência Pezeshkian terá, dado que políticas-chaves são ditadas pelo líder supremo e seu braço de poder, a Guarda Revolucionária.

"Ouvimos as palavras de Pezeshkian com muito interesse, mas o tempo das palavras acabou. Precisamos ver ações", disse um diplomata ocidental em Teerã, para quem as relações só melhorariam com mudanças em áreas sobre as quais o presidente tem pouco controle.

Valor ECONÔMICO

Estímulos elevam a renda, mas também pressionam a inflação

A renda está crescendo acima da inflação em todas as classes de rendimentos, em um ritmo que se assemelha ao de 2013, quando o pleno emprego e os estímulos fiscais diretos e indiretos explodiram, no governo de Dilma Rousseff. Os recursos provenientes do trabalho impulsionam o avanço, alavancados pelo aumento real do salário mínimo e os benefícios previdenciários e assistenciais, por ele corrigidos. Para as classes A e B, que dependem menos dos salários e mais de investimentos financeiros e outras rendas, os aumentos são, respectivamente, de 6,6% e 8,7%, segundo o estudo Classes de Renda e Consumo no Brasil: 2024-2034, feito pela Tendências Consultoria (**Valor**, 5 de julho).

Os pontos positivos dessa situação são óbvios. O impulso à renda, via estímulos fiscais e parafiscais, é a tecnologia favorita dos governos petistas. As vantagens são o pleno emprego, ao qual o país está perto de chegar — 7,1% em maio, ante 6,8% em 2014 —, o aumento da população ocupada, que passou de 101 milhões de pessoas, o consumo em alta e o crescimento da economia, de 3% nos últimos dois anos. Os pontos negativos são também conhecidos: a inflação vai demorar mais a cair, assim como os juros, e o déficit público aumentará — ponto frágil do atual governo Lula e de sua antecessora, Dilma.

Os aumentos de renda das classes C e D, que, somadas compõem 71% dos domicílios da pesquisa, tiveram uma injeção direta de recursos proporcionados pelos benefícios previdenciários, de prestação continuada, abono salarial e seguro desemprego, todos corrigidos além da inflação pela nova fórmula de atualização do salário mínimo — INPC mais o avanço do PIB de dois anos atrás. No caso das classes D e E, as mais numerosas (49,9% dos domicílios), o avanço da renda foi de 3,5%, praticamente em linha com o aumento real de 3% do reajuste em 2024. O Bolsa Família teve triplicado seu orçamento. De 0,5% do PIB, até 2021, saltou a 1,6% do PIB.

É desejável e necessário que a renda do trabalho e as demais aumentem com o crescimento da economia, desde que sigam um ritmo compatível. Há, porém, um descompasso. A PEC da Transição fez os gastos do governo darem um pulo de R$ 168 bilhões no ano passado. A esse acréscimo foram feitos outros no governo Lula para turbinar a economia a ponto de ela, segundo cálculos privados e do Banco Central, já estar próxima de seu potencial. Um ritmo mais acelerado, nestas circunstâncias, significa inflação mais alta um ou dois anos à frente. A resistência, ou mesmo aumento, da inflação dos serviços, em várias de suas categorias — subjacente, que acompanha os ciclos, e intensivos em trabalho, que capta o progresso dos salários — é um sintoma disso.

Os estímulos à renda são cumulativos e já deram um salto no ano passado, ao qual se justapõem os aumentos reais de agora. Já em 2023, segundo Fernando Montero, economista-chefe da Tullett Prebon, a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDBF), que soma rendimentos do trabalho e de outras fontes, e sua versão restrita, divulgada pelo BC, cresceram, em termos reais, 7,7% no trimestre móvel até agosto e 7,9% no acumulado do ano.

O BNDES, em publicação oficial, resumiu boa parte dos incentivos rápidos à economia. Após liberar R$ 93,1 bilhões em precatórios nos momentos finais de 2023, houve antecipação de pagamentos de R$ 30 bilhões no início do ano. A injeção conjunta de recursos em prazo curto correspondeu a 1,1% do PIB (Estudo Especial BNDES 21/2024). A antecipação de pagamento do décimo terceiro salário para aposentados e pensionistas para o primeiro semestre correspondeu a 0,6% do PIB, ou R$ 67 bilhões. Não é um recurso novo, mas somado aos precatórios trouxe despesas de R$ 200 bilhões no início de 2024, algo nada desprezível se for considerado que o PIB trimestral foi de R$ 2,7 trilhões.

Um dos resultados é que a renda disponível bruta das famílias (restrita) trimestral, com ajuste sazonal e anualizada, atingiu R$ 375 bilhões mensais, segundo o BC. Houve acréscimo próximo de R$ 25 bilhões em relação ao fim do ano passado, o que significa que, se tudo se mantiver constante, serão mais R$ 300 bilhões nas mãos dos consumidores (não considerados impostos, dívidas etc).

Esses incentivos à demanda podem estar acima da capacidade da economia em atendê-la. Um sintoma claro é que, mesmo com a carga forte de juros, a inflação resiste a cair. Uma maneira de evitar este problema é que os investimentos aumentem — embora em seu primeiro estágio, eles também sejam gastos — e há indicações de que isso está ocorrendo, como demonstram as fortes importações de bens de capital, que cresceu 17,4% em junho (**Valor**, 4 de julho). Mas os investimentos são movidos pela confiança, que tem faltado recentemente porque há sérias dúvidas sobre a solidez fiscal.

Falta dosar os estímulos à economia. Déficit zero ou superávit retiraria um pouco o gás dos preços, até que a inflação perdesse fôlego e os investimentos maturassem. Para isso seria preciso conter ânsias eleitorais e vieses anacrônicos do Planalto, o que não é uma tarefa fácil e que tem recaído apenas sob os ombros do ministro da Fazenda.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Concorrência cresceu e ajudou a reduzir custo do crédito na ponta. Por **Lucas Caminha e Marcus Rosa**

O que as plataformas de investimento mudaram no mercado?

A mídia e mercado vêm repercutindo bastante como os títulos públicos remunerando a IPCA + 6,4% superam (com folga) o Ibovespa e quase todas as classes de investimentos no país. Esse estado de coisas, junto ao último Relatório de Economia Bancária do Banco Central, convida provocações sobre a concorrência na captação e demanda por investimentos no Brasil.

Mesmo em plena era das plataformas de ativos financeiros, o perfil de investimento no país ainda é de renda fixa, com foco em títulos públicos e títulos bancários (ex: CDB, RDB, LCA e LCI, nos quais o investidor tem cobertura do FGC até R$ 250 mil por grupo financeiro). Segundo dados da B3, temos quatro vezes mais pessoas físicas (PFs) investidores em renda fixa do que em renda variável. Esse histórico vem de alguns motivos, mas exploraremos três com mais detalhes.

Primeiro, uma taxa básica de juros historicamente alta, que passou mais tempo em dois dígitos do que um dígito nas últimas três décadas – às vezes com maior juro real do mundo. Para além da política monetária, a consequência é que investidores têm acesso a um retorno atrativo com um risco baixíssimo, seja por meio de títulos públicos (risco-Brasil) ou bancários (cobertura do FGC, com as reflexões que veremos adiante). Em outras palavras, a taxa Selic reduz o custo de oportunidade de investidores alocarem seus recursos em aplicações conservadoras vis-à-vis ativos alternativos/mais arriscados.

Segundo, a "febre dos títulos isentos". Pessoas físicas que investem em LCA e LCI não recolhem IR sobre rendimentos — uma renúncia fiscal construída para canalizar/baratear crédito bancário a empresas do setor agro e imobiliário (na prática, bancos que financiam esses setores conseguem captar depósitos a prazo pagando taxas menores em LCA e LCI do que em CDB, em que o investidor recolhe IR). No início do ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) enxugou os lastros elegíveis para emissão de LCA e LCI, argumentando que alguns créditos utilizados pelo mercado como lastros não estavam efetivamente indo para tomadores do agro/imobiliário. Houve queda na emissão dos títulos isentos, mas a procura pelos investidores segue em alta (especialmente após o come-cotas de fundos fechados).

Terceiro, a consolidação das plataformas abertas e modelo de negócio de marketplace financeiro, migrando do modelo fechado dos bancos tradicionais. Um modelo de "arquitetura aberta" com ativos de emissão própria e de terceiros, inclusive no exterior, trazendo as eficiências clássicas dos "mercados de dois lados". No Brasil, ampliou-se o acesso a investimentos em geral, mas especialmente à captação bancária. Desde 2019, o setor financeiro aumentou a distribuição nas plataformas em 246,5% (ex: bancos, financeiras, e cooperativas). Só no ano passado, esse aumento foi de 17,3%, segundo BC.

Esse cenário traz algumas eficiências ao país:

- Maior concorrência entre emissores pelo investidor, dado que instituições menores conseguem captar por meio dos canais de distribuição das plataformas independentes (i.e., sem precisar construir canais orgânicos como os grupos maiores). De 2019 até 2023, do total de recursos captados pelo setor financeiro, (i) bancos do segmento S1 perderam market share, de 75% para 68% (os seis maiores do país, que também tiveram de aumentar a remuneração dos seus títulos); (ii) bancos S2 perderam market share, de 12% para 8%; (iii) bancos S3 aumentaram market share, de 8% para 11%; e (iv) cooperativas aumentaram market share, de 3% para 8% (BC).
- Investidores de varejo têm menos incentivos para se aventurarem em aplicações arriscadas para as quais não têm o devido conhecimento técnico (ex: ações, fundos multimercado etc). A própria caderneta de poupança vem sofrendo uma queda expressiva, tanto na captação quanto no estoque, e cada vez mais sacada por investidores que então reaplicam em títulos bancários.

Por outro lado, preocupam algumas questões:

- Essa transferência dos investimentos para títulos públicos/bancários também significa um certo "custo de oportunidade" na economia em geral. Especialmente no caso de títulos públicos, esses são recursos que não estão chegando em setores produtivos que captam via mercado de capitais (infraestrutura, energia, transportes etc). Temos um efeito semelhante com investidores institucionais de previdência – fundos de pensão ainda têm fortes incentivos contábeis/fiscais para manter uma alocação relevante em títulos públicos.
- A remuneração atrativa/segura desses ativos pode reduzir o incentivo para aumentar a sofisticação do mercado de capitais, como diz Carlos Ragazzo. Temos iniciativas promissoras para ampliar o acesso de emissores e novas tecnologias, como o Centro de Regulação e Inovação Aplicada (CRIA) da CVM, e o Projeto-Piloto Drex (Real Digital) do BC, que criam bases para tokenização. São iniciativas que devem ser somadas ao macroeconômico, como alinhamento entre as políticas fiscal e monetária, e iniciativas estruturais para maior proteção a investidores minoritários – discussão em andamento no PL nº 2925/23, com protagonismo da CVM e da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda (e que merece o seu próprio artigo).
- Algumas instituições não bancárias de menor porte/liquidez, após acessarem os canais de distribuição das plataformas, passaram a emitir fortemente ativos cobertos pelo FGC. São CDBs, RDBs e afins com remuneração bem acima da média de mercado (por serem emissores de maior risco), e que usam a cobertura do FGC como principal elemento de atração comercial. Na prática, as plataformas levaram a um aumento expressivo no valor de depósitos segurados pelo FGC, gerando preocupações sobre o peso atuarial no Fundo. Esse é um cenário já notado pelo BC — em 2018, a Resolução CMN nº 4.653 aumentou o percentual de contribuição ao FGC por instituições que dependem desproporcionalmente da captação por ativos cobertos (uma forma de desincentivo). Em 2023, a Resolução CMN nº 5.114 também determinou que as instituições que ultrapassem um valor expressivo de captação coberta devem aplicar parte dessa captação em títulos públicos, colocando um teto na alavancagem.

Fechando esse panorama rápido, (i) as plataformas abertas aumentaram a concorrência por investidores, o que também contribui para reduzir o custo do crédito bancário na ponta; e (ii) os setores produtivos ganhariam com uma destinação maior dos investimentos do país ao mercado de capitais, tal como via debêntures incentivadas e de infraestrutura, mas que precisam remunerar acima de títulos públicos/bancários para justificar o aumento no risco — acima da famigerada NTN-B de IPCA+6,4%.

Lucas Caminha é doutorando em Direito da Regulação pela FGV, mestre em Direito Empresarial pela UERJ, autor das obras "Novo Mercado de Crédito: Concorrência, Regulação e Novas Tecnologias" e "Captação de Recursos por Startups", e advogado no setor financeiro. Mail: lcaminhals@gmail.com
Marcus Paulus de Oliveira Rosa é advogado público federal, doutorando e mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Mail: marcuspaulusoliveira@yahoo.com.br

As opiniões são pessoais e não necessariamente coincidentes com a visão das instituições às quais os autores são afiliados.

Preocupada comemoração

Gustavo Loyola

A semana passada foi de comemoração dos 30 anos do lançamento do exitoso Plano Real. Sem dúvida, tratou-se de excelente oportunidade para lembrar à sociedade brasileira como era a vida em uma economia cronicamente hiperinflacionária, na qual todos sofriam com a impossibilidade de planejar o futuro e com o ônus da inflação pesando sobre o bolso das pessoas, em particular sobre a população mais carente e vulnerável.

No âmbito dessa comemoração, houve praticamente unanimidade entre os economistas que se manifestaram a respeito, considerando que a estabilização brasileira foi muito mais do que um "big bang" em primeiro de julho de 1994, com a troca da moeda, mas sim um processo que exigiu competência na gestão macroeconômica nos anos seguintes, em que a nova moeda foi testada em seus limites, por variadas crises de origem doméstica e externa.

A lista é grande: crise da "tequila" de 1994, problemas bancários domésticos no período 1995-1997, crise asiática em 1997, crise da Rússia de 1998, o abandono da âncora cambial e a forte desvalorização do real no início de 1999, as incertezas sobre o governo Lula em 2002, a grande crise financeira global de 2008 e 2009, a pandemia da covid-19, entre outras, sem contar o experimento desastroso e temerário da famigerada "nova matriz econômica" levado a cabo pela dupla Dilma/Mantega entre 2011 e 2015.

De todos esses episódios de crise, aquele me pareceu um dos mais perigosos para a estabilidade de moeda iniciada com o Plano Real foi justamente a tentativa de abandono do tripé macroeconômico — câmbio flutuante, regime de metas de inflação e equilíbrio fiscal — no governo Dilma e sua substituição por uma "nova matriz macroeconômica", caracterizada pelas pedaladas fiscais e farta distribuição de subsídios creditícios, além de intervenção no mercado cambial e afrouxamento do regime de metas para a inflação, buscando redução das taxas de juros. Felizmente, o experimento foi interrompido a tempo, embora por um processo político traumático, deixando em seu rastro, no entanto, uma das maiores e mais persistentes recessões econômicas das últimas décadas no Brasil.

Até pouco tempo, não se acreditava que a economia brasileira pudesse voltar a ser ameaçada tão cedo por algo do tipo "nova matriz macroeconômica", mesmo com a volta do PT ao poder, tendo em vista o óbvio fracasso — inclusive no plano político — desse canhestro experimento do governo Dilma. Lamentavelmente, no panorama visto de hoje, os agentes de mercado começaram a rever tal crença em um cenário benigno, haja vista o comportamento recente do governo, inclusive tendo em conta declarações erráticas partindo do próprio presidente da República, abrangendo tanto a política monetária quanto a cambial, no que poderia representar uma nova grave ameaça à estabilidade da moeda brasileira.

De fato, ainda que o recente recuo tático do presidente Lula em algumas de suas falas mais agressivas em relação ao Bacen e a renovação da promessa de cumprimento da meta fiscal possam momentaneamente ter acalmado o mercado, o pano de fundo continua incerto, haja vista o padrão de idas e vindas que tem sido observado desde o início do atual mandato presidencial. Agrava a situação o fato de o governo não ter se comprometido em atacar os problemas estruturais das contas públicas, como a vinculação dos benefícios ao salário mínimo que tem uma regra de reajuste acima da inflação, situação em que os espaços para corte discricionários de gastos estão praticamente se esgotando. Além disso, a estratégia de buscar brechas no sistema tributário para aumentar a arrecadação tem tido pouco eco no Congresso Nacional, como se viu no caso da desoneração da folha de pagamentos.

É difícil encontrar racionalidade em atitudes de Lula que vão acabar contaminando o desempenho da economia

Um aspecto que impressiona hoje na conjuntura econômica brasileira atual é o descolamento entre o que está acontecendo na economia real e a turbulência que vem afetando os mercados financeiros, por conta principalmente de uma comunicação caótica no governo e da ausência de política mais firme de ajuste fiscal. Difícil é encontrar alguma racionalidade em atitudes do presidente da República que vão acabar contaminando o desempenho da economia, trazendo-lhe prejuízos políticos aparentemente óbvios.

Por tudo isso que vem ocorrendo, é que os 30 anos do Plano Real acabaram sendo comemorados num ambiente de preocupação quase generalizada com os rumos da estabilidade macroeconômica brasileira, justamente quando está na presidência um político que, em 2003, foi fundamental para a continuidade das políticas macroeconômicas responsáveis que resultaram do Plano Real, ao contrariar frontalmente posições históricas do seu partido em relação à política econômica do governo FHC.

Pode-se especular a respeito das razões que fazem com que o Lula de 2024 esteja sendo muito diferente do político pragmático de 2003, mas, como economistas, o que nos cabe alertar é que os riscos de um descarrilamento da economia da trajetória de ajuste macroeconômico iniciado 30 anos atrás se tornaram hoje muito maiores, fato que explica a forte desvalorização recente dos ativos denominados em reais.

Gustavo Loyola, doutor em Economia pela EPGE/FGV, é ex-presidente do Banco Central - sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo.

Prioridade é para políticas que criem prosperidade e bons empregos. Por **Rodrik, Tyson e Frickel**

Do Consenso de Washington ao de Berlim

As mudanças de paradigma no pensamento econômico dominante geralmente acompanham crises que exigem novas respostas, como ocorreu depois da estagflação — baixo crescimento e inflação elevada — ter atingido as economias avançadas na década de 1970. E pode estar acontecendo novamente, à medida que as democracias liberais confrontam uma onda de desconfiança popular na sua capacidade de servir aos seus cidadãos e enfrentar as múltiplas crises — que vão das alterações climáticas às insuportáveis desigualdades e aos grandes conflitos globais — que ameaçam o nosso futuro.

As consequências podem agora ser vistas nos Estados Unidos, onde o ex-presidente Donald Trump tem boas chances de vencer as eleições presidenciais de novembro. Da mesma forma, um governo de extrema direita poderia assumir o poder na França após as antecipadas próximas eleições. Para evitar políticas populistas perigosas que exploram a raiva dos eleitores e para evitar grandes danos à humanidade e ao planeta, temos de abordar urgentemente as profundas causas do ressentimento das pessoas.

Com esse imperativo em mente, muitos economistas e profissionais de renome reuniram-se em Berlim no final de maio para uma cúpula organizada pelo Fórum Nova Economia. A cúpula "Reconquistar o Povo" levou a algo semelhante a um novo entendimento que poderá substituir o "Consenso de Washington" de mercado liberal, que durante quatro décadas enfatizou a primazia do livre comércio e dos fluxos de capital, da desregulamentação, da privatização e de outras medidas pró-mercado.

A Declaração de Berlim publicada no final do encontro foi assinada por dezenas de acadêmicos de destaque, incluindo o Prêmio Nobel Angus Deaton, Mariana Mazzucato e Olivier Blanchard, bem como por Thomas Piketty, Isabella Weber, Branko Milanovic e muitos outros.

O Consenso de Washington tornou-se instável há algum tempo, desafiado por inúmeras pesquisas que documentam o aumento da desigualdade de rendimentos e de riqueza e as suas causas, bem como reavaliações do papel da política industrial e das estratégias para combater as alterações climáticas. As recentes crises, para não mencionar o perigo de perder a luta pela própria democracia liberal, catalisaram um esforço para traduzir toda essa pesquisa em um novo quadro comum de políticas para reconquistar os cidadãos.

Sentimento de impotência das pessoas foi desencadeado por choques decorrentes da globalização e das mudanças tecnológicas, amplificados pelas alterações climáticas, pela inteligência artificial, pelo recente choque inflacionário e pela austeridade

A Declaração de Berlim destaca provas generalizadas de que a desconfiança das pessoas é, em grande medida, motivada pela experiência compartilhada de uma perda de controle real ou percebido sobre a própria subsistência e a trajetória das mudanças sociais. Esse sentimento de impotência foi desencadeado por choques decorrentes da globalização e das mudanças tecnológicas, amplificados pelas alterações climáticas, pela inteligência artificial, pelo recente choque inflacionário e pela austeridade.

Esse diagnóstico leva logicamente a uma conclusão igualmente clara. Para reconquistar a confiança das pessoas são necessárias políticas que restaurem a segurança na sua capacidade — e na de seus governos — de responderem eficazmente aos problemas reais que enfrentam. Isto significa concentrar as políticas na criação de prosperidade compartilhada e de bons empregos, incluindo aquelas que abordem proativamente as iminentes perturbações regionais, apoiando novas indústrias e orientando a inovação para a criação de riqueza para a maioria.

Há igualmente um forte apoio à criação de uma forma mais saudável de globalização, à coordenação das políticas climáticas e à permissão do controle nacional sobre interesses estratégicos cruciais. Subjacente a essas prioridades está um amplo acordo de que as desigualdades de renda e de riqueza precisam ser reduzidas.

Como parte de um novo consenso, as políticas climáticas precisarão combinar preços razoáveis do carbono com fortes e positivos incentivos, bem como ambiciosos investimentos em infraestruturas. E há uma aceitação generalizada da necessidade de os países em desenvolvimento obterem os recursos financeiros e tecnológicos que necessitam para embarcarem na transição climática. Em suma, existe um novo consenso compartilhado de que é necessário estabelecer um novo equilíbrio entre os mercados e a ação coletiva.

Concordar sobre tudo isso provavelmente não teria sido possível há cinco anos. O grande número de signatários e a diversidade de perspectivas que representam refletem o quanto a discussão mudou com a acumulação de cada vez mais provas empíricas.

Os signatários da Declaração de Berlim não pretendem ter todas as respostas; longe disso. Pelo contrário, o objetivo da declaração é oferecer um documento de princípios que obviamente diferem da ortodoxia anterior e criar um mandato para refinar conceitos políticos para serem praticados. A forma de acertar a política industrial precisa ser definida em um contexto nacional, bem como em um esforço cooperativo internacional; o mesmo se aplica à forma como os governos poderão melhor incentivar o comportamento favorável ao ambiente. Questões como reformular a globalização ou reduzir de forma mais eficaz a desigualdade econômica também permanecem em aberto.

No entanto, alcançar um consenso sobre os princípios que deveriam orientar os decisores políticos é extremamente importante. Reconhecer que os mercados por si só não conseguirão interromper as alterações climáticas nem conduzirão a uma distribuição menos desigual da riqueza é apenas um passo no sentido de conceber estratégias ideais que possam abordar eficazmente os reais desafios que enfrentamos. Muito progresso já foi feito nessa frente.

Enfrentamos agora uma escolha entre uma reação populista protecionista, com todos os conflitos que isso implica, e um novo conjunto de políticas que atendem às preocupações das pessoas. Para prevenir os populistas, precisamos de um novo consenso político que se concentre nas causas da desconfiança dos cidadãos, e não nos sintomas.

É necessário um esforço orquestrado para colocar os cidadãos e os seus governos novamente no comando e promover o bem-estar de muitos, para restaurar a confiança na capacidade das nossas sociedades para superar crises e garantir um futuro melhor. Reconquistar o povo requer nada mais — nada menos — do que um programa para a população.

A Declaração de Berlim também foi assinada por Adam Tooze, Gabriel Zucman, Jens Südekum, Mark Blyth, Catherine Fieschi, Xavier Ragot, Daniela Schwarzer, Robert Johnson, Dalia Marin, Jean Pisani-Ferry, Barry Eichengreen, Laurence Tubiana, Pascal Lamy, Ann Pettifor, Maja Göpel, Stormy-Annika Mildner, Francesca Bria, Katharina Pistor e cerca de 50 outros pesquisadores e profissionais. ***(Tradução de Anna Maria Dalle Luche)***

Dani Rodrik, professor de Economia Política Internacional na Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard, é presidente da Associação Econômica Internacional e autor de Straight Talk on Trade: Ideas for a Sane World Economy.
Laura Tyson, ex-presidente do Conselho de Consultores Econômicos do Presidente durante o governo Bill Clinton, é professora na Faculdade de Comércio Haas da Universidade da Califórnia, Berkeley, e membro do Conselho de Consultores do Grupo Angeleno.
Thomas Frickel é diretor do Fórum para uma Nova Economia.

Frase do dia

"A maré está subindo. Não subiu alto o suficiente desta vez, mas continua subindo".

Da líder do Reunião Nacional, a direitista francesa Marine Le Pen, para quem a vitória de seu partido foi apenas postergada

Cartas de Leitores

Reforma tributária

Depois de 30 anos engavetado, o importante projeto da reforma tributária poderá ter concluída sua votação na Câmara até o dia 18 de julho. Com a simplificação e redução de impostos, fará com que o Brasil finalmente deixe de penalizar a atividade produtiva, que há décadas sofre com a elevada carga de impostos. Como indica o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o projeto já poderá ser votado em plenário na próxima semana, após a apresentação do relatório final na última quinta-feira. Longe dos ruídos nefastos do Planalto, Lira, com apoio da maioria, foi quem encampou essa reforma que dará marca ao seu mandato presidindo a Câmara.

Além da implantação do cashback — devolução de impostos para as classes mais desfavorecidas —, também foi incluído neste projeto o "imposto do pecado", mais alto para produtos que fazem mal à saúde, como bebidas, cigarros, jogos de azar e etc, e também para carros elétricos, menos caminhões. O índice de imposto médio poderá ficar em torno de 26,5%, contra os 34% de hoje. Ou seja, essa reforma tributária, que terá período de transição com início em 2026 e será implementada na íntegra até 2033, poderá beneficiar a nação assim como o Real, criado por Itamar e FHC há 30 anos.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Advogados da AGU

Advogados da Advocacia-Geral da União (AGU), concursados, com emprego vitalício, invejáveis salários e consideráveis penduricalhos (auxílio-alimentação, auxílio-transporte, plano de saúde, auxílio pré-escolar e auxílio funeral), também recebem honorários de sucumbência.

Há um movimento no Congresso para acabar com os ganhos adicionais dos Advogados da AGU, auferidos no exercício da função, sob a alegação de que tem o vínculo empregatício assegurado, salário garantido todo mês. Enquanto o ganho adicional é justo e próprio, tão somente, à situação do advogado sem vínculo empregatício.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Pantanal

Como se não bastassem os terríveis incêndios de 2022, agora o bioma do Pantanal perde mais de 670 mil ha para o fogo. Lamentavelmente nenhum dos governos dos dois Mato Grossos agiu na hora certa. O governo federal também pecou. O valor estimado da biodiversidade perdida é de mais de R$ 1 bilhão.

Os países que enfrentam os incêndios utilizam de aviões Jumbos adaptados com tanques que levam 20 a 30 mil litros de água a cada viagem e os que por aqui temos carregam bolsas para buscar água no Rio Paraguai. O Pantanal, que já foi cartão postal para visitantes de todo mundo, hoje arde em chamas.

José Pedro Naisser
jpnaisser@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

Ambiente Inger Andersen, diretora do Pnuma, diz que acordo global deveria banir plásticos desnecessários, ter metas e definir responsabilidade para empresas

"Esse não é um acordo contra o plástico, mas contra a poluição"

Daniela Chiaretti
De São Paulo

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Inger Andersen: "Comprar cinco tomates, colocá-los em sacola plástica, usá-la por cinco minutos e aquilo fica mil anos em um aterro sanitário? É loucura"

A economista Inger Andersen veio ao Brasil, na semana passada, com agenda tomada pelo acordo global de combate à poluição plástica que o mundo deve fechar em dezembro, na Coreia do Sul e tem o potencial de revolucionar as economias. "É um acordo que trata de todo o ciclo de vida dos plásticos. Não se trata de um acordo de reciclagem: os países devem reciclar e ponto", diz a diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Pnuma. "Mas esse não é um acordo contra o plástico —é um acordo contra o plástico no meio ambiente."

Na sua visão, o acordo deveria eliminar plásticos de uso único e desnecessário (como sacolas e copos), garantir investimentos em pesquisa para mudar produtos (de líquidos para sólidos, por exemplo) e assegurar que embalagens necessárias sejam recicladas.

Além disso, o acordo deveria contemplar uma lista de produtos químicos que sejam proibidos na produção das embalagens por causar danos à saúde e à biodiversidade. O acordo deveria conter princípios de Responsabilidade Estendida do Produtor (em inglês, EPR), organizados depois nas legislações nacionais, ter metas e financiamento adequado.

Em Brasília, ela teve encontros com os ministros Marina Silva, do Meio Ambiente ("uma inspiração para o mundo e para o Brasil"), Sonia Guajajara, dos Povos Indígenas, Carlos Fávaro, da Agricultura e Pecuária, Luciana Santos, da Ciência e Tecnologia, o vice-presidente Geraldo Alckmin e no Itamaraty.

Das mais de 7 bilhões de toneladas de lixo plástico produzidas no mundo, só 10% são recicladas, segundo o Pnuma. Estimativas dizem que há entre 75 milhões e 199 milhões de toneladas de plásticos no oceano. Relatório da OCDE, de 2022, dizia que a quantidade de plástico produzida no mundo pode triplicar até 2060, com metade dos resíduos indo a aterros e menos de um quinto, reciclado.

Com mais de 30 anos de experiência em desenvolvimento econômico e formulação de políticas públicas, Inger Andersen recebeu o **Valor** em Brasília, na Casa da ONU. Falou sobre a inovação de fabricantes de refrigerantes, disse que há tempo para fechar um bom acordo sobre poluição plástica e que assuntos de clima e ambiente não são questões do espectro político da direita ou esquerda, mas de futuro e justiça. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *A senhora falou a estudantes da UnB. O que disse?*

Inger: Falei sobre o que chamamos de a tripla crise planetária: a mudança do clima, a crise da natureza e a perda de biodiversidade e a crise da poluição e do lixo. São crises conectadas. Boas ações em biodiversidade são boas para o clima e a resiliência, e também para a adaptação e a mitigação. Ter avanços no combate à poluição é bom para a biodiversidade. Isso é óbvio. A ciência é clara e há muita ação acontecendo, mas tudo muito devagar. Temos que acelerar muito e ter boas lideranças políticas.

Valor: *E na central das cooperativa de catadores, a Centcoop?*

Inger: Lá aprendi muito. Os catadores são uma voz importante nas negociações sobre plásticos.

Valor: *Só falta uma reunião para que se feche o acordo sobre poluição plástica. O que se pode esperar?*

Inger: Esse é um acordo que trata de todo o ciclo de vida dos plásticos, não se trata de um acordo de reciclagem. Não precisamos de um acordo global sobre reciclagem: os países devem reciclar, ponto. E esse não é um acordo contra o plástico —é um acordo contra o plástico no meio ambiente. Entre 60 a 80% do que acaba no meio ambiente é plástico de uso único ou de vida curta, sacolas, copos, recipientes. Temos que falar sobre isso.

Valor: *Tem quem defenda limites à produção de plásticos.*

Inger: Na minha opinião isso não faz sentido. Precisaremos de plástico para veículos elétricos, trens, navios, coisas que nem sequer inventamos. Veículos elétricos são 60% plástico rígido. Colocar um limite na produção não é realista. Não sabemos a quantidade de plástico que precisaremos. Devemos ter cuidado ao colocar limites artificialmente. Mas acho que o acordo deve tratar da eliminação do uso único desnecessário e dos plásticos de curta duração. Há muito o que podemos fazer.

> "Limitar a produção não é realista. Mas o acordo deve tratar da eliminação do plástico de uso único"
> *Inger Andersen*

Valor: *Pode dar exemplos?*

Inger: Nós compramos, usamos e jogamos fora sem pensar, incluindo grande parte do plástico que acaba no ambiente. Vi na cooperativa em Brasília o volume de garrafas de material de limpeza líquido. Nossas mães não tinham isso, usavam sabão em pedra. Hoje há muita inovação nesse tópico.

Valor: *Como o quê?*

Inger: Não precisamos voltar ao passado, mas podemos usar sabonetes, cosméticos ou produtos de limpeza em forma seca, como um comprimido, um concentrado. Embalagens bem pequenas com muito conteúdo. Temos que eliminar plásticos de vida curta e, em segundo lugar, tudo o que é inútil: comprar cinco tomates, colocá-los em uma sacola plástica, caminhar para casa por cinco minutos e aquilo fica mil anos em um aterro? É loucura. O Quênia eliminou sacolas plásticas há 10 anos, Ruanda foi pioneira há 17 anos. Vivemos bem sem elas. É o primeiro passo.

Valor: *Qual é o segundo?*

Inger: Vamos pensar no produto e reinventá-lo. A Pepsi Cola comprou a SodaStream, que fabrica água com gás. Agora as pessoas podem comprar seu refrigerante em um pequeno envelope seco. É possível mudar com inovação. Gatorade pode ser comprado agora em um tablete e colocado na garrafa que levamos à academia. Está se pensando em mudar produtos e ninguém sai prejudicado. As empresas continuam produzindo.

Valor: *Quais outros pontos são importantes para o acordo?*

Inger: Estamos negociando. Mas veja: eliminar o uso desnecessário do plástico de uso único e repensar produtos, mas ainda há plástico que será jogado fora, de uso químico e recipientes que precisaremos para segurança alimentar e higiene. Essas coisas são necessárias e boas, mas temos que nos certificar de que sejam recicláveis. Isso significa embalagens que não devem, por exemplo, ter camada dupla. Dentro de um saco de batatas fritas há uma lâmina metálica que não se consegue reciclar. O saco se torna lixo. Compramos ovos em uma bandeja de plástico em vez de papelão, mas o plástico não pode ser reciclado porque é muito fino. Também vira lixo. Precisamos de recipientes 100% recicláveis. Vamos ter que conversar sobre os produtos químicos que vão nessas embalagens.

Valor: *Em resumo, o que deve conter o acordo, na sua visão?*

Inger: Eliminar o uso desnecessário e único, garantir que tenhamos o máximo de pesquisa e desenvolvimento para produtos. No design dos produtos, evitar dupla camada e garantir uma lista de produtos químicos que não queremos porque são desreguladores endócrinos, de fertilidade, tóxicos. Queremos que fiquem fora dos nossos corpos e da cadeia alimentar. Isso é normal. E uma boa política de reciclagem e uma clara Responsabilidade Estendida do Produtor (em inglês, EPR). Imagino um texto que descreva, em linhas gerais, o que seria EPR. Depois os países farão sua própria legislação.

Valor: *Espera que o acordo tenha esses detalhe e metas?*

Inger: Sim. Será importante para o acordo. Se quisermos acabar com a poluição plástica, temos que eliminar algumas coisas. Pesquisa e o desenvolvimento virão, isso será feito pelas empresas de bens de consumo, já está acontecendo e o acordo pode incentivar. Espero que tenha alguns princípios e diretrizes sobre design de produtos e químicos que não queremos mais. E investimentos em reciclagem e algumas metas. O Brasil quer reciclar 48% dos resíduos sólidos até 2040. É exatamente o que precisamos ver em todos os países. Aí sim os resíduos terão valor.

Valor: *E os catadores?*

Inger: Parabéns ao Brasil que incluiu os catadores em sua delegação nacional. Há 78 catadores de materiais recicláveis, de todo o mundo, nas negociações. São um grupo muito forte, com uma voz muito positiva. Trabalham em condições perigosas, na maioria dos países, são mulheres. Querem condições de trabalho mais decentes, como a coleta feita em casa — um dia para vidro, outra para plásticos, por exemplo, e organizada pelos municípios. Uma transição justa com trabalho decente, seguro e que garanta seu futuro.

Valor: *A senhora tem dito que não se deve poluir para se desenvolver. Pode falar mais sobre isso?*

Inger: A Revolução Industrial presumia que poluir fosse o caminho para a riqueza. Depois veio o nevoeiro em Londres, o Tâmisa sujo e quem pagou o preço foram as pessoas pobres. Hoje o entendimento é que não se pode poluir o caminho para o desenvolvimento, porque ele se torna desigual. Alguns ficarão bem, terão belos gramados e ar puro. Mas outros, que moram perto de fábricas e lagoas sujas, pagarão um preço alto e o impacto social será muito maior. A injustiça social irá ameaçar a estabilidade dos sistemas.

Valor: *O texto tem muitas páginas. Dará tempo?*

Inger: É meu trabalho fazer que aconteça. O texto inicial tinha 20 páginas. Os 193 países e muitas ongs fizeram propostas e somos obrigados a colocá-las lá, é assim que o multilateralismo funciona. Agora há uma sessão em Bangkok onde os diplomatas irão trabalhar no design de produto e em financiamento. Se conseguirem resolver esses pontos, o resto começará a se encaixar. Não precisamos definir tudo, levamos 21 anos para chegar ao Acordo de Paris. Mas temos que ter um texto forte o bastante para gerar ação como na eliminação de plásticos de um único uso, no EPR, nos produtos químicos, nos princípios de design. Com a dimensão do financiamento em vigor e algumas metas, por exemplo, em reciclagem, ou para plásticos de uso único.

Valor: *E legalmente vinculante?*

Inger: Terá elementos legalmente obrigatórios, acho que há consenso total sobre isso. Continuo sendo uma otimista cautelosa. Quando fomos à COP 15, de biodiversidade, em Montreal, o texto era ainda pior e conseguimos um acordo muito bom.

Valor: *E sobre financiamento?*

Inger: Há várias propostas. É bem diferente do financiamento climático. Porque quem produz o plástico e quem fará a inovação? O setor privado. Não vamos construir novas fábricas de plástico com dinheiro público, mas em clima estamos investindo em energias alternativas. Comparo essa iniciativa com o Acordo de Montreal. Os US$ 5 bilhões que foram colocados ali, em 40 anos, não serviram para novas fábricas de geladeira. O que fizemos foi apoiar países nas mudanças legislativas e tecnológicas necessárias, para que o setor privado se reorientasse. Vejo o financiamento no acordo de plásticos mais parecido a isso. Os fabricantes de plásticos e a indústria química, e a de cosméticos, são brilhantes. Vão inventar outras coisas. Imagino que o mecanismo financeiro do acordo possa apoiar os países a fazer a mudança.

Valor: *A mudança política à direita de muitos países ameaça as decisões climáticas e ambientais?*

Inger: Somos uma organização com base científica. A realidade é que a enchente que ocorria a cada 100 anos é a enchente que virá a cada 10 anos, e a de 10 anos será anual. O mesmo com os incêndios. Não podemos mais procrastinar com o clima, temos que agir. E são os líderes políticos corajosos que dirão aos seus cidadãos as coisas como elas são. São os netos que os cidadãos mais amam na vida e esse é o mundo que, potencialmente, estamos deixando para nossos netos. Essa não é uma questão de direta ou esquerda. É uma questão de futuro e de justiça.

Combustíveis
Câmbio e petróleo pressionam Petrobras para subir preços
B1

Farmacêutica EMS compra a Vitamine-se e busca trabalhar melhor suas marcas, diz Marcus Sanchez B8

Fertilizantes Petrobras quer reassumir fábricas arrendadas pela Unigel B5

Marketing Humor irreverente e rapidez ajudam a impulsionar Burger King B9

Pecuária Consumo de carne tende a continuar firme com oferta elevada B10

Empresas

Commodity Presidente da companhia e novo diretor financeiro reiteraram na semana passada que não veem razão para mudar a política de formação dos preços

Câmbio e petróleo pressionam Petrobras para subir combustíveis

Últimos ajustes da estatal
Petrobras não muda preços desde 2023

-4,09%
foi o último ajuste na gasolina em outubro

-7,85%
foi o último ajuste do diesel em dezembro

Fonte: Petrobras

Kariny Leal
Do Rio

Apesar do recuo recente do dólar e de um alívio nas cotações do petróleo tipo Brent na sexta-feira (5), os preços dos combustíveis da Petrobras no mercado doméstico continuam descolados da paridade de importação, de acordo com analistas ouvidos pelo **Valor**. A estatal não mexe nos preços da gasolina e do diesel desde o fim de 2023.

Nos cálculos da StoneX, a gasolina da Petrobras está 19,8%, ou R$ 0,56 por litro, abaixo do preço de paridade de importação (PPI), e o diesel, 10,5%, ou R$ 0,37 por litro. "Considerando estritamente os números de defasagem, é bastante razoável esperar um movimento de alta de preços por parte da empresa", diz o analista da consultoria, Thiago Vetter.

"Neste início de julho os preços do complexo de energia estão em alta. Os contratos de diesel e gasolina na Nymex [bolsa de commodities de Nova York] têm aumentos de 7,1% e 5,5% respectivamente. Isso, somado a um câmbio que tem sofrido altas contínuas nos meses de junho e julho, impacta de forma muito substancial os preços de paridade de importação dos combustíveis", disse Vetter.

Na sexta-feira (5), o dólar no mercado à vista fechou em queda de 0,46%, cotado a R$ 5,46. Depois de muita volatilidade, a moeda americana acumulou queda de 2,27% na semana passada. Desde o começo de junho até o dia 5, o câmbio acumula, porém, alta de 4,87%. Já o Brent caiu 1,01% na sexta-feira, a US$ 86,54. Mas desde o início de junho tem alta acumulada de 5,67%. O câmbio e o barril de petróleo são os fatores que mais influenciam a formação dos preços dos combustíveis.

> "É bastante razoável esperar um movimento de alta de preços por parte da empresa"
> *Thiago Vetter*

Para a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a defasagem da Petrobras ainda pode aumentar em caso de permanência da alta do petróleo. "Os preços da Petrobras estão congelados em 2024, sem reajuste, apesar da elevada volatilidade dos preços e do câmbio", disse Sergio Araújo, presidente da Abicom. Nos cálculos da associação, a gasolina da Petrobras está 18% abaixo do PPI, ou R$ 0,61 por litro, e o diesel, 15%, ou R$ 0,62.

Em 1º de julho, a Petrobras divulgou aumento de 3,2% no querosene de aviação (QAV), ou R$ 0,12 por litro. Para Araújo, esse seria um indicativo de que a gasolina e o diesel também precisam de aumentos. A estatal costuma anunciar mudanças no QAV no primeiro dia de cada mês. Para o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a gasolina da Petrobras tem defasagem de 26,05%, ou R$ 0,995 por litro, em relação à referência internacional. Nos cálculos do CBIE, o diesel tem defasagem de 11,90%, ou R$ 0,475 por litro. Nos cálculos do Itaú BBA, a gasolina da Petrobras está 18% abaixo do PPI, e o diesel, 17%.

A Petrobras informou que desde maio de 2023 passou a adotar uma estratégia comercial que incorpora as melhores condições de produção e logística para a definição dos preços de venda de gasolina e diesel às distribuidoras: "Isso nos permite praticar preços competitivos frente a outras alternativas de suprimento e mitigar a volatilidade do mercado internacional, proporcionando períodos de estabilidade de preços para os nossos clientes. Fazemos isso em equilíbrio com os mercados nacional e internacional, e operando os nossos ativos de maneira segura, otimizada e rentável. Essa prática é especialmente importante em momentos de alta volatilidade, como o que vivemos agora. Dessa forma, a empresa segue observando os fundamentos de mercado e, por questões concorrenciais, não pode antecipar suas decisões", afirmou a companhia.

WTorre recorre à Justiça para manter o Allianz Parque

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Depois de ver sua dívida mudando de mãos, a construtora WTorre reagiu e acaba de entrar na Justiça para pedir a exibição de documentos por seus credores para conhecer as condições em que um financiamento detido junto ao Banco do Brasil foi vendido à Enforce, empresa de recuperação de crédito que pertence ao BTG Pactual. Em meio ao imbróglio, a WTorre acusa a recuperadora de crédito de ter comprado os direitos sobre a dívida, que afirma estar em dia, apenas com interesse no Allianz Parque, sede do Palmeiras.

O que está no centro do embate é um empréstimo por meio da emissão de 11 títulos, sendo uma confissão de dívida e dez Créditos de Cédulas Bancárias (CCBs), tomadas entre 2012 e 2015. Esse financiamento, segundo a WTorre, teve o objetivo de expandir suas operações, incluindo a construção da arena. Tudo somado, o aval chegou a mais de R$ 600 milhões, sendo que grande parte dos títulos era garantida por alienação fiduciária da participação que a WTorre detém na Arena Allianz Parque.

Com a ação de exibição de documentos, a WTorre busca reunir provas para uma ação futura, ou seja, para se abastecer de documentação para questionar, de fato, a venda dos créditos do BB à Enforce. E, com isso, manter o Allianz embaixo de seu guarda-chuva.

Para isso, questiona a razão da venda do crédito pelo BB por acreditar que vinha pagando tudo em dia. Na ação, o grupo afirma que, ao longo dos últimos anos, pagou ao banco um total de R$ 500 milhões, sendo R$ 7,1 milhões em junho último. A empresa insiste, ao longo de toda sua peça inicial, que a dívida sempre esteve adimplente — e que por isso não haveria razão para vender a uma recuperadora de crédito, que por ofício compra dívidas vencidas.

Do outro lado, a versão é diferente. Entre credores, a WTorre é chamada de "devedora contumaz" e dizem que a dívida estava vencida, sim, comprovado até em seus balanços financeiros, que são públicos. A dívida não se dá apenas com o BB, mas também com prestadores de serviço, o Fisco e com o próprio Palmeiras. A presidente do clube, Leila Pereira, já veio a público falar sobre a relação com a WTorre e disse que o Palmeiras nunca recebeu um repasse da construtora, conforme previsto em contrato.

Na versão de que a WTorre estava inadimplente está a alegação de que a dívida tomada junto ao BB nunca diminuiu ao longo de uma década e que o principal da dívida nunca foi pago, o que pode ser comprovado por documentação. E que o pagamento só não foi antecipado porque o banco foi leniente e aceitou assinar aditivos do contrato, o que levou o grupo a ganhar tempo.

O endividamento do grupo é público. No balanço da Real Arenas (braço da WTorre responsável pela gestão do Allianz Parque), o auditor responsável coloca em seu parecer que o patrimônio está negativo e que a dívida está com "covenants" (cláusulas) vencidos. A estimativa de mercado é de que a dívida se aproxime de R$ 1 bilhão.

Procurados, BB, Enforce e WTorre não comentaram.

Conforme a ação judicial, a que o **Valor** teve acesso, a WTorre questiona a razão desses créditos terem sido vendidos mesmo sendo "adimplentes" e com "sólidas garantias" — no caso o próprio Allianz. Mesmo assim, aponta, tais créditos foram vendidos com deságio, ou seja, com desconto em relação ao valor de face. "… então é muito provável que, à revelia dos interesses do patrimônio público, alguém tenha se beneficiado com essa venda". A construtora é representada pelo escritório Warde Advogados. É prática comum das recuperadoras de crédito a compra de crédito com desconto.

DIVULGAÇÃO

A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, já veio a público falar sobre a relação com a WTorre e disse que o time nunca recebeu um repasse da construtora

A WTorre, conforme o documento entregue à Justiça, afirma que já estava querendo liquidar a dívida com o BB. Por isso, vinha manifestando o interesse à instituição — de forma informal — de antecipar o pagamento dos financiamentos, desde que houvesse um desconto. "A resposta que sempre lhes foi dada era a de que isso não seria possível pela política interna do banco, já que o crédito era adimplente e contava com garantias sólidas: não haveria justificativa econômica para o banco público, que, por razões óbvias, não tem problemas de liquidez, aceitar conceder desconto no valor do saldo devedor pela quitação antecipada de créditos", diz a ação.

Em meio a isso, alegam que gestoras começaram a aparecer. "Os funcionários do Banco do Brasil diziam que já haviam recebido ofertas pela aquisição do crédito contra a WTorre, mas que nenhuma havia sido sequer levada às instâncias decisórias do banco justamente em virtude da circunstância de que o crédito estava sendo adimplido regularmente", segundo o texto enviado à Justiça.

R$ 600
milhões é o valor do empréstimo do BB que está em jogo

Mais à frente, ainda segundo a WTorre, representantes do BB passaram a sinalizar a possibilidade de quitação antecipada do crédito. Com isso, a WTorre ficou de enviar uma proposta à instituição financeira. "Além disso, os dirigentes do BB ainda se comprometeram, diante da longeva e bem-sucedida relação com a WTorre, a informá-la sobre qualquer proposta de aquisição de crédito que viessem a receber de terceiros, de modo que a construtora pudesse "cobrir" a oferta, mesmo porque os contratos que instituíam garantias fiduciárias sobre as dívidas objeto das CCBs expressamente previam a necessidade de anuência da construtora com a cessão das garantias do BB para terceiros".

Depois disso, os executivos da WTorre não conseguiram mais contato com os representantes do BB. Logo depois, a WTorre alega que foi informada sobre a compra dos créditos pelo braço do BTG.

No entanto do lado dos credores, a versão é diferente. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, desde 2023 já era conhecida no mercado a situação financeira estressada da WTorre, fato que foi para os holofotes quando Leila Pereira, do Palmeiras, passou a falar publicamente sobre o assunto. "Nesse momento diversas gestoras de ativos estressados passaram a analisar o tema", disse uma das fontes. Mesmo sabendo disso, afirma a fonte, nenhuma proposta formal para liquidar a dívida foi feita pela WTorre ao Banco do Brasil. Além disso, outra fonte reforça que não é uma prática desse mercado abrir o valor de venda do crédito, como cita a WTorre em sua ação, já que se trata de informação comercialmente sensível.

Com isso, depois da venda do crédito, a WTorre aponta que a Enforce, por meio da Travessia, passou a pressionar. Disse que a instituição financeira passou a solicitar a abertura de uma nova conta, em nome da WTorre, no BTG, para depósito de recebíveis cedidos fiduciariamente em garantia, em 48 horas, sob pena de vencimento antecipado, "sem prejuízo do credor apurar eventuais outros fatos que justifiquem a declaração de vencimento antecipado da dívida."

O **Valor** apurou, contudo, que esse tipo de prática é comum após a cessão de crédito, visto que as garantias precisam também mudar de mãos. Ou seja, a mesma conta que a WTorre tinha no BB precisaria ter agora no BTG.

Assim, a acusação da WTorre foi de que já havia, desde o princípio, o interesse por trás dessa compra de crédito. "A Enforce/BTG/Travessia não havia comprado os 9 títulos de crédito para receber as parcelas no prazo e no modo como previsto em seu aditamento: havia comprado os créditos adimplidos com o objetivo de 'forçar' um vencimento antecipado indevido, para executar garantias e buscar a penhora do Allianz Parque".

No entanto, fontes afirmaram ao **Valor** que houve tentativa de negociação por ao menos 45 dias, inclusive para trocar a dívida em ações da Arena, de forma amigável. Sem sucesso, a Enforce entrou há 15 dias com ação de execução da dívida.

Ainda na ação, a WTorre busca levantar um questionamento e aponta que o executivo do BB, Leopoldo Giocondo, que supervisionava as linhas de financiamento da WTorre deixou o banco, em 2022, para assumir a posição de diretor executivo da Enforce. Uma fonte, por outro lado, disse que a migração de executivos de bancos para essas gestoras é uma prática comum no mercado. A reportagem tentou contatar Giocondo, mas não obteve retorno.

CBN Professional Adriana Barbosa, fundadora da Feira Preta e CEO do PretaHub, é a convidada do podcast, uma parceria **Valor** e "CBN"

Do ativismo à gestão da maior feira de cultura negra da AL

Jacílio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

O ano era 2002 e questões como inclusão profissional e afroconsumo, dinheiro gerado por negros que circula dentro da comunidade negra, ainda engatinhavam em busca de atenção. Foi quando Adriana Barbosa percebeu que era hora de incentivar o empreendedorismo negro e ser mais do que uma voz no combate ao racismo estrutural. Fundou a Feira Preta, um pequeno evento de rua e hoje considerada a maior feira de cultura negra da América Latina.

"Há 22, 23 anos, o tema racial era muito diferente do que é hoje", lembra Barbosa, presidente-fundadora do Instituto Feira Preta e CEO do PretaHub, de capacitação e desenvolvimento de empreendedores. "O que era dito sobre o assunto estava no campo ativista, dos direitos civis. Atualmente, falamos dessa questão do ponto de vista econômico."

Barbosa, que na época da criação da Feira Preta estava desempregada, lembra que a começou "pequenininha". "Eram 40 empreendedores na praça Benedito Calixto [no bairro de Pinheiros, em São Paulo]", diz ela, em depoimento a Stela Campos, editora de Carreira do **Valor**, e Juliana Prado da "CBN", no novo episódio do podcast CBN Professional, uma parceria do **Valor** com a rádio CBN.

Este ano, o evento, já conhecido como Festival Feira Preta, pelo porte que ganhou, chegou à 22ª. edição anual, com atrações musicais e painéis sobre empreendedorismo em um espaço de 200 mil metros quadrados no parque do Ibirapuera. Em duas décadas, recebeu mais de 200 mil visitantes e cinco mil expositores, com uma movimentação financeira estimada em R$ 16 milhões. Já o PretaHub, apoiado por doações de empresas, agências de desenvolvimento internacional e programas de financiamento público, investiu mais de R$ 11 milhões no apoio à expansão e digitalização de negócios.

"A importância da feira na construção do mercado de consumo da população negra no Brasil foi feita por um caminho de altos e baixos", pondera Barbosa, graduada em gestão de eventos, com especialização em gestão cultural pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). "Jamais imaginaria que uma menina que vendia roupas, tentando sobreviver, pudesse se transformar numa plataforma potente e influenciar o empreendedorismo negro no país."

Reconhecida em 2020 como a primeira mulher negra na lista Inovadores Sociais do Mundo, elaborada pelo Fórum Econômico Mundial, ela diz que não precisou ir muito longe para aprender sobre trabalho e geração de renda. "Tive uma educação matriarcal", explica. "Fui criada por bisavó, avó e mãe. Mulheres que vêm de uma família com poucos recursos, de gerações que trabalharam como empregadas domésticas. As finanças em casa eram geridas por elas e sempre havia ideias para complementar a renda."

A executiva lembra que a venda de coxinhas feitas pela família evoluiu para um serviço de quentinhas. "Mais pra frente, minha bisavó abriu a porta de casa para oferecer uma experiência de gastronomia caseira", diz. "Assim, quando entrei em contato com o empreendedorismo, não comecei pela ótica da oportunidade. Foi pela necessidade, a arte de 'se virar'."

Barbosa, que encara o histórico familiar por um prisma de escassez de recursos, mas com abundância de criatividade, acredita que modelos de liderança são importantes em qualquer contexto. "Quando você conhece isso desde pequena, já 'cria' um DNA diferente", diz. "Vai crescendo com um olhar de gestão."

A CEO, que no começo da trajetória profissional foi recepcionista, vendedora de roupas e atuou na área promocional em emissoras de rádio, diz que era raro encontrar referências negras no ambiente de trabalho. "Eu só tive professores negros quando cheguei à vida adulta, cursando a pós-graduação da USP", afirma.

GABRIEL REIS/VALOR

> "Eu só tive professores negros quando cheguei à vida adulta, na pós-graduação" *Adriana Barbosa*

Em 2019, Barbosa fundou o PretaHub, para capacitar empresários pretos. No ano passado, a iniciativa gerou a plataforma Bioma Comunicação Ancestral, voltada para comunicadores negros, indígenas, periféricos e da comunidade LGBTQIA+. O projeto oferece conteúdos educativos gratuitos on-line, além de promover a conexão entre os profissionais e dos grupos com empregadores do mercado.

"O Bioma foi construído a partir de um investimento da Fundação Ford para que essas populações possam ser protagonistas na indústria da comunicação", explica Barbosa, que também presta consultoria sobre igualdade racial e diversidade em corporações como Netflix e Natura. "Temos feito formações para jornalistas e construímos um 'mapa' de profissionais para as empresas." No lançamento do projeto, no final de 2023, mais de mil pessoas se cadastraram no programa.

"O Brasil avançou na inclusão, mas ainda não chegou à fase de equidade", continua. "As ações afirmativas estão concentradas nas posições de entrada das empresas. Você não vê essas iniciativas para cargos de liderança."

Para que mais companhias disseminem a diversidade na alta gestão, Barbosa – eleita em fevereiro pela revista americana "Time" como uma das 18 lideranças negras no mundo que mais trabalham pelo fim da desigualdade racial — aposta na coalização das forças de entes governamentais e do setor produtivo.

Seria interessante se houvesse leis em que empresas com diretrizes afirmativas fossem mais beneficiadas pelo poder público, sugere. Nos Estados Unidos, com 12% de população negra — no Brasil somos 56% — há pessoas pretas ocupando cadeiras de comando em grandes grupos, compara. "Precisamos de todo mundo 'nessa mesa'. Governos, iniciativa privada, sociedade civil e a academia, a fim de orquestrar uma estratégia sistêmica que garanta que todos possam trabalhar com a perspectiva de ascensão na carreira", afirma.

O episódio completo está disponível no site da CBN, nas principais plataformas digitais Spotify e Apple Podcast. Também por ser assistido em vídeo pelo YouTube do Valor e da CBN.

Para IA funcionar, é preciso experimento e treino, dizem especialistas

RH

Fernanda Gonçalves
De São Paulo

Para que seja feito um bom uso da inteligência artificial, é preciso haver pessoas preparadas. E, com a ajuda da tecnologia, essas pessoas serão ainda mais rápidas e eficientes. Esta é a visão de Adriano Mussa, reitor e diretor acadêmico e de inteligência artificial da escola de negócios Saint Paul. O especialista participou da conferência "IA: mitos e oportunidades", realizado pela WeWork e Michael Page, em São Paulo. Voltado para líderes de RH, o encontro contou ainda com a participação de Ricardo Basaglia, CEO da Michael Page, Sheila Fonseca, ex-vice presidente de RH da Agco, Sarita Vollnhofer, CHRO da Alice e Fernando Sollak, diretor de RH da Totvs.

Mussa ressaltou que, no que diz respeito ao uso de IA generativa, uma das principais habilidades que profissionais e organizações precisam desenvolver é a capacidade de criar "prompts", ou seja, saber dar os comandos para que a tecnologia responda. "Engenharia de prompt não é uma profissão, é uma competência. E algumas das competências necessárias para fazer um prompt são linguagem avançada e sólida, repertório e lógica", pontuou.

Segundo ele, a IA vai impactar todos os segmentos da sociedade e da economia, no entanto, é um erro pensar que ela substituirá cargos e profissões. "A IA faz tarefas. O problema é que nós confundimos o cargo com a tarefa", destacou.

Na sua opinião, o mais importante é testar o uso da IA, em especial neste momento em que as expectativas estão altas. "Acho que não faz sentido focar apenas nos riscos, pois existe um mar de oportunidades. As organizações precisam experimentar, ver se funciona e decidir onde querem ir ou não", disse.

Uma pesquisa da Michael Page publicada pelo **Valor** apontou que 37% dos profissionais brasileiros já estão usando a inteligência artificial no trabalho. Ainda assim, Basaglia alertou que a maioria das pessoas ainda está perdida em relação à aplicação da tecnologia. "Seja por falta de tempo dos líderes, seja pelo receio de se posicionar em algo tão novo, está faltando comunicar o posicionamento da empresa", afirmou. "A maior parte das pessoas quer fazer um curso ou ter um treinamento para buscar mais informação sobre IA, só que as companhias não estão conseguindo entregar".

O CEO comentou que, para que as organizações possam fazer um bom uso da IA, é preciso olhar primeiro para as habilidades de cada profissional e depois para as ferramentas. "Mas, como ainda não está claro como será o uso de IA no dia a dia, as empresas acabam tendo dificuldade em traduzir isso em componentes técnicos que possam ser efetivamente utilizados", ponderou. "É por isso que discernimento, curiosidade, interesse e 'aprender a aprender' se tornaram habilidades muito importantes nos últimos tempos".

Ele destacou também que a IA pode ajudar não somente em tarefas operacionais, mas contribuir com as ações estratégicas do RH. "Como a inteligência artificial é uma ferramenta preditiva, ela pode trazer para os líderes de RH a possibilidade de eles também serem preditivos, fornecendo a esses profissionais informações estratégicas para a tomada de decisão sobre pessoas", avaliou.

Nesse sentido, Sollak chamou atenção para o fato de que o RH tem acesso a uma quantidade enorme de dados que, com o auxílio da IA, podem ser usados com mais efetividade. Ele defendeu a ideia de que os RHs sejam cada vez mais tecnológicos e atuem com o propósito de disseminar a IA para toda a empresa, treinando e desenvolvendo as pessoas na adoção de novas tecnologias e ferramentas.

O diretor exaltou a utilização da IA na previsão do risco de burnout entre funcionários. "Acho que essa é uma grande tendência que começa a bater na porta do RH, e a inteligência artificial consegue contribuir muito com informações", apontou.

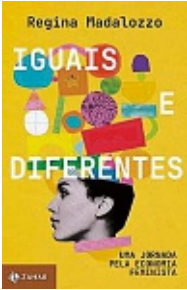
Vollhonfer, por sua vez, recomendou que as lideranças incentivem o uso de IA entre os funcionários e que as empresas identifiquem pessoas que têm interesse em se aprofundar na tecnologia. Porém, ela alertou que, embora o RH tenha um papel importante nessa jornada, não pode ser o único responsável pela adoção da IA.

"Cada gestor precisa buscar de forma ativa e proativa formas de implementar essa cultura e ter acesso à inovação para a sua área", defendeu. "Além disso, é preciso primeiro entender o problema do negócio e de que forma a IA vai, de fato, fazer a diferença. Caso essa seja realmente uma prioridade, recomendo buscar referências do que já deu certo em outras empresas".

Fonseca complementou dizendo que não adianta apenas querer implementar a IA. "É importante primeiro analisar o momento e a cultura da empresa, já que esse processo vai depender da maturidade das lideranças", pontuou. "Nós podemos ter a melhor tecnologia embutida, mas se o líder na ponta não aplicar, nenhuma ferramenta vai dar certo".

Renata Mota, CTO da WeWork, revelou que o RH da companhia vem utilizando a IA em tarefas como redação de e-mails, descrição de vagas, e atas de reuniões. A missão agora é ir além. "Estamos implementando a inteligência artificial na análise de currículos para a seleção de candidatos", relatou.

Segundo ela, a ideia é que a IA faça um levantamento inicial para que, depois, um profissional analise as informações. A decisão final sobre qual candidato contratar ainda deverá ser tomada por um ser humano, o que comprova a teoria de Mussa de que a IA não veio para substituir profissionais, mas para ajudá-los.

Estante

Iguais e diferentes
Autora: Regina Madalozzo
Editora: Zahar
Páginas: 248
Preço: R$ 89,99

Há mais de duas décadas, a economista Regina Madalozzo desenvolve uma pesquisa sobre a economia feminista. No livro, a autora analisa as razões e consequências socioeconômicas provocadas pela desigualdade de tratamento entre homens e mulheres, levando em consideração o recorte de cor e raça. Ao utilizar dados nacionais, ela também aponta os problemas específicos do Brasil no tema.

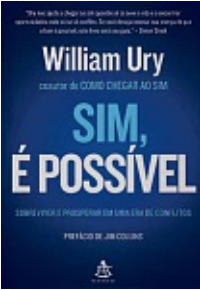
O que ninguém conta sobre a menopausa
Autora: Jancee Dunn
Editora: Fontanar
Páginas: 288
Preço: R$ 79,90

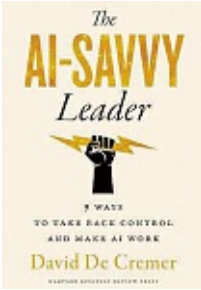
Após passar por diversas consultas e exames, a jornalista Jancee Dunn descobriu que havia entrado na menopausa. Ela, que escrevia sobre saúde, não sabia o que estava acontecendo com seu corpo. Por conta disso, decidiu investigar e abordar o assunto de forma profunda e bem humorada para que outras mulheres consigam passar pelo momento com mais leveza.

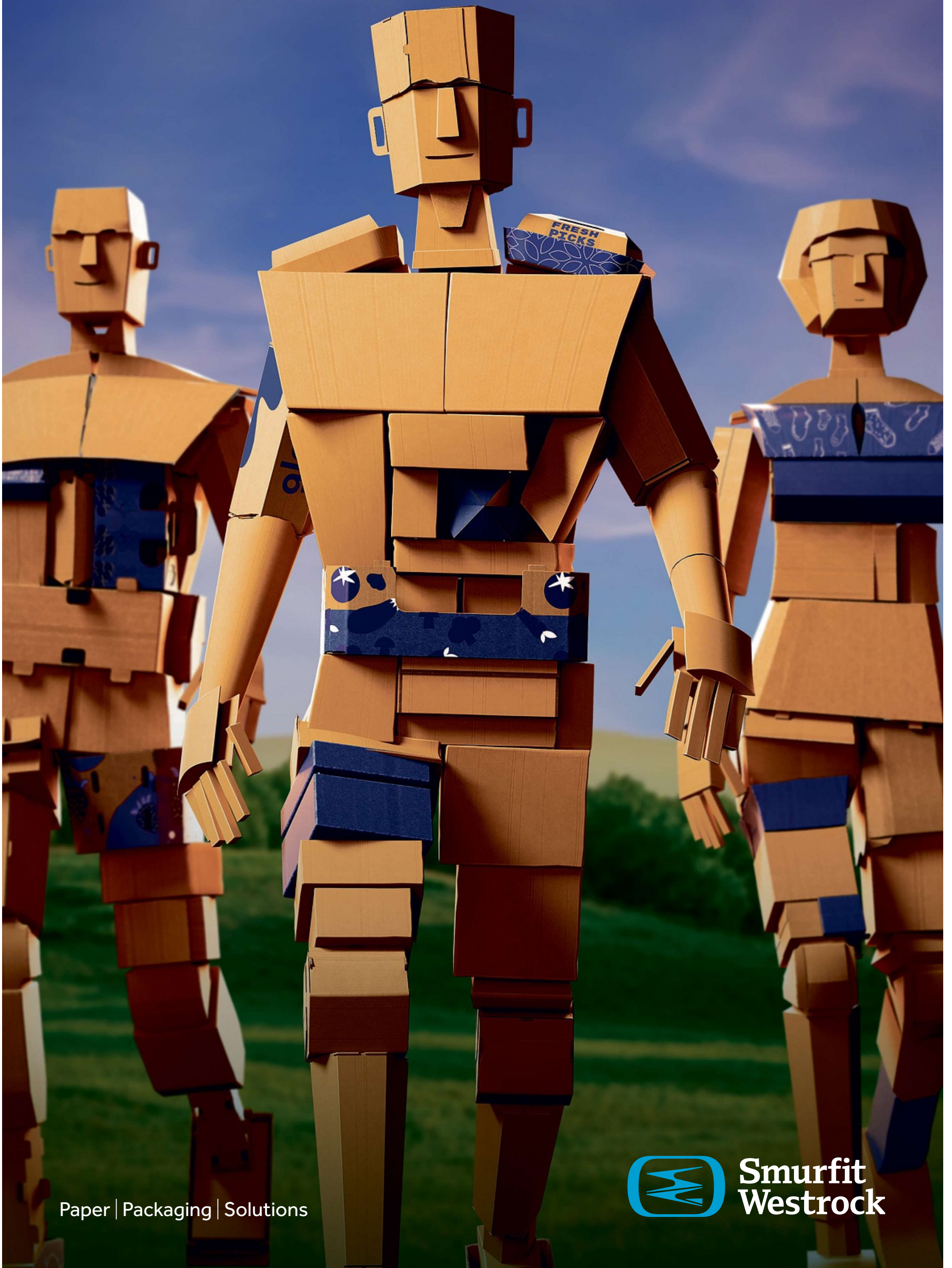
O cérebro em ação
Autora: Marina Merzotto Mezzetti
Editora: Conectomus
Páginas: 280
Preço: R$ 87

Em 11 capítulos, a autora especialista em neurociência explica a relação entre pensamentos, sentimentos e comportamentos. Em linguagem acessível, ela traz reflexões sobre diferentes temas que impactam a vida profissional, como foco, inteligência emocional, sono, sucesso, motivação e alta performance, além de ensinar exercícios práticos ao leitor.

Marketing do futuro
Autores: Rosário Pompéia e Silvio Meira
Editora: Actual
Páginas: 420
Preço: R$ 99

Neste livro, os autores apresentam a "Teoria AEIOU", que tem como objetivo ajudar na resolução de problemas envolvendo marketing e plataformas. A obra defende a ideia de que não é possível aplicar técnicas tradicionais num mundo em constante mudança e provoca o leitor a pensar em estratégias para responder às novas demandas dos negócios.

Sim, é possível: sobreviver e prosperar em uma era de conflitos
Autor: William Ury
Editora: Sextante
Páginas: 272
Preço: R$ 56,81

William Ury, especialista em negociação, explica neste livro formas de encontrar desfechos positivos para todas as partes envolvidas em um conflito. O autor apresenta ferramentas práticas que podem serem usadas nas negociações e também traz exemplos de situações em que a sua abordagem teve sucesso.

The AI-savvy leader
Autor: David De Cremer
Editora: Harvard Business Review
Páginas: 224
Preço: US$ 25,44

Nesta obra, o autor mostra que, na era tecnológica, as lideranças humanizadas serão mais importantes do que nunca. Assim, ele propõe nove ações que os líderes podem colocar em prática para lidar com as transformações geradas pela inteligência artificial, fazendo com que suas empresas estejam na vanguarda do tema, evitem cometer erros e sejam cada vez mais bem sucedidas.

Turismo Emirado do Oriente Médio bate recorde de visitantes internacionais em 2023

Dubai busca ser destino global, mas a barreira cultural é desafio

Fonte: Departamento de Economia e Turismo (DET)

Cristian Favaro
De Dubai

Um dos destinos mais famosos do Oriente Médio, Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, tem lançado esforços para atrair os olhares globais dos amantes do turismo. O passo vai na mesma direção de Qatar e Arábia Saudita, todos em uma região conhecida pelo poder do petróleo, mas que buscam diversificar sua economia, depender menos da commodity e vencer barreiras culturais que, por vezes, minam o interesse do viajante.

Dubai, com cerca de 3,5 milhões de habitantes, tem uma infraestrutura invejável em pleno deserto. É dona da segunda maior densidade de restaurantes do mundo — com mais de 13 mil, atrás apenas de Paris. A cidade recebeu 17,15 milhões de turistas internacionais em 2023, alta de 19,4% na comparação com 2022 e um recorde, segundo dados do Departamento de Economia e Turismo de Dubai (DET). Apenas para critério de comparação, o Brasil, com toda sua dimensão continental, recebeu 6 milhões no ano passado, equiparando-se ao pré-pandemia.

Contudo, o aspecto cultural é um ponto sensível que limita o fluxo de interesse, assim como a intolerância à comunidade LGBTQIA+.

"Temos muitas percepções que precisam ser endereçadas", disse ao **Valor**, Issam Kazim, CEO do DET. Na visão do CEO, pautas importantes avançaram, "passos que o Ocidente teria dificuldade em reconhecer." Hoje, 50% do parlamento dos Emirados Árabes Unidos é composto por mulheres. "Isso é importante e temos feito esse trabalho porque é o certo, não por marketing".

Mas há questões que precisam ser enfrentadas para a região conseguir de fato figurar como um destino global. Uma delas é o direito de homossexuais, que podem ser punidos com morte em alguns países como Arábia Saudita. Nos Emirados Árabes Unidos, a pena de morte também é possível, embora venha sendo contestada nos tribunais, segundo levantamento feito pela Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA World) em abril de 2024.

"Não segregamos ninguém que vem para cá. Mas quando falamos de demonstração pública de afeto, nenhum casal [também heterossexual] pode ter demonstração pública de afeto", disse, defendendo que o país não faria uma caça ao turista homossexual no território.

Mas a região tem tentado se transformar culturalmente. O consumo de álcool, que vai contra a tradição islâmica, tem ganhado espaço. Bebidas são amplamente oferecidas em restaurantes em hotéis, mas antes de 2023 eram fortemente tributadas. No ano passado, o emirado resolveu reduzir a carga tributária e posicionar a cidade como um destino mais acolhedor não apenas aos turistas, mas também aos milhares de viajantes de negócios e residentes estrangeiros do Oriente Médio. Hoje, uma cerveja long neck ronda os R$ 65 na moeda local.

Kazim disse que o emirado dobrou a aposta no segmento em 2013, quando bateu 10 milhões de turistas. "Foi um marco e a partir dele buscamos entender o que fazer em diante. Começamos a analisar os dados, entender de onde os turistas estavam vindo. Começamos a olhar também o potencial de turistas, que poderiam vir, mas não viajam a Dubai. Por que eles não estavam vindo?", disse Kazim, na sede da DET.

A primeira grande busca foi entender a lacuna que impedia os turistas de irem ao destino. "As pessoas sabiam que era fácil de se chegar, por causa do sucesso da Emirates. Conheciam as praias, hotéis, shoppings. Então perguntamos ao mercado", disse. Cada vez mais informação o turista tinha sobre o destino, maior era a tendência de uma visita acontecer. "No minuto em que a pessoa conhecia alguém que já veio para cá, a resistência à visita se reduzia bastante."

A cidade é conhecida por suas grandes obras. Está lá o maior prédio do mundo hoje, o Burj Khalifa (828 metros, ou 163 andares), o maior shopping do mundo (o Dubai Mall, com mais de 1 milhão de metros quadrados) — e a lista é interminável.

Um investimento de US$ 34,85 bilhões foi aprovado para aumentar a capacidade do aeroporto (DWC), com foco em ter o maior terminal do mundo. A ideia é que em 10 anos a movimentação saia de cerca de 85 milhões de passageiros ao ano para 150 milhões.

3,5 mi
é o número de habitantes no emirado de Dubai

Kazim destacou que o salto no número de turistas foi embasado pela infraestrutura, amparada pelo setor privado. "Queríamos criar o ambiente necessário para que o setor privado conseguisse investir. E temos sido capazes de criar essa fundação", disse. Parte da parceria veio com a atração de redes hoteleiras de empreendimentos de três e quatro estrelas — tornando assim a cidade mais acessível. Até abril de 2024, eram 151.849 quartos de hotéis, alta de 2% em um ano. A ocupação média em 2023 foi de 77%.

Foi o racional pró-mercado que levou à união entre o departamento de Economia e Turismo, em novembro de 2021. "Juntos, somos capazes de olhar para a indústria [como um todo]", disse.

Dubai era muito forte como um destino de transição, com os turistas fazendo parada de poucos dias na conexão de um voo com a Emirates. Mas a região tem conseguido convencer o turista a ficar mais. Em 2023, a estadia média foi de 3,8 noites, alta de 10% ante 2019.

Kazim contou que a pandemia foi o momento que Dubai aproveitou para liderar as conversas globais no turismo. A região foi uma das primeiras a liberar viajantes. "Abrimos vacinação de graça em diversas estações. Em julho de 2020 a gente reabriu para turismo internacional", disse. A decisão foi considerada polêmica na época.

A Índia hoje é o principal emissor de turistas para Dubai — só não cresce mais por falta de voos. A China tem demorado a retomar toda sua relevância, mas outras regiões passaram a ocupar espaço, como a América. Em 2023, o continente respondeu por 7% de todos os visitantes internacionais no emirado. Apenas o Brasil teve um salto 13,5% entre 2019 e 2023.

O investimento da cidade em infraestrutura é uma demanda diante do seu clima desértico. As temperaturas chegam a encostar os 50° C entre julho e agosto — época de baixa temporada para turistas.

O repórter viajou a convite da Iata

Conectividade da Emirates é central ao turismo da região

De Dubai

O sucesso dos planos de Dubai para aumentar o turismo tem sido respaldado pela força de uma das empresas aéreas mais lucrativas do mundo, a estatal Emirates. Com faturamento bilionário, a empresa opera 11 voos por semana no Brasil (contra 14 antes da pandemia). A expectativa é que chegue a 12 em novembro, com a entrada de mais uma frequência no Rio — total cinco, de olho na programação do G20.

"No Brasil, a Emirates começou a operação em 2007. Quando você coloca uma solução de viagem, estimula-se a demanda. É um fator multiplicador", diz Stephane Perard, diretor-geral da Emirates para o Brasil e Argentina.

A demanda para Dubai a partir do Brasil tem crescido, sobretudo após a liberação do visto em 2018. "Hoje, cerca de 30% dos passageiros do Brasil para Dubai têm a cidade como destino final. Se olharmos para sete ou oito anos atrás, era 15%", disse.

O executivo conta que dentro das agências de viagens do Brasil o destino Dubai figura hoje como o 15º em volume de vendas internacionais. "Essa é uma posição muito boa, visto que estamos competindo com Nova York, Lisboa e até Buenos Aires. Mostra que há uma identidade real com o destino Dubai."

No ano fiscal de 2023-24 (de abril a março) a Emirates teve um lucro recorde de US$ 5,1 bilhões, alta de 71% em um ano. O executivo afirma que o chamado "turismo de vingança" após a pandemia se consolidou. "Havia perspectiva de que seria de curto prazo. Mas me parece ser uma demanda estruturada", disse. O executivo lembrou que a capacidade internacional não voltou 100% e isso cria um ecossistema mais lucrativo.

Um indicador ainda no radar da indústria tem sido a menor antecipação de compras, acrescenta, reflexo da forte oscilação do câmbio. "É o brasileiro esperando para entender a posição estável da moeda.", disse. Atualmente a janela de compra está na casa dos 60 dias, ao passo que em 2023 ela se aproximava a 90 dias e antes da pandemia era de 120.

Entre as apostas está a cabine Premium Economy, lançada há seis meses por aqui. Hoje, a rota brasileira tem taxa de ocupação na casa de 60%, contra 80% na aeronave como um todo. "Hoje, 40% da nossa demanda de classe econômica opta por uma viagem híbrida", disse. O serviço está disponível em apenas 20% da frota de A380 da empresa por enquanto, mas tem sido ampliado. *(CF)*

O repórter viajou a convite da Iata

DIVULGAÇÃO
Perard: "Câmbio ainda conta"

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	Cotações 05/07/24	Há uma semana	Fim de junho	2023	Há um ano	Var. até a última data indicada - em % Semana	Mês	Ano	12 meses	Cotação em 12 meses Menor	Maior
Alumínio high grade											
Disponível	2.495,5	2.485,5	2.485,5	2.335,5	2.093,0	0,40	0,40	6,85	19,23	2.068,5	2.695,0
Três meses	2.545,0	2.526,0	2.526,0	2.382,0	2.147,0	0,75	0,75	6,84	18,54	2.123,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.050,0	2.260,0	2.260,0	1.550,0	1.952,0	-9,29	-9,29	32,26	5,02	1.450,0	2.285,0
Três meses	2.050,0	2.260,0	2.260,0	1.550,0	2.007,0	-9,29	-9,29	32,26	2,14	1.503,0	2.285,0
Chumbo											
Disponível	2.191,0	2.160,0	2.160,0	2.031,0	2.092,0	1,44	1,44	7,88	4,73	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.238,0	2.210,0	2.210,0	2.068,0	2.077,5	1,27	1,27	8,22	7,73	2.005,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	9.809,0	9.476,5	9.476,5	8.476,0	8.251,0	3,51	3,51	15,73	18,88	7.812,5	10.857,0
Três meses	9.970,0	9.625,0	9.625,0	8.580,0	8.270,0	3,58	3,58	16,20	20,56	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	33.595,0	33.000,0	33.000,0	25.175,0	28.050,0	1,80	1,80	33,45	19,77	22.910,0	35.685,0
Três meses	33.625,0	33.200,0	33.200,0	25.500,0	27.100,0	1,28	1,28	31,86	24,08	23.275,0	35.325,0
Níquel											
Disponível	17.175,0	16.960,0	16.960,0	16.300,0	20.175,0	1,27	1,27	5,37	-14,87	15.620,0	22.355,0
Três meses	17.425,0	17.270,0	17.270,0	16.570,0	20.405,0	0,90	0,90	5,16	-14,60	15.880,0	22.700,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.955,0	2.919,5	2.919,5	2.640,5	2.357,0	1,22	1,22	11,91	25,37	2.261,0	3.093,0
Três meses	3.012,5	2.976,0	2.976,0	2.654,0	2.359,5	1,23	1,23	13,51	27,68	2.282,0	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**05/07/24**	**Há uma semana**	**Fim de junho**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	82,26	80,64	80,64	71,84	71,88	2,01	2,01	14,50	14,44	68,85	91,30
Brent - mercado futuro	85,71	85,00	85,00	76,91	76,41	0,84	0,84	11,44	12,17	73,52	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Sante Cosmética Indústria Ltda. Epp -** CNPJ: 07.787.570/0001-12 - Endereço: Av. Nana Paiva de Figueiredo, 1480, Bairro Park Rinald - Requerente: Jorge de Souza Júnior - Vara/Comarca: 1a Vara de Varginha/MG

Falências Decretadas

Empresa: **Dimore Indústria e Comércio de Materiais Para Construção e Móveis Ltda. ME Ou Dimore Comércio de Materiais de Construção, Móveis e Decorações Ltda. -** CNPJ: 80.722.556/0001-20 - Endereço: Rua Terezinha, 18, Bairro Jardim Itapecerica - Administrador Judicial: Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 2a Vara de Itapecerica da Serra/SP

Empresa: **Tci Projetos e Construções Eireli, Nome Fantasia Tci Modulares -** CNPJ: 17.667.466/0003-00 - Endereço: Rua Ettore Soliane, 161, Distrito Industrial Nova Era Ou Rua Dante Antonio Careta, 100, Bairro Jardim Amstalden Residence, Indaiatuba/sp - Administrador Judicial: Não Citado No Despacho - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Pura Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. -** CNPJ: 27.114.957/0001-15 - Requerente: Auto Posto Cd Americana Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Requerido: **Super Grill X Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 13.758.096/0001-01 - Endereço: Av. José Biscio, 53, Distrito Empresarial - Requerente: Terra Nova Trading - Vara/Comarca: 2a Vara de Guariba/SP - Observação: Falta de interesse de agir.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Posto Nacional de Dracena Ltda. -** CNPJ: 10.799.031/0001-08 - Endereço: Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, S/nº, Bairro Palmeiras - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Tpa Construções Ltda. -** CNPJ: 46.355.517/0001-02 - Endereço: Rua Ferreira de Araújo, 221, 12º Andar, Cjto. 121, Bairro de Pinheiros - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Empresa: **Tpa Desenvolvimento Imobiliário Ltda. -** CNPJ: 08.610.410/0001-66 - Endereço: Rua Ferreira de Araújo, 221, 12º Andar, Cjto. 121, Bairro de Pinheiros - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Empresa: **Tpa Holding Ltda. -** CNPJ: 24.724.054/0001-68 - Endereço: Rua Ferreira de Araújo, 221, 12º Andar, Cjto. 121, Bairro de Pinheiros - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado o plano de recuperação extrajudicial apresentado pela requerente.

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Di Carlo Móveis e Acessórios Para Casa e Lojas Ltda. -** CNPJ: 01.314.776/0001-49 - Endereço: Rua Buenos Aires, 131, Sala 14, Edifício Estação 2, Blumenau/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Atelier de Violões Finos Romeo Di Giorgio Ltda. -** CNPJ: 52.621.620/0001-41 - Endereço: Rua José Fabrelli, S/nº, Parque Industrial, Franco da Rocha/sp - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Comércio de Instrumentos de Cordas Di Giorgio Eireli Epp -** CNPJ: 61.156.915/0001-85 - Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 2361, 1º Pavimento, Bairro Santana - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Dissim Distribuidora de Medicamentos Ltda. -** CNPJ: 10.407.043/0001-40 - Endereço: Rua Valter José Alves, 605, Galpão 01, Bairro Mirim, Praia Grande/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Drogaria Enfarma do Taboão Ltda. -** CNPJ: 14.369.610/0001-71 - Endereço: Av. do Taboão, 4122, Bairro Taboão, São Bernardo do Campo/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Drogaria Estação de Mauá Ltda. -** CNPJ: 02.862.732/0001-16 - Endereço: Rua Quintino Bocaiuva, 319, Centro, Itatiba/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Drogaria Estação Rudge Ramos Ltda. -** CNPJ: 59.116.764/0001-90 - Endereço: Rua Três Mosqueteiros, 4, Bairro Rudge Ramos, São Bernardo do Campo/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Drogaria Flaquer Ltda. -** CNPJ: 48.866.289/0001-52 - Endereço: Praça Embaixador Pedro de Toledo 67, Centro, Santo André/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Drogaria Marcelo Filial Santo Antonio Ltda. -** CNPJ: 17.512.001/0001-18 - Endereço: Rua Santo Antonio, 711, Bairro Jardim Carlos Borella, Itatiba/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Drogaria Marcelo Ltda. -** CNPJ: 01.306.145/0001-88 - Endereço: Av. Prudente de Moraes, 283, Bairro Vila Prudente de Moraes, Itatiba/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Drogaria Nova Dm Ltda. -** CNPJ: 05.241.596/0001-35 - Endereço: Rua Domingos de Moraes, 610, Anexo 626 e 628, Bairro Vila Mariana, São Paulo/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Farma Participações S/A -** CNPJ: 03.349.200/0001-42 - Endereço: Av. Ana Costa,222, 2º Andar, Sala A, Bairro Vila Mathias, Santos/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Farmácia e Drogaria Estação Ltda. -** CNPJ: 44.175.594/0001-47 - Endereço: Rua Capitão José Gallo, 202, Centro, Ribeirão Pires/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Farmácia e Drogaria Popular de São Bernardo Ltda. -** CNPJ: 59.106.286/0001-37 - Endereço: Rua Marechal Deodoro, 2633, Centro, São Bernardo do Campo/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Farmaclub Drogarias Ltda. -** CNPJ: 64.963.044/0001-08 - Endereço: Rua Lourdes, 250, Bairro Casa Branca, Santo André/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Investfarma S/A -** CNPJ: 31.736.707/0001-94 - Endereço: Rua Marechal Deodoro, 2633, Sobreloja, Centro, São Bernardo do Campo/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **M B Proetti ME -** CNPJ: 14.046.354/0001-81 - Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 4006, Bairro Santana - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Nova Poupafarma Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda. -** CNPJ: 12.457.668/0001-41 - Endereço: Av. Presidente Kennedy, 5262, Loja, Bairro Tupi, Praia Grande/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Nova Poupafarma Litoral S/A -** CNPJ: 58.136.144/0001-50 - Endereço: Av. Conselheiro Nébias, 497, Bairro Encruzilhada, Santos/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rede Nacional de Drogarias S/A -** CNPJ: 04.735.455/0001-06 - Endereço: Rua Frei Gaspar, 2478/2482, Bairro Parque São Vicente, São Vicente/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Reinaldo Proetti Neto Comércio Atacadista Importação e Exportação de Instrumentos Musicais Epp -** CNPJ: 10.914.886/0001-32 - Endereço: Rua Jorge Rodrigues de Oliveira, S/nº, Parque Industrial, Franco da Rocha/sp - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Litígio Petroquímica deixou de pagar contrato de fornecimento de gás natural, avaliado em US$ 1 bilhão, e iniciou arbitragem contra a estatal

Petrobras tenta retomar fábricas de fertilizantes arrendadas pela Unigel

Stella Fontes
De São Paulo

A Petrobras quer reassumir as fábricas de fertilizantes nitrogenados de Laranjeiras (SE) e Camaçari (BA), arrendadas em 2020 pela Unigel, apurou o **Valor**. O movimento está em linha com a estratégia da estatal de retomar a produção desses insumos no país, depois de ter encerrado as operações em diferentes unidades consideradas deficitárias. Esbarra, contudo, nos interesses e em contratos firmados com a petroquímica, que investiu ao menos R$ 500 milhões para reativar as "Fafens".

Em reestruturação financeira, a Unigel iniciou uma arbitragem contra a Petrobras para rever os termos de um contrato de fornecimento de gás natural, usado como matéria-prima nas fábricas de fertilizantes. Na modalidade "take or pay" (que prevê pagamento mínimo mesmo sem o consumo acordado), o contrato tem prazo de dez anos e está avaliado em US$ 1 bilhão.

O fornecimento de gás chegou a ser suspenso em meados do ano passado em comum acordo entre petroquímica e estatal, enquanto se tentava um novo acerto de preços, que inviabilizaram economicamente a produção de fertilizantes. A ureia teve forte desvalorização no mercado internacional a partir do fim de 2022, mas o gás vendido no Brasil seguiu mais caro do que o usado em outras regiões.

Sem sucesso nas negociações, e com um acordo alternativo de "tolling" (industrialização sob encomenda) proposto pela estatal sendo questionado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Unigel recorreu à Justiça arbitral. O procedimento foi instaurado neste ano na International Chamber of Commerce (ICC).

Segundo fontes próximas às conversas, a Unigel não tem honrado os compromissos do contrato, que prevê pagamento anual de US$ 100 milhões, desde o ano passado, quando paralisou a operação nas fábricas de Laranjeiras e Camaçari. Mas não quer abrir mão do negócio e busca uma indenização, na esteira do encerramento do acordo de "tolling" pela Petrobras.

"O contrato [de take or pay] pode ser revisto quando oferece benefício muito grande para uma parte e prejuízo muito grande para a outra", disse uma fonte. A tese da Unigel é a de que a Petrobras estaria exercendo "abuso de poder econômico", por deter o monopólio em gás natural no país.

A estatal, por sua vez, segue executando o plano de reassumir a produção de fertilizantes. Na sexta-feira (5), 214 trabalhadores foram readmitidos na Araucária Nitrogenados, a Fafen-PR, que está sendo reativada. A unidade entrou no plano de desinvestimento da Petrobras em 2019 e era responsável pelo abastecimento de 30% do mercado brasileiro de amônia e ureia. O país depende da importação de fertilizantes nitrogenados.

No fim de dezembro, a Unigel obteve uma liminar na Justiça do Rio que impede que a Petrobras execute penalidades, incluindo a retomada das Fafens, pelo não cumprimento do contrato de fornecimento de gás. Um recurso da estatal será julgado na quarta-feira (10), no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Segundo fontes próximas à Unigel, o tribunal arbitral vai reavaliar a liminar, mas a expectativa é que não se altere a situação atual até uma decisão final.

> Estatal reviu sua estratégia e está de volta ao mercado de fertilizantes; já a petroquímica passa por reestruturação financeira

Unigel reativou as operações nas fábricas de Sergipe e da Bahia em 2021 mediante investimento de R$ 500 milhões

Também no fim de dezembro, Unigel e Petrobras firmaram o polêmico acordo de "tolling", cujo encerramento foi informado pela estatal no fim de junho. Conforme a companhia, o contrato "não teve suas condições de eficácia atendidas dentro do prazo estabelecido (27/06/2024) e, portanto, teve sua vigência encerrada antes mesmo de surtir seus efeitos".

"A companhia reitera que as contratantes seguem na análise de uma solução definitiva, rentável e viável para o suprimento de fertilizantes ao mercado brasileiro. Como já informado ao mercado, a Petrobras prevê a reorganização de suas operações no segmento de fertilizantes no âmbito de seu Plano Estratégico 2024-2028", disse.

Em despacho no fim de janeiro, o ministro Benjamin Zymler, relator do caso no TCU, deu prazo de 15 dias para que a Petrobras prestasse esclarecimentos sobre o acordo de "tolling" e alertou para a possibilidade de anulação do acordo. O contrato, com vigência de 240 dias e previsão de pagamento de R$ 759,2 milhões à Unigel pela prestação de serviços de industrialização, armazenagem, expedição e pós-venda de ureia, amônia e Arla (usado para reduzir emissões de veículos a diesel), não chegou a entrar em vigor.

Segundo a área técnica do TCU, havia indícios de irregularidade e prejuízo potencial de R$ 487,1 milhões à Petrobras se o acordo fosse executado. Conforme o despacho, a área técnica do TCU também via perda potencial em caso de retomada, pela estatal, das plantas arrendadas à Unigel, no montante de R$ 1,23 bilhão. Já a não retomada traria perdas de R$ 542,8 milhões.

Em comunicado ao mercado na terça-feira (2), a Unigel informou que o fim do contrato de "tolling" não muda, de forma relevante, as projeções apresentadas no plano de recuperação extrajudicial, que abrange R$ 4,14 bilhões em dívidas e foi aceito pela maioria dos credores. Além da repactuação de dívidas financeiras, a Unigel colocou ativos à venda — e acaba de receber US$ 100 milhões por sua operação no México — e a família Slezynger concordou em ceder uma fatia de 50% do negócio aos credores que aderirem ao plano.

Procurada, a Unigel não comentou o assunto, sob a justificativa de que a arbitragem corre sob sigilo. A Petrobras não retornou aos pedidos de entrevista.

Farmacêutica Empresa avança no setor e traz fundador da startup que participou dos planos de visibilidade da rival para gerir marcas

EMS compra Vitamine-se e turbina marketing — efeito Cimed?

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A farmacêutica EMS fechou a compra da Vitamine-se, uma startup criada há três anos e que bateu R$ 25 milhões de receita personalizando vitaminas e suplementos. A aquisição marca a aposta da EMS numa categoria em crescimento e que, até agora, era irrelevante para o grupo. Mas não é só.

Com a compra, a companhia traz para dentro de casa o fundador da Vitamine-se, Augusto Cruz Neto, como responsável pela estratégia de marketing das marcas da EMS. Cruz passou pela Lew Lara, fundou sua própria agência de publicidade e foi um dos profissionais a desenhar os primeiros planos de visibilidade da Cimed, concorrente que tem feito barulho com suas táticas de venda e imagem — sinal de que a farmacêutica da família Sanchez também quer bater bumbo.

A maior farmacêutica do país é conhecida como fabricante de genéricos e o entendimento dos acionistas é que falta comunicar mais e melhor no que a empresa se transformou. "O que acontece é que a EMS lidera no varejo farmacêutico há 17 anos consecutivos, mas a estratégia de branding ainda tem que ser melhor resolvida", reconhece Marcus Sanchez, vice-presidente da EMS. "Temos um tamanho e uma relevância muito maior do que a percepção de nossas marcas. Ficamos focados na execução, mas trabalhar as marcas é tão importante quanto."

O grupo já tinha começado a posicionar um canhão publicitário. No ano passado, a companhia saltou da 24ª para 8ª posição no ranking de anunciantes feito pela Meio&Mensagem com dados da Kantar. Foi de R$ 422 milhões para R$ 798 milhões em publicidade, à frente de grupos como Banco do Brasil e Ambev. Neste ano, o orçamento indica que a empresa vai estar no top 3, diz Sanchez — o que significa passar de R$ 1 bilhão. "É um trabalho que a gente já tinha começado e o Augusto vem acelerar isso", diz o acionista.

Neto fundou a Vitamine-se em março de 2021, como um e-commerce para vitaminas personalizadas. "Isolei o polivitamínico em potinhos, o cliente preenchia um quiz sobre suas necessidades, e a gente fazia a dose diária com cada componente. Percebi que essa estratégia posicionou a companhia, chamou atenção, mas não ia dar escala", conta. A healthtech criou então uma linha batizada de Quero Mais, que já define no rótulo o benefício que o consumidor busca — Quero Mais Energia, por exemplo — e começou a distribuir nas redes de farmácias.

A Vitamine-se fez uma rodada de captação em 2022, quando foi avaliada em R$ 40 milhões, e começou a sondar mercado para um novo aporte. Bateu na porta da EMS, que tem um fundo que investe em startups, em janeiro — mas os Sanchez tinham outra ideia.

"A gente via lá na Cimed o trabalho sendo feito, é importante olhar quando o concorrente faz coisas boas. Também começamos a analisar estilo de vida e o comportamento das gerações, que tende a aumentar o mercado de vitaminas, e a relevância dessa customização, de leitura de dados. A Vitamine-se, com o Augusto, traz tudo isso para dentro de casa", diz o executivo. As companhias não revelam o valor da transação.

Uma das sinergias, na categoria, é a distribuição. Enquanto a Vitamine-se está em 5 mil pontos de venda, número relevante para uma marca novata, a EMS chega a 86 mil pontos em algumas categorias. A Vitamine-se traz um portfólio de cerca de 30 produtos e a EMS também pode dar agilidade a lançamentos. São os fatores que fazem a nova dona projetar o dobro de receita para a categoria de vitaminas este ano, dobrando de novo no ano que vem, para R$ 100 milhões. Até agora, a farmacêutica atuava com a Suplevit na briga com Centrum (da Haleon) e Lavitan (da Cimed), mas a marca ainda tem baixa penetração.

> "Aos 45 anos de idade ter esse espaço na líder, me sinto mesmo num parque de diversão"
> *Augusto Cruz Neto*

Além das farmácias, a EMS também voltou às prateleiras de supermercados. Em maio do ano passado, o grupo comprou a marca de sabonete íntimo Dermacyd, numa transação de R$ 300 milhões com a Sanofi. Metade do faturamento da marca é oriundo de supermercados e outras redes de canal alimentar. "Com a Dermacyd, voltamos a esse canal, onde a Vitamine-se também pode entrar. Temos um time contratado para isso, que hoje está ocioso e vai começar a ter mais trabalho", diz Sanchez.

O negócio com a Sanofi deu à EMS o direito sobre um portfólio com 17 itens nos mercados do Brasil, México, Peru e Argentina (nestes últimos, sob o nome de Lactacyd). "A gente brinca que o Carlos é o gerente de produtos da Dermacyd porque ele está determinado a construir essa liderança em OTC na empresa", conta o executivo, referindo-se ao chairman Carlos Sanchez e à meta para os produtos de venda livre. A unidade de OTC/marcas representa hoje 15% da receita da EMS — 40% são medicamentos de prescrição médica, 35% genéricos e 10% hospitalar.

"A EMS é uma Disneylândia de marcas", define o fundador da Vitamine-se. "Minha vida toda eu trabalhei para a vice: na Schin, não na Ambev; no Real, não no Itaú; na Dr Oetker, e não na Royal. Aos 45 anos de idade ter esse espaço na líder, me sinto mesmo num parque de diversão", diz.

Com a marcha de aquisições e publicidade, a EMS descarta IPO ou entrada de sócio para executar planos. "Não cogitamos. Isso seria necessário para um movimento grandioso, mas do tamanho que buscamos conseguimos financiar com nossa geração de caixa, tendo alavancagem zero hoje e nos colocando mais ativos em M&A de marcas", diz Sanchez.

No mercado internacional, a EMS comprou a segunda maior farmacêutica da Sérvia, no Leste Europeu, e fez uma aquisição pequena no México. A farmacêutica fechou 2023 com volume de vendas de R$ 10,6 bilhões e projeta R$ 11 bilhões para este ano. "É como o Carlos fala: temos 9,2% de market share, significa que temos 90,8% para brigar", resume o sobrinho do chairman.

DIVULGAÇÃO

Companhia saltou da 24ª para 8ª posição no ranking de anunciantes

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Curtas

Disputa pela Eldorado

A Coordenação-Geral de Cadastro Rural (DFC), braço do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que supervisiona a compra de terras por estrangeiros, recomendou ao órgão uma nova análise sobre a disputa entre Paper Excellence (PE) e J&F Investimentos, holding dos Batista, pelo controle da produtora de celulose Eldorado. No fim de dezembro, o Incra, por meio de sua superintendência em Mato Grosso do Sul, havia se posicionado pela anulação do contrato de compra e venda assinado em 2017 pelas hoje sócias na companhia brasileira, com base na legislação que limita a aquisição de imóveis rurais por estrangeiros. O principal argumento é que a Paper não buscou autorização prévia do próprio Incra e do Congresso para comprar a Eldorado, o que seria obrigatório já que a transação envolve também propriedades rurais. A recomendação de nova análise consta em relatório de técnicos do Incra, em Brasília, a partir de um recurso apresentado pela Paper. O Incra instaurou um processo administrativo no ano passado para apurar supostas irregularidades na compra de terras por estrangeiros em Mato Grosso do Sul.

Resultado da Sequoia

A Sequoia Logística e Transportes divulgou na noite de sexta-feira (5) suas demonstrações financeiras referentes ao primeiro trimestre de 2024. No documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa destaca a necessidade de incluir os resultados da Move3 para uma avaliação completa de seu desempenho, embora a incorporação só tenha ocorrido em 28 de março. De acordo com o documento, o lucro líquido combinado com a Move3 foi de R$ 121,2 milhões no primeiro trimestre. Se considerado só a Sequoia, o lucro líquido foi de R$ 110,2 milhões, um aumento de 25,63% sobre o ganho líquido de R$ 87,7 milhões em igual período de 2023. A receita líquida combinada somou R$ 276,1 milhões.

McDonald's na China

O McDonald's se uniu a fornecedores de alimentos para inaugurar um complexo industrial em Xiaogan, no centro da China. Resultado de um investimento de 1,5 bilhão de yuans (US$ 206 milhões), o projeto tem capacidade para produzir 300 milhões de pães e 30 mil toneladas de itens à base de carne, segundo a Xinhua News Agency.

Marketing Estratégia inclui peças para bebês mais velhos, modelos semelhantes a 'shortinhos', opções para piscina e também de uso geriátrico

Com recuo nas vendas, fabricantes de fraldas recorrem à criatividade

DIVULGAÇÃO

A indústria tem se apoiado na tendência do uso mais prolongado de fraldas, inclusive com versões extra grandes

Natália Flach
De São Paulo

Está cada vez mais comum crianças usarem fraldas até mais tarde, um movimento que especialistas chamam de desfralde gentil, comparado à faixa até então tradicional de até três anos. Para as fabricantes, é uma boa notícia, pois compensa, em parte, a queda da natalidade que impacta no volume de vendas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de nascidos em 2022 é 11,4% menor do que a média brasileira de 2010 a 2019. Por isso, a indústria tem se apoiado na tendência do uso mais prolongado das fraldas e lançado produtos voltados a um público um pouco mais velho e, portanto, maior. É o caso das fraldas de vestir, que se assemelham a um 'shortinho' e contam com versões extra grandes.

Segundo a diretora de marketing da Softys (dona da Babysec), Marina Mizumoto, as vendas dessas fraldas 'shortinho' cresceram de 20% a 30% nos últimos anos, puxadas principalmente pela demanda no Nordeste. Pequisa de hábitos de consumo da U&A Kantar confirma o comportamento na região ao apontar que, enquanto no Brasil 22% das crianças usam fraldas diurnas tipo 'shortinho', no Nordeste, esse percentual salta para 35%. Não à toa, a companhia dobrou o investimento em marketing neste ano, com destaque para o local — a executiva não revelou o valor exato.

A estratégia da Babysec envolve diversas plataformas de comunicação, como propaganda na TV, mídia fora de casa (OOH, na sigla em inglês), anúncios em redes sociais e ações com influenciadoras. Questionada sobre o formato das peças publicitárias, Mizumoto explica que ainda são muito centradas na funcionalidade das fraldas, "pois os pais querem conhecer a fundo o que o produto tem a oferecer de conforto e bem-estar a seus filhos".

"A campanha pretende apresentar a marca para mais famílias e mostrar a qualidade das fraldas", afirma. A estratégia comunicativa tem a ver com o cenário do setor. Como a categoria tem recuado em volume, a única forma de ganhar participação de mercado é 'roubando' fatia dos concorrentes. É nisso que a Softys mira em relação às marcas globais, como Pampers (da P&G) e Huggies (da Kimberly-Clark).

A Huggies tem investido em categorias diferentes, como fraldas reutilizáveis e uma linha de banho para o cuidado dos cabelos das crianças. O Brasil é o primeiro país da América Latina, entre os que a marca está presente, a entrar nesse segmento. "O lançamento é um passo animador e ousado para a marca que já atua no segmento de cuidados de bebês há muitos anos. Temos a oportunidade de alcançar novos lares em um mercado que tem um potencial enorme", diz o gerente de marketing de cuidados infantis e de experiência do consumidor no ambiente digital da Kimberly-Clark, Bruno Sparapani.

Entre janeiro e maio deste ano, houve queda de 3,1% no volume de fraldas vendidas, para 2,51 bilhões de unidades, e recuo de 2,6% na receita do setor, para R$ 2,86 bilhões, segundo pesquisa da plataforma de inteligência Scanntech, a pedido do **Valor**. A comparação é com igual período de 2023. A diretora de marketing da Scanntech, Priscila Ariani, diz que esse fenômeno pode ser explicado pelo aumento da procura por pacotes maiores de fraldas. Esses produtos competem em valor com pacotes premium, mas oferecem um preço unitário menor — de R$ 0,91 a R$ 1,42 por unidade. Essa tendência influencia a categoria de itens mais baratos que também encolheu neste ano.

Assim, as marcas mais caras (acima de R$ 1,42 por unidade), que respondiam por 28,2% do faturamento do mercado em 2023, passaram para 26% em 2024, enquanto as mais baratas (abaixo de R$ 0,91) caíram de 16,3% para 14,4%. Em compensação, as de preço mediano ("mid tier") foram de 55,5% para 59,7% nesse intervalo.

"Nos últimos anos, por causa dos efeitos da pandemia, a indústria vinha sendo pressionada a não repassar preço para os produtos no varejo e decidiu diminuir o tamanho das embalagens. Mas agora, com a inflação mais controlada, tem havido uma reversão dessa tendência", diz Ariani. "Da mesma forma que as fabricantes estão oferecendo opções para bebês mais velhos, têm investido em soluções para incontinência urinária leve, anterior ao uso de fraldas geriátricas. Assim, encurtam a distância entre os dois momentos da vida."

O faturamento da categoria de fraldas de adultos cresceu 0,2%, para R$ 156 milhões; o volume recuou 0,3%, para R$ 50,6 milhões. "O consumo não cresce como antes. O varejo e a indústria têm privilegiado desenvolver segmentos para atender novos públicos, como fraldas infantis para piscina", diz.

26%
do faturamento do setor é de marcas mais caras

Humor irreverente e rapidez ajudam a impulsionar Burger King

Estratégia

Luana Dandara
De São Paulo

Ironia com o Procon, promoção para calvos, distribuição de hidratante labial com sabor de churrasco e piadas sobre o exagero em procedimentos de harmonização facial. Essas são só algumas das campanhas publicitárias no histórico do Burger King (BK). Desde a sua chegada ao Brasil, a rede de fast food aposta no humor e na irreverência em seu marketing para chamar atenção do público em um mercado altamente competitivo.

Além de atrair audiência nas redes sociais, a estratégia está conseguindo impulsionar a venda de lanches. A campanha "Calvos Drive-Thru", vencedora de um Leão de Prata na categoria Direct no Festival Internacional de Criatividade de Cannes 2024, chegou a distribuir 500 mil sanduíches entre os dias 27 e 31 de março.

Nos quatro dias da ação, as filiais da lanchonete atenderam mais da metade do volume anual de público, que é de 900 mil pessoas. Além disso, 40% dos calvos que retiraram o sanduíche gratuitamente pela promoção, compraram outro item, o que levou a uma alta de 7% das vendas totais sobre a semana anterior. A campanha, criada pela agência David, promoveu 155% a mais no tráfego de clientes no drive-thru da rede.

Em parceria com a fabricante de medicamentos Cimed, o BK distribuiu o hidratante labial Carmed com aroma de grelhado no fogo, e sensação de esquentar na boca, a quem comprasse "combos" de lanches. Conseguiu vender 24 mil sanduíches em três dias. Os pedidos cresceram 372% nas lojas participantes e 27% das vendas.

DIVULGAÇÃO

"Marcas corajosas e audaciosas precisam se arriscar mais que a média. E pode não dar certo"
Mayra Dietzold

Já a campanha da nova linha de sanduíches King Costela, lançada na semana passada, brincou com o fato de a empresa ter sido notificada, há dois anos, pelo Procon-SP. Na época, a rede foi obrigada a mudar o nome do lanche "Whopper Costela" ao ser acusada pelo órgão por propaganda enganosa, já que o sanduíche não tinha costela em sua composição.

Agora, na nova propaganda, o Burger King agradeceu ao Procon por ter motivado a criação do lanche com costela desfiada de verdade. Em apenas sete dias de campanha, o sanduíche já atingiu o dobro de vendas da meta estipulada.

"Como estamos sempre desafiando um gigante do mercado [McDonald's], o nosso marketing precisa ser impactante. A nossa estratégia é provocativa, irônica e bem audaciosa, baseada no orgânico, para que a gente consiga reverberar nossa verba de investimento", diz a diretora de marketing Mayra Dietzold.

Há um ano na empresa, a diretora comanda uma equipe de 22 pessoas. Para trabalhar lá, diz Dietzold, é preciso ser "heavy user" de redes sociais, já que o foco da comunicação da marca é no público de 18 a 34 anos. "As redes sociais não são apenas um canal onde ativamos as nossas mídias. Elas são fontes da determinação da nossa estratégia de marketing e de muitos feedbacks das campanhas."

A marca trabalha também com agências, como a David, Jotacom, Loures e DM9. A DM9 foi responsável pela criação de outra campanha vencedora no Festival de Cannes deste ano. "Ilha Whopper" ganhou um Leão de Prata em Outdoor e um de Bronze em Social & Influencer.

Na publicidade, o BK propôs a mudança do nome da ilha McDonald, entre Madagascar e Antártida, para "Ilha Whopper". Os consumidores que sugerissem ao Google Maps a troca do nome ganhavam cupom de desconto.

"Foi uma edição de Cannes em que campanhas sobre causas importantes ganharam prêmios. E o BK seguiu se destacando e vencendo com a missão do humor, o que mostra que esse mote segue valorizado e presente", afirma Dietzold.

Com estreia em 19 de junho, a nova temporada do "reality show" Casamento às Cegas, da Netflix, chegou ao Top 3 de séries mais assistidas na plataforma nas últimas semanas. No dia 25, o Burger King lançou uma campanha em suas redes com um dos participantes, Patrick Ribeiro. Alvo de críticas no "reality" pela calvície, Ribeiro protagonizou um vídeo bem-humorado em que ele vai ao drive-thru da marca e pergunta sobre o sanduíche de graça para calvos. A atendente responde que aquela ação acabou, mas que ele poderia aproveitar uma nova promoção de 2 Whoppers por R$ 20. A campanha foi realizada pela Jotacom e acumula mais de 1,8 milhão de visualizações, 60 mil curtidas e quase 2 mil comentários.

"Nesses casos, a gente não segue o modelo tradicional de elaboração de uma campanha. Não temos tempo de fazer as vias normais de produção", diz a diretora.

Mas não é sempre que a estratégia funciona. Em fevereiro, uma campanha nas redes com o exator pornô Kid Bengala foi retirada do ar um dia depois de ser alvo de críticas por internautas que apontaram o vídeo como apelativo. Na ação, ele fazia trocadilhos sobre o tamanho do lanche.

"Marcas corajosas e audaciosas precisam se arriscar mais que a média. E pode acontecer de não dar certo. A gente nunca vai entender o limite do humor e do exagero. O ponto é acompanhar de perto o sentimento dos consumidores. Em minutos ou horas já dá para saber como uma campanha está indo. Monitoramos em tempo real e, nesse caso, recalculamos a rota e tiramos do ar", afirma Dietzol.

Para 2024, a rede de fast food manteve seus investimentos em marketing nas mídias sociais, com valores em sigilo, mas aumentou em mídias tradicionais, como a TV.

A Zamp, controladora do Burger King e Popeyes, registrou um prejuízo de R$ 90,8 milhões no primeiro trimestre deste ano, ampliando em 64,5% as perdas de R$ 55,2 milhões reportadas em 2023. A receita líquida em vendas do Burger King, por sua vez, avançou 14,9%, para R$ 949,3 milhões.

Com a perspectiva de melhorar a saúde financeira dos negócios, a empresa elegeu um novo diretor-presidente, Paulo Sergio de Camargo. Ele tomou posse em 28 de junho e, recentemente, comprou as operações da Starbucks no Brasil. Além disso, avalia a compra das operações da Subway no país.

Segundo a diretora de marketing do BK, a rede de fast food tem sido impactada positivamente pelo retorno presencial dos consumidores às lojas. "As pessoas voltaram a frequentar os shoppings, o que tem nos ajudado muito. No Dia do Cinema, registramos um forte movimento de vendas. O consumidor também está consumindo mais mídias sociais, o que para a gente é extremamente importante."

Código de barras chega aos 50 anos

História
De São Paulo

No fim da década de 1940, os estudantes de pós-graduação da Drexel University, Bernard Silver e Norman Joseph Woodland, ouviram o diretor de uma varejista se queixar sobre a dificuldade de fazer o inventário das mercadorias. Os alunos decidiram solucionar o problema, elaborando uma forma de reunir as informações dos produtos em um código padronizado, que seria impresso nas embalagens.

Para tornar o projeto viável, Silver e Woodland fizeram testes com inúmeras tintas até descobrir uma que brilhava com luz ultravioleta. Também desenvolveram um aparelho capaz de ler os dados ali contidos. Mas havia dois impasses: o custo elevado para a impressão e a instabilidade da tinta. Por isso, ainda foram necessários muitos anos até chegar ao formato atual, que só foi criado graças ao desenvolvimento da banda sonora e do código Morse.

"O código de barras é a representação de um número que pode ser lido pelos sistemas", explica a gerente de educação e do Centro de Inovação e Tecnologia do GS1, Flávia Costa.

Foi apenas em outubro de 1949 que Woodland iniciou o processo de registro de patente, que foi concedida três anos depois. Já no fim da década de 1950, o estudante conseguiu chamar a atenção da IBM. A ideia era que a gigante de tecnologia pudesse ajudá-lo na produção em massa da ferramenta. Mas a resposta foi negativa.

Em 1962, a Philco comprou a patente e, a partir da década de 1970, a invenção de Silver e Woodland alcançou a maturidade, graças aos avanços tecnológicos dos computadores e dos leitores a laser que se tornaram mais baratos. Assim, em 26 de junho de 1974, foi escaneado pela primeira vez um produto com código de barras no caixa do supermercado Marsh, um pacote de chiclete Wrigley's.

"A escolha não foi por um acaso. A ideia era mostrar que a tecnologia estava presente mesmo em uma embalagem tão pequena", diz. Hoje, o código de barras é reconhecido em todo o mundo e está presente em mais de 1 bilhão de produtos. Segundo a BBC, é uma das 50 inovações que mudaram a economia moderna. *(NF)*

Cenários Disponibilidade do produto, que ao lado de frango e suíno está no debate da Reforma Tributária, tende a recuar em 2025 com mudança do ciclo pecuário

Com maior oferta, consumo de carne bovina deve seguir aquecido neste ano

Nayara Figueiredo
De São Paulo

As carnes estiveram no centro de debates entre governo e Congresso nos últimos dias, diante do impasse se vão ser ou não incluídas na cesta básica, na Reforma Tributária. Caso sejam beneficiadas por uma desoneração, a expectativa de analistas do setor é de preços mais acessíveis e aumento na demanda interna. Ainda que fiquem de fora da isenção, ao menos a carne bovina tende a continuar com o consumo firme até o fim de 2024, enquanto o ciclo da pecuária for de oferta elevada de animais.

Mas o cenário pode mudar em 2025, quando o ciclo pecuário tende a ser de baixa disponibilidade e alta de preço *(ver ao lado)*. Então, uma desoneração faria diferença.

Para carnes de frango e suína, as expectativas são menos promissoras, com possibilidade de alta no preço da carne da ave, por exemplo, caso não seja incluída na cesta básica.

Uma fonte da indústria de carne bovina que tem participado das discussões em Brasília disse ao **Valor** que há uma queda de braço sobre a inclusão das carnes na cesta básica. "Independentemente disso, o mercado doméstico tem tido uma boa demanda", afirmou, sobre a carne bovina.

Não se trata de um consumo muito elevado, disse, mas que se mostra equilibrado. As exportações também estão sendo favorecidas atualmente, pelo dólar alto e pela estabilidade das vendas à China, o que ajuda os frigoríficos a lidar com a oferta elevada .

Mesmo com a exportação indo bem, a maior parte da produção de carne bovina é consumida internamente. A consultoria Agrifatto projeta uma alta de 15,5% em 2024 nas vendas externas, para 3,28 milhões de toneladas. Já no mercado doméstico, a demanda deve avançar 5,4%, para 6,48 milhões de toneladas no ano, em relação a 2023, de acordo com a Agrifatto. Os cálculos não levam em consideração uma eventual desoneração.

Com a maior disponibilidade de carne bovina no mercado, os preços estão mais atrativos para o consumidor, o que explica a demanda doméstica firme.

"Em momentos de avanço expressivo na oferta de gado, dificilmente a demanda externa cresce na mesma magnitude. Então, uma parcela significativa da produção adicional de carne fica no mercado interno e vai sendo escoada por preços menores", afirma o diretor da consultoria HN Agro, Hyberville Neto

Outro fator que alimenta a demanda é a melhora no mercado de trabalho. "O desemprego está mais controlado, próximo a 8%, há menor pressão de dívidas pela população na segunda metade do ano e, geralmente, há aumento da geração de empregos temporários, o recebimento de 13º salário e bonificações. A demanda [pela carne] deverá ser melhor", observou Felipe Fabbri, analista da Scot Consultoria.

Fernando Iglesias, da consultoria Safras & Mercado, concorda que há fatores que sinalizam que o consumo doméstico vai seguir aquecido este ano, mas prevê mudança em 2025. "Ano que vem, com a reversão de ciclo pecuário, há uma potencial retração da oferta de carne bovina no mercado interno. Aí essa dinâmica tende a ficar um pouco diferente".

A eventual desoneração tributária poderia manter o otimismo para o consumo em 2025, quando os preços tendem a subir.

Para a fonte da indústria, a inclusão da carne bovina na cesta básica deixaria o setor mais competitivo. "Acho que se tivermos um mercado doméstico forte, como é o caso dos EUA, ficamos menos dependentes da exportação e com isto podemos pedir preços mais altos lá fora", defende.

O parecer do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre a regulamentação da reforma tributária não incluiu as carnes na lista de produtos da cesta básica que terão isenção do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

A não inclusão foi criticada pela indústria de aves e suínos, que espera que parlamentares "apoiem a revisão", disse a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Para Ricardo Santin, presidente da ABPA, "essa mudança de entendimento que apareceu, tributando as carnes em 60% da alíquota média, isso vai ter impacto bastante forte no consumidor. No nosso caso, você vai ter um aumento mínimo de 10% [de preço]. Em muitos Estados a alíquota é zerada, está dentro da cesta básica".

Segundo Lygia Pimentel, diretora da Agrifatto, com a reforma, a tributação das carnes vai mudar. E o tamanho da mudança vai depender do IVA. "Dependendo do IVA, a tributação sobre o frango muda", ou seja, não está descartada a possibilidade de alta no preço.

Caso apenas o frango tenha desoneração e a carne bovina não, o consumo da última pode ser afetado, acrescenta Hyberville Neto. Isso porque o frango, naturalmente mais barato, ficaria ainda mais competitivo em relação à carne bovina na gôndola.

> "Desemprego está mais controlado, o que estimula a demanda"
> *Felipe Fabbri*

LEONARDO RODRIGUES/VALOR
Ricardo Santin, da ABPA, afirma que a não desoneração elevará os preços

Mais carne bovina
Disponibilidade no Brasil de janeiro a junho (milhões de toneladas)

Ano	Milhões de toneladas
2009	2,34
2010	2,71
2011	2,63
2012	2,82
2013	3,10
2014	3,07
2015	2,91
2016	2,80
2017	2,84
2018	2,99
2019	2,92
2020	2,64
2021	2,53
2022	2,47
2023	2,86
2024	3,38

Fonte: Agrifatto

Abates devem ter alta de 9%, diz consultoria

Reflexo do ciclo de alta da pecuária bovina, o abate no Brasil deve fechar 2024 em 37,2 milhões de cabeças, 9% acima do ano passado, de acordo com estimativa da Datagro Pecuária. A virada de ciclo está prevista para o ano que vem, quando os abates tendem a cair 4,3%, para 35,6 milhões de cabeças.

A maior concentração no descarte de fêmeas é o fator que impulsiona os abates e limita altas de preço mais significativas para a arroba do boi.

Segundo João Figueiredo, analista da Datagro Pecuária, o volume de fêmeas abatidas no Brasil vem renovando máximas por diversos meses consecutivos, movimento que tem se mantido desde o início de 2022.

Além do ciclo da pecuária, uma forte estiagem que atingiu a região centro-norte do país nos últimos meses fez pecuaristas optarem por enviar matrizes aos frigoríficos para abate.

"No entanto, em maio e no balanço preliminar de junho de 2024, observou-se uma mudança nesse cenário, com os números de abate de fêmeas começando a se aproximar dos registrados no ano passado", disse o especialista. Para Figueiredo, esse realinhamento sugere que o setor pode estar, ainda que levemente, entrando em uma fase de retenção de fêmeas nas propriedades brasileiras.

"Os dados indicam que, a partir do segundo semestre de 2024, pode haver uma tendência de queda nos volumes de abate de fêmeas, alinhada com estratégias de recomposição de plantel das fazendas para a produção de bezerros", afirmou.

Segundo Figueiredo, já é possível verificar que o preço do animal de reposição parou de cair em algumas praças, fator que torna atrativo para o pecuarista manter as fêmeas produtivas.

Como consequência, disse ele, a consultoria observou alguma recuperação de preço da arroba do boi gordo em determinadas regiões de produção de gado.

Na última semana, o indicador do boi gordo da Datagro mostrava que, em São Paulo, a arroba do animal estava cotada em R$ 225, mas com viés de alta, de acordo com o analista. "A gente viu a máxima de R$ 230, R$ 232 por arroba. Fazia tempo que o preço não estava subindo assim", comentou.

Com os abates elevados de bois e fêmeas nos últimos meses, a expectativa é de que a oferta possa ficar — ainda que levemente — um pouco mais enxuta a partir de agora em comparação com os níveis do início deste ano, até a virada de ciclo em 2025. *(NF)*

BNDES financia ampliação da Laguna

Usinas

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Usina Laguna, que produz apenas etanol em Batayporã (MS) acertou a captação de R$ 170,4 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiar a construção de uma fábrica de açúcar e realizar projetos de eficiência da produção do biocombustível.

A empresa, que faturou mais de R$ 300 milhões na safra 2023/24, vai captar os recursos por meio de três linhas distintas. Para a a fábrica de açúcar, serão R$ 26,4 milhões via BNDES Finem. A planta terá capacidade para produzir até 120 mil toneladas de açúcar por safra. Outros R$ 25 milhões foram contratados via Programa de Construção de Armazéns (PCA), dentro do Plano Safra 2023/24, para um armazém de 50 mil toneladas.

Outros R$ 56 milhões serão destinados à compra de máquinas e equipamentos nacionais para a fábrica e o armazém, além da renovação de máquinas e equipamentos nacionais. Mais R$ 63 milhões foram contratados no Programa BNDES RenovaBio para melhorar a eficiência energética do etanol e otimizar a emissão de Créditos de Descarbonização (CBios).

R$ 170 milhões é o valor do empréstimo

"Entre os objetivos da nova política industrial do governo do presidente Lula está o apoio às cadeias agroindustriais, para ampliar a produção, o que inclui a ampliação da capacidade de armazenagem no país. Nesse aspecto, o BNDES atua para reduzir o déficit histórico de armazéns no Brasil", afirma Aloizio Mercadante, presidente da instituição, em nota.

Segundo José Luís Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, o banco deve aumentar suas operações para biocombustíveis neste ano, além de manter financiamentos para a produção agroindustrial. "Uma das prioridades do banco é estar próximo do setor". Em 2023, o BNDES aprovou R$ 2,6 bilhões em financiamentos para biocombustíveis, o maior valor em nove anos.

DIVULGAÇÃO
Usina em Batayporã (MS) fabricará açúcar para aproveitar preços altos

O investimento da Laguna em açúcar deve ser concluído no fim do ano, e a companhia já começou a travar o preço da commodity. Segundo Romildo Carvalho Cunha, diretor comercial, já foi feito o hedge de 40 mil toneladas. O plano é chegar perto da próxima safra com 80% de hedge realizado. Da cana a ser moída no próximo ciclo, 60% devem ser destinados ao açúcar. Com isso, a produção de etanol em relação à safra atual deve cair 48%, para 65 milhões de litros.

BB anuncia R$ 260 bi para Plano Safra 2024/25

Crédito rural
De São Paulo

O Banco do Brasil (BB) anunciou que vai destinar R$ 260 bilhões para seu Plano Safra 2024/25, um aumento de 13% em relação ao ciclo anterior e um recorde. As taxas de juros seguirão os padrões definidos pelo governo federal na última semana para o novo Plano Safra.

Segundo informou a instituição na sexta-feira, os agricultores familiares e médios produtores contarão, inicialmente, com uma oferta de R$ 50 bilhões para financiamento, alta de 44% em relação à safra passada. A agricultura empresarial terá R$ 142 bilhões em recursos, um aumento de 10%.

Para operações de custeio, o BB vai destinar R$ 119 bilhões, alta de 17% em relação ao plano anterior. As operações de investimento receberão R$ 44 bilhões (+28%). Outros R$ 29 bilhões (+4%) terão como destino a comercialização e a industrialização (+4%). Para títulos, crédito agroindustrial e giro, serão R$ 40 bilhões (+6%).

"Desembolsamos R$ 230 bilhões no último ano safra, com crescimento de 17% em relação à safra 2022/23, sendo o maior valor da história. Além disso, executamos todo o volume equalizado alocado do Governo Federal", disse Tarciana Medeiros, presidente do BB.

Segundo o banco, pequenos e médios produtores gaúchos prejudicados pelas enchentes contam com um apoio financeiro e crédito emergencial da instituição. *(NF)*

valor.com.br
Mais sobre o Plano Safra 2024/25 do Banco do Brasil em
www.valor.com.br/agro

Farmacêutica
EMS fecha a compra da startup Vitamine-se, de suplementos personalizados
B8

Renda variável
Ações da Nvidia vão puxar bolsas dos EUA por anos, diz Richard Clode, da Janus Henderson C2

Mercados
'Nichos' podem ser caminho para nova bolsa do Rio, dizem especialistas C2

Investimentos
Gestoras de fundos ajustam estrutura após período de saques C6

Dívida Lei das debêntures do setor completa seis meses ainda sem regras complementares de ministérios e com empresas à espera

Vácuo regulatório represa emissões em infraestrutura

Liane Thedim e Rita Azevedo
Do Rio e de São Paulo

A edição da lei que criou as debêntures de infraestrutura e alterou regras das incentivadas completa seis meses amanhã sem que nenhuma operação sob as novas normas tenha saído do papel. A expectativa era que o decreto que regulamentou o instrumento, em março, fosse deslanchar as emissões, mas o texto decepcionou ao determinar que cada ministério deveria emitir documentos fixando critérios complementares. Até agora, não há portarias publicadas. Sem segurança jurídica para montar as operações, empresas e escritórios de advocacia congelaram projetos — e o prazo de validade de autorizações que já haviam sido concedidas, e cujas operações vinham abastecendo o mercado desde janeiro, venceu em 26 de junho.

"As operações estão represadas, e o fim do prazo das autorizações vigentes vai secar a linha de financiamento para o setor de infraestrutura, uma área super-relevante", alerta Mariana Guenka, sócia do Souto Correa Advogados. Celso Contin, sócio do Vieira Rezende Advogados, diz que, no escritório, R$ 1 bilhão em operações aguardam as normas, sobretudo de empresas de energia, transportes e saneamento. "Nós e o mercado como um todo ficamos frustrados. Todo mundo perde, porque as empresas esperam para investir e deixam de gerar empregos, receita e pagar impostos", diz ele.

Até agora, só o Ministério de Minas e Energia (MME), o de Transportes e o de Portos e Aeroportos deram passos significativos para esclarecer dúvidas do mercado. O primeiro publicou orientações detalhadas para companhias de geração de energia por fonte renovável e de minigeração distribuída enquadrarem seus projetos. O segundo colocou uma minuta de portaria em consulta pública, já encerrada, mas ainda não publicou o texto final. E o de Portos e Aeroportos abriu, na sexta-feira, consulta pública para sua minuta.

O Ministério das Comunicações, em resposta ao **Valor**, informou que a previsão é publicar as normas até o fim do ano, mas afirma que, enquanto isso, o setor pode emitir normalmente as debêntures incentivadas, que garantem isenção de Imposto de Renda à pessoa física, e as de infraestrutura — cujo incentivo fiscal fica com o emissor. A mesma orientação dá o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, a quem cabe fiscalizar projetos de saneamento. "O fato de o MIDR ainda não ter portaria atualizada não impede o recebimento e análise de projetos para enquadramento e posterior emissão de debêntures após autorização da CVM." As pastas de Saúde e Educação não deram previsão.

DIVULGAÇÃO
Guenka, do Souto Correa: "Não me parece que vamos ter solução rápida"

Até a lei que criou as debêntures de infraestrutura e passou a reger as incentivadas, as empresas precisavam de autorização projeto a projeto, o que tornava a montagem da operação lenta. A nova legislação acabou com a exigência, mas estabeleceu que cada ministério elaborasse seu conjunto geral de regras, que permitiria uma espécie de autodeclaração de enquadramento. Em 26 de março, o decreto que regulamentou a lei deu 90 dias para as empresas usarem as autorizações já emitidas pelas normas anteriores. Para aproveitar o bom momento do mercado, com forte demanda e baixos prêmios de risco após a taxação dos fundos fechados exclusivos e as restrições do Conselho Monetário Nacional (CMN), em fevereiro, às emissões de Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), do Agronegócio (LCAs), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e do Agronegócio (CRAs), muitas empresas aproveitaram e anteciparam emissões.

> "Todo mundo perde, porque as empresas esperam para investir e deixam de gerar empregos e pagar impostos"
> *Celso Contin*

Segundo dados da Anbima, que representa os mercados financeiro e de capitais, de janeiro a maio deste ano foram emitidos R$ 44,9 bilhões em debêntures incentivadas, quase o dobro dos R$ 23 bilhões do mesmo período de 2023, quando o mercado foi abalado pelo episódio da Americanas. Agora, porém, gestores se queixam de desequilíbrio no mercado e falta de previsibilidade de emissões, além de taxas muito reduzidas pela forte procura. Com isso, bancos e gestoras, como Bradesco, Itaú, Santander e Sparta, fecharam fundos para captação até que o mercado volte a se equilibrar. "Quando sair a regulamentação toda, talvez até tenhamos excesso de oferta", diz Guenka.

Leonardo Miranda, sócio do TozziniFreire Advogados, também alerta que, como o decreto que regulamentou a lei "deixa beiradas", o perigo agora é o momento em que a última etapa será cumprida, diante do cardápio de projetos à frente, com leilões de concessão em vista. "Talvez ela não chegue a tempo. Estamos falando de muito dinheiro em setores de interesse nacional. É uma pena. O governo lançou as debêntures de infraestrutura, um instrumento que é bom, mas falta a última milha."

O advogado lembra que o grande diferencial das debêntures de infraestrutura é o fato de serem adequadas ao perfil de fundos de pensão, bolso polpudo que as empresas querem acessar. Seu temor não é por alguma regra inadequada e sim pelo "timing". "O setor de energia, por exemplo, é estável e previsível, não tenho receio do que virá de MME e Transportes, porque são setores habituados a emissões via debêntures, mas os fundos de pensão são conhecidos por serem lentos na tomada de decisões."

Guenka diz que seus clientes já estão na fase de avaliar soluções temporárias para sanar necessidades imediatas, como um empréstimo-ponte, por exemplo. Já Miranda vê como alternativa possível a emissão de debênture corporativa, sem incentivo fiscal. Assim, quando a empresa puder emitir os novos papéis, resgata as antigas. No entanto, para ele, é pouco provável que essa opção seja adotada, por ser mais cara. Assim, acredita que tudo deve permanecer parado.

"Não me parece que vamos ter solução rápida. Se todos os ministérios abrirem consulta pública, a demora será ainda maior, apesar de a medida ter o lado positivo de ouvir o mercado", diz Guenka. A minuta do Ministério de Portos e Aeroportos publicada na sexta, inclusive, não foi bem recebida pelo setor por restabelecer a necessidade de autorização projeto a projeto.

A sócia do Souto Correa revela que bancos têm feito propostas para emissões de debêntures de infraestrutura, principalmente em saneamento, mobilidade, energia renovável e geração distribuída. No entanto, diz, projetos estão começando a ser formatados sem que todas as regras do jogo estejam à mesa. Por exemplo, se vai ter fiscalização, como e quem fará e se o projeto se enquadra mesmo. "Alguns setores ficaram muito em aberto no decreto, como, por exemplo, irrigação e saneamento, ao contrário de mobilidade urbana."

Alberto Faro, sócio do Machado Meyer Advogados, diz que, no seu escritório, R$ 1 bilhão está em compasso de espera. No entanto, ele é voz dissonante do mercado e entende que as empresas poderiam estar emitindo normalmente, mesmo sem as portarias. "Não temos plena segurança jurídica porque a linguagem do decreto deu margem a isso, mas as captações não deveriam estar paradas. Temos base para seguir com incentivadas até as novas portarias."

Produto segue fora do foco das empresas

Do Rio e de São Paulo

Com a demora na divulgação das portarias ministeriais para a emissão de debêntures de infraestrutura, o novo instrumento ainda está longe do foco das empresas, segundo bancos de investimento que coordenam ofertas.

De acordo com Getúlio Lobo, chefe de renda fixa e híbridos do banco de investimento da XP, a demanda por formatação de emissões das novas debêntures tem sido pequena. "Não vejo hoje muito apetite do mercado que justifique uma oferta. Por outro lado, as ofertas de debêntures incentivadas estão com spreads [diferença entre as taxas pagas pelo emissor e o título público de referência, as NTN-Bs, corrigidas pelo IPCA] bons para os emissores e com prazo mais longo", afirma.

Para Lobo, como o lastro dos dois tipos de papel é o mesmo, as de infraestrutura terão de ser muito competitivas para atrair interesse. "De forma geral, as empresas estão estudando os novos papéis, mas sabem que as incentivadas têm muito mais profundidade."

Ele afirma que o banco fez exercícios comparando o resultado com os dois tipos de emissão e o resultado foi praticamente neutro. "Dada a perspectiva e o bom momento de mercado, as empresas acabam preferindo ficar com as incentivadas e correr menos risco."

Felipe Wilberg, diretor de renda fixa e produtos estruturados do Itaú BBA, também não acredita que as debêntures de infraestrutura se transformarão, no curto prazo, em um carro-chefe, embora sejam bem-vindas por trazerem maior demanda de fundos de investimentos, seguradoras e fundos de pensão. "Ela vai ser muito útil quando as empresas precisarem de volumes relevantes, em adição às incentivadas", afirma.

A empresa poderá deduzir do lucro líquido, para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), 30% do total de juros pagos pelas debêntures. Como os títulos geralmente pagam um indexador mais a taxa, como IPCA mais 3%, por exemplo, a dúvida é se o índice de correção poderá entrar na conta.

De acordo com Wilberg, o incentivo fiscal da debênture de infraestrutura é bom, mas exige estabilidade de resultados. "O emissor precisa ter lucro anualmente e pagar IR para aproveitar a maior dedutibilidade. Principalmente para os novos projetos, que têm grande investimento nos primeiros anos e tributação após muitos anos, as debêntures de infraestrutura trazem pouco benefício." *(LT e RA)*

Galípolo deve ser confirmado chefe do BC em agosto

Marcelo Osakabe
De São Paulo

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, deverá ser anunciado em agosto como o nome que vai substituir o atual presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto. A informação foi antecipada pelo colunista Lauro Jardim, de "O Globo".

Segundo o colunista, a data foi sugerida pelo próprio Campos Neto ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o argumento de que, se fosse muito cedo, o poder no BC ficaria dividido muito antes do fim do mandato, e se fosse no fim do ano, quando acaba sua gestão, a transição seria dificultada.

Um anúncio em agosto tornaria a transição mais suave e eliminaria temores de investidores de que um perfil "menos adequado" surja para o comando do BC, diz o economista-chefe do banco Pine, Cristiano Oliveira. "Se confirmado, é sem dúvida uma ótima notícia. A indicação de Galípolo é super acertada pois, durante todo o período como diretor de política monetária, ele tem mostrado comprometimento com a missão de perseguir o centro da meta e habilidade de comunicação com diversos segmentos da sociedade", afirma.

A insegurança em relação ao nome que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá escolher para chefiar o BC é um fator que ajudou o prêmio de risco sobre ativos brasileiros a subir nos últimos meses, em especial após a decisão dividida do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC na reunião de maio.

Ex-número 2 de Haddad na Fazenda e com trânsito junto a Lula, Galípolo é visto como favorito ao posto desde sua indicação à diretoria de política monetária, em 2023. No entanto, com a aproximação da mudança de comando, outros nomes surgiram na bolsa de apostas, como os do ex-diretor do BC Luiz Awazu Pereira, do economista André Lara Resende, um dos idealizadores do Plano Real, e de Aloizio Mercadante, presidente do BNDES.

Para Oliveira, a confirmação de Galípolo poderá ajudar a reduzir o prêmio de risco local. "Os ativos estão bastante descolados dos fundamentos, principalmente as taxas de câmbio e de juros. Esse 'descolamento' ocorreu por conta do aumento das incertezas. ", diz.

Já na visão do economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, o anúncio pode acalmar o mercado no curto prazo, mas não deve apaziguar completamente as dúvidas sobre o comportamento do BC.

"De certa forma já era esperado, mas ainda ficará a dúvida sobre como será a condução do Banco Central nos próximos anos. Há mais três trocas [de diretores] no final do ano e uma pressão do governo que permanecerá. O Copom terá que ter uma condução ainda mais ortodoxa para se opor à imagem que está sendo construída e que poderá se agravar com as trocas adicionais no final do ano", diz.

> "O BC terá que ter uma condução ainda mais ortodoxa para se opor à imagem que está sendo construída"
> *Sérgio Vale*

Para Vale, a concretização de Galípolo no comando do BC também não muda a impressão de que a próxima diretoria será mais leniente com uma inflação perto do teto da meta. "Vai ser difícil sair dos 4% a 4,50%. De qualquer maneira, esse novo BC também não terá espaço para aventuras", diz.

A única forma de recuperar essa credibilidade, dado que o cenário fiscal não permite antever surpresas positivas, seria o BC se mostrar mais cuidadoso com a Selic, continua. Isso significa manter a taxa em patamar elevado durante todo o governo Lula. "Na época da [ex-presidente da República] Dilma [Rousseff], a Selic não saía da casa dos 14% para manter a inflação em 6,50%. Aqui ela vai precisar em torno de 10% para conseguir manter a inflação entre 4% e 4,50%. Para poder baixar mais os juros precisaria de uma mudança mais radical no fiscal, que não vai acontecer."

Para Luiz Eduardo Portella, sócio e gestor da Novus Capital, a confirmação de Galípolo para a presidência do BC eliminaria riscos de cauda que pairam sobre a percepção da condução da política monetária pela próxima diretoria.

"Seria um evento positivo porque ainda tem risco do presidente Lula testar novas políticas, como colocar alguém ligado ao MMT [Modern Monetary Theory], como Lara Resende", diz Portella. "Até porque o Galípolo é alinhado à atual diretoria e ao presidente Roberto Campos Neto. Mas claro, ainda precisará mostrar comprometimento com o centro da meta de inflação quando assumir o posto."

Apesar da avaliação, o gestor acredita que a notícia não deve fazer preço imediatamente. "Acho que o mercado vai aguardar a confirmação oficial. Precisa o Lula falar", diz.

O gestor ressalta que, dado o fato de que Galípolo no comando do BC já é o cenário base do mercado, há uma assimetria de risco no sentido de que o potencial de piora é maior caso a escolha não seja pelo seu nome. E que pode pegar o mercado no contrapé, já que este é justamente um momento de noticiário mais positivo no Brasil e no exterior.

"De algumas semanas para cá, o clima melhorou. Tivemos a decisão unânime do Copom, o decreto da meta contínua e Lula dando carta branca para Haddad cumprir o arcabouço em 2024 e 2025. Além disso, dados dos EUA vieram melhor que o esperado e a gente tem uma visão de que o próximo indicador de inflação virá positivo, elevando para 100% a chance do Federal Reserve cortar juros em setembro", diz. "O anúncio ajudaria o mercado a manter essa toada e tirar prêmio de risco, dar espaço para o dólar voltar aos R$ 5,30 e a baixar mais a parte longa da curva de juros."

"Vejo a indicação como boa, pois ele já adquiriu experiência sobre o funcionamento do BC e a condução da política monetária. Além disso, seu perfil mais político, aliado à experiência adquirida, deve contribuir para contribuir para mitigar as críticas vindas do governo à política monetária e, ao mesmo tempo, preservar a autonomia do BC", diz Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren.

Ibovespa
Em pontos

Bolsas internacionais
Variações no dia 5/jul/24 - em %

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Mercado de capitais Para especialistas, liquidez preocupa, mas segmentos têm potencial

‘Nichos’ podem ser caminho para nova bolsa do Rio

Cris Almeida e Victoria Netto
De Rio

As experiências de países com mais de uma bolsa consolidada indicam que o caminho dos mercados de “nicho” é o mais promissor para as novas entrantes no Brasil, de acordo com agentes ouvidos pelo **Valor**. Com o cenário de ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) morno, as oportunidades para a expansão do mercado de capitais devem estar em segmentos como operações de “block trade”, derivativos e mercado de carbono.

A American Trading Service (ATS), cuja sede foi confirmada no Rio na semana passada, pode começar com o pé direito. ATS é o nome provisório da nova bolsa carioca. O economista-chefe da Way Investimentos, Alexandre Espírito Santo, avalia que a nova bolsa tem a oportunidade de democratizar o capital a partir da busca por empresas menores. Ele explica como as 16 bolsas dos EUA convivem entre si, com nichos mais definidos.

“A Nasdaq é meio ‘nichada’, ela foi mais para o setor de tecnologia. Acho que, a priori, seria uma ideia boa que a nova bolsa encontrasse seu nicho e depois ir para small caps ou coisa do tipo”, diz o economista, que também é professor de economia e finanças do Ibmec-RJ.

O sócio e gestor da Novus Capital, Luiz Eduardo Portella, concorda que atrair pequenas e médias empresas para o mercado de ações é um possível diferencial da ATS em relação à B3. “É importante que a nova bolsa crie uma identidade própria e não fique só essa guerra de baixar preços. Com escassez de IPOs no Brasil, pode ser uma boa alternativa para trazer esse movimento de volta.”

Mais do que abrir fronteiras em nichos, o que os países com mais de uma bolsa com grande volume de negociações têm em comum é uma economia sólida, avalia o economista-chefe da Fami Capital, Gustavo Bertotti. “O mercado de capitais nos países desenvolvidos prospera porque eles já fizeram a lição de casa. Historicamente, eles têm juros baixos. Nos Estados Unidos, o investidor procura o mercado de ações no lugar da renda fixa porque, via de regra, para ele não é atrativo um rendimento baixo atrelado aos juros”, diz.

A nova bolsa do Rio tem outras fases para cumprir até o seu lançamento, que deve ocorrer no segundo semestre de 2025. Ainda em 2024, o sistema tecnológico já deverá funcionar. A partir daí, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central (BC) terão seis meses para testar os sistemas, e a Americas Trading Group (ATG), responsável pela gestão da nova bolsa, terá mais um semestre para colocá-la em funcionamento.

De início, serão negociadas ações no mercado à vista, cotas de fundos, de índices e aluguel de ações, este último com o objetivo de dar mais liquidez ao mercado. Nesse período, o mesmo ativo será negociado nas duas bolsas (o que só será possível graças ao contrato de depositária junto à B3), para que o investidor possa decidir qual a melhor cotação para ele. Para isso, as empresas de capital aberto vão precisar assinar um termo de adesão, sem custos adicionais, permitindo que as mesmas ações também sejam negociadas no pregão eletrônico da nova bolsa.

Há 12 anos, a ATG sofria impasses para abertura de sua “clearing” — o serviço de compensação e liquidação de ordens de compra e venda eletrônicas. Só no ano passado, quando a ATG foi comprada pelo Mubadala Capital, de Abu Dhabi, o projeto de uma nova bolsa voltou a ganhar fôlego. O valor total aportado pelo Mubadala não foi divulgado, mas a quantia foi suficiente para a criação de uma nova clearing junto ao BC.

Em um segundo momento, a empresa pretende começar a listar empresas na bolsa carioca a custos mais acessíveis, o que poderia estimular empresas menores a abrir capital. “Queremos reduzir o preço desse processo, que hoje em dia é muito caro. Não à toa, várias empresas fizeram sua listagem fora do país”, diz o CEO da ATG, Claudio Pracownik.

O executivo faz uma ressalva sobre o cenário macroeconômico brasileiro como parte importante para conseguir reduzir esses custos. Para ele, a Selic, hoje em 10,5% ao ano, precisa ser reduzida, e a questão fiscal, controlada antes.

A sugestão de nicho, no entanto, não agrada. Pracownik afirma que a nova bolsa pretende concorrer no mercado de capitais com a B3 no mesmo patamar, e cita o México e a Austrália como países com mais de uma bolsa competindo de igual para igual.

“Nos dois países existe uma concorrência pela eficiência e pelo produto. Os EUA são um país tão gigantesco que ele permite esse nicho. Agora, isso não impede que, no futuro, a gente tenha dentro da nossa bolsa uma parte só para commodities, outra para carbono, que a gente venha trabalhar com moedas digitais e tudo mais. Mas isso não é uma desvantagem competitiva.”

O ex-diretor da CVM Renê Garcia, que integrou o colegiado entre 1990 e 1992, lembra que, nos anos de ouro do mercado financeiro carioca, a Bolsa do Rio de Janeiro (BVRJ) e a então Bovespa, de São Paulo, tinham espaço: “O mercado do Rio era muito em cima de ‘blue chips’ e de opções, enquanto o mercado em São Paulo era mais pulverizado. Havia uma arbitragem do preço, ficava com a pequena variação entre as bolsas, as pessoas compravam em uma e vendiam na outra. Havia um ambiente sadio de negociação.”

Em 1989, a BVRJ entrou em crise com operações envolvendo o empresário Naji Nahas. Como consequência, houve redução significativa no volume de negócios e “exportação” da liquidez para São Paulo.

CLAUDIO BELLI/VALOR

Pracownik: proposta de custo acessível para estimular abertura de capital

> “ATS quer competir com a B3 no mercado de capitais de igual para igual”
> *Claudio Pracownik*

‘Ações da Nvidia vão sustentar Wall Street por ao menos 5 anos’

Eduardo Magossi
De São Paulo

As ações da empresa de tecnologia Nvidia vão continuar registrando ganhos e sustentando o avanço das bolsas americanas por pelo menos mais cinco anos, avalia o gerente de portfólio de tecnologia da gestora Janus Henderson, Richard Clode. Segundo ele, a Nvidia dispõe de algo que nenhuma outra companhia tem: a capacidade de treinar modelos de inteligência artificial (IA). “As demais empresas precisam da Nvidia para preparar seus próprios modelos de linguagem. Todo mundo quer ter capacidade de IA para desenvolver seus próprios produtos e serviços”, diz.

Segundo Clode, esse apelo exclusivo de treinamento do ChatGPT fará com que o crescimento da Nvidia seja sustentável pelos próximos anos. “E, ao contrário da bolha da internet, a Nvidia já está entregando lucros acima do esperado”, disse ele ao **Valor** em rápida passagem pelo Brasil, para participar de evento do BTG.

Para Clode, as oportunidades de crescimento ligadas à IA são enormes. Gestor de investimentos da área de tecnologia há 21 anos, ele cita como exemplo o desenvolvimento gradual da internet ao longo dos anos, com a criação das redes 3G, 4G, 5G, a criação do iPhone, dos aplicativos, e empresas como Facebook, Meta, Amazon — e como isso criou um novo ambiente sem o qual não conseguimos mais viver. “Passamos a usar mais os aplicativos, a gastar mais com eles, e os lucros dessas empresas passaram a crescer mais que o esperado, impulsionando as ações. E, veja, o ChatGPT só tem 18 meses. Estamos no início dessa oportunidade de investimento”, afirma.

Ele avalia que um novo mundo terá que ser construído. “Haverá necessidade de diferentes infraestruturas, diferentes chips, diferentes redes, vamos ter que fazer upgrade nos iPhones, nos PCs, mas nós ainda não temos aparelhos capacitados para trabalhar com essa tecnologia.” Segundo o gestor, sem o setor de tecnologia, hoje as bolsas não teriam a força que mostram. “Há uma divergência grande entre tecnologia e o resto, e mesmo dentro do setor de tecnologia.”

Para o gestor, a IA vai provocar disrupções da mesma forma que a internet nos últimos 20 anos. “Veja o setor de mídia e publicidade, o varejo físico. A internet tirou lucro desses setores e levou para a área de tecnologia, e a mesma coisa vai acontecer com a IA”, afirma. Como resultado, Clode acredita que o crescimento dos lucros do setor de tecnologia continuará sendo maior que o do resto do mercado.

Para ele, alguns setores já estão se beneficiando da IA generativa. Um deles é a publicidade on-line. “Empresas como Meta e Tencent estão usando grandes modelos de IA generativa e conseguindo um engajamento muito maior, mais cliques, mais visualizações de vídeos, e com recomendações muito mais eficientes sobre o próximo vídeo que você vai ver ou da publicidade em que você vai clicar. A IA generativa deixa esse processo muito mais efetivo.”

Segundo Clode, a área médica tem utilizado IA na identificação de proteínas ou de determinada molécula. “A IA é muito eficiente na simulação e identificação das moléculas e proteínas certas, o que acelera o desenvolvimento de remédios e vacinas”, afirmou. Segundo o gestor, um número recorde de novos medicamentos vêm sendo apresentados ao Food and Drug Administration (FDA), a agência responsável pela aprovação desse tipo de produto nos EUA, porque a curva do desenvolvimento desses projetos foi acelerada com uso de IA no início do processo.

Clode aponta os EUA ainda como o melhor lugar para se investir em empresas de tecnologia. “Quando olhamos para regiões que estão registrando grande renovação e aumento de produtividade, potencial de crescimento econômico mais rápido, voltamos a investir EUA”, disse. Segundo ele, apesar da forte alta das ações do setor, é nos EUA que se encontram as empresas de tecnologia mais baratas.

“Na Europa, na Ásia e na América Latina não existem muitas empresas de tecnologia”, diz. Segundo ele, isso faz com que os investidores acabem comprando as mesmas ações. “Um exemplo: na América Latina, todo fundo compra Mercado Libre e a ação acaba ficando cara, porque o investidor acaba tendo que pagar um prêmio de escassez”, afirma.

Para analistas, alívio no câmbio tende a ser limitado

Gabriel Caldeira
De São Paulo

Após um período turbulento, que levou o dólar ao patamar de R$ 5,70, o mais alto desde janeiro de 2022, a moeda americana acumulou três sessões seguidas de queda no confronto com o real e se estabeleceu um pouco abaixo da marca técnica de R$ 5,50, puxada pela sinalização do governo em direção a cortes de gastos e indicadores econômicos mais fracos nos Estados Unidos. Ainda assim, o mercado não vê o real recuperando toda a depreciação acumulada nos últimos meses, e o consenso entre a maioria dos agentes é que o dólar deve se manter em níveis mais altos.

Na semana passada, o dólar à vista acumulou queda de 2,27% e fechou a sexta-feira cotado a R$ 5,4618. A ampla recuperação do real se deu diante de uma comunicação amena do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto à pauta fiscal e a política monetária do Banco Central, bem como o anúncio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que há R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias que podem ser cortadas no Orçamento de 2025.

O cenário externo também ajudou, com indicadores nos Estados Unidos que sugeriram um enfraquecimento da atividade econômica e do mercado de trabalho. Dois chamaram mais atenção: o recuo do índice de gerentes de compras (PMI) do setor de serviços do ISM ao menor patamar desde 2020; e a desaceleração do volume de contratações líquidas em junho, conforme mostrou o “payroll”, relatório oficial do mercado de trabalho americano.

No entanto, a recuperação do real não deve ir muito além do que foi observado nos últimos dias. Diversas casas revisaram recentemente em alta as suas projeções para o dólar diante do estresse com as incertezas fiscais locais e um Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) que dá poucos sinais de que iniciará em breve um ciclo de cortes de juros. A XP, por exemplo, elevou a projeção para o dólar de R$ 5 para R$ 5,40 ao fim de 2024. O Santander reviu sua expectativa de R$ 5 para R$ 5,30, e a consultoria Buysidebrazil, de R$ 5,20 a R$ 5,40.

O C6 Bank, por sua vez, retomou sua projeção de R$ 5,50 para o dólar no fim deste ano, após alterá-la em janeiro para R$ 5,30. O economista-chefe do banco, Felipe Salles, explica que a visão do C6 sempre esteve alinhada a um dólar mais apreciado, e a dúvida era se a moeda teria tempo de atingir o patamar da sua previsão atual ainda em 2024. “Pelo visto, deu”, diz em entrevista ao **Valor**.

> **2,27%**
> **foi a queda do dólar acumulada na semana passada**

Na visão de Salles, a sinalização do governo em torno de um corte das despesas em 2025 vai na direção correta, mas ainda restam dúvidas sobre como esse contingenciamento será feito e se as medidas propostas serão suficientes para manter os gastos dentro do limite proposto pelo arcabouço fiscal.

“Se for bem-sucedido, imagino que tende a acalmar um pouco mais o dólar”, avalia Salles, sem deixar de ressaltar que os riscos ainda preocupam. “Os gastos obrigatórios estão crescendo a um ritmo muito forte, de modo que, para fazer com que caibam no limite [do arcabouço], seria preciso comprimir muito as despesas discricionárias, e tem-se dúvida se isso seria viável”, afirma.

Nesse sentido, José Faria Junior, sócio e diretor da Wagner Investimentos, é ainda mais cético ao comparar as medidas de contenção citadas por Haddad com um “band-aid que foi colocado como solução” para a deterioração fiscal. “É importante Lula e Haddad falarem que têm de fazer o que for preciso para cumprir o arcabouço, mas não vemos sustentabilidade de longo prazo nas propostas”, diz.

Caso os próximos dados de inflação dos EUA mostrem um arrefecimento maior, é possível que o dólar caia mais e chegue a oscilar entre R$ 5,30 e R$ 5,40, mas não mais que isso, projeta Faria Júnior, que vê esse intervalo como um novo piso para o câmbio doméstico.

Na visão de Salles, do C6, o cenário mais provável é que a economia dos EUA siga desaquecendo em um ritmo lento, sem grandes problemas para o mercado de trabalho, ou seja, um “pouso suave”, em que o Fed não terá pressa em flexibilizar a política monetária. Para o economista, o risco de que haja uma recessão nos EUA ainda é muito remoto e não há por que esperar mais cortes do que as duas reduções de 0,25 ponto que os investidores já precificam para 2024.

Faria Junior, por outro lado, enxerga que há diversos indicadores qualitativos e fatores diretamente ligados à economia real que apontam para um cenário de recessão, o que pode pegar o Fed de surpresa. Ainda assim, os riscos relacionados às eleições presidenciais americanas começarão a tomar o centro das atenções do mercado e o dólar pode voltar a ganhar força, principalmente se o atual favoritismo do republicano Donald Trump se confirmar em novembro. “O dólar está alto em termos de ‘valuation’, mas [uma vitória de] Trump aponta para um dólar mais forte.”

Já Salles enxerga uma eventual eleição do republicano como um fator que deve pressionar os juros de longo prazo nos EUA por conta das propostas de diminuição de impostos e aumento de tarifas comerciais — que tendem a piorar o já estressado déficit fiscal americano e a trazer pressões inflacionárias. Ele admite que um juro longo mais alto nos EUA tende a fortalecer o dólar, mas os sinais dados por Trump contra uma apreciação da moeda deixam dúvidas sobre o impacto da eleição no câmbio.

Pagamentos Apenas usuário com renda acima de R$ 10 mil vê mais vantagem em programa de recompensa do que no valor liberado para transações, mostra pesquisa

Limite de crédito é chave para escolha de cartão e 'ponto' só capta alta renda

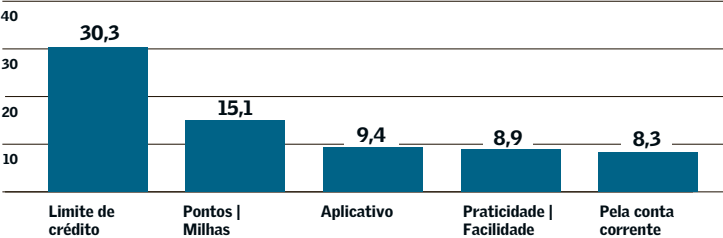
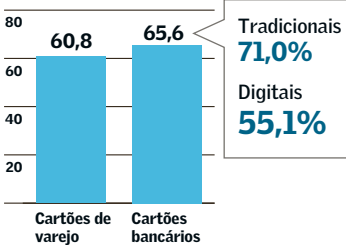
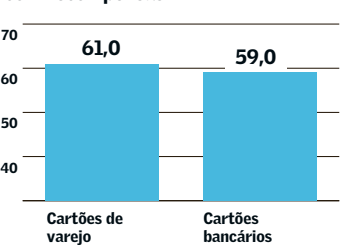
Mariana Ribeiro
De São Paulo

Embora os programas de recompensa venham se tornando cada vez mais comuns, a preferência do usuário pelo uso de determinado cartão de crédito ainda é influenciada principalmente pelo limite oferecido. As informações são da Pesquisa Nacional de Cartões de Crédito (PNCC) 2024, antecipada ao **Valor.** Os "pontos" são atrativos basicamente para as camadas de renda mais alta e, mesmo nesses segmentos, há uma parcela significativa que elenca o limite como o principal fator para escolha de um ou outro emissor.

Ao serem questionados sobre qual é o seu cartão preferido, 30,3% dos entrevistados citaram o limite como o ponto mais importante para essa decisão. Entre os que escolheram um cartão bancário, o percentual foi de 28,2%, e entre aqueles que optaram pelo de um varejista, foi de 44,7%. Os pontos e milhas foram lembrados por 15,1% dos participantes; os aplicativos, por 9,4%; e questões gerais relacionadas à praticidade, por 8,9%.

A segmentação por renda mostra que o limite é o fator mais relevante para a preferência dos usuários com renda familiar até R$ 10.360. Só a partir dessa faixa os pontos se tornam o principal atrativo. Mesmo na classe A (renda acima de R$ 21.826), 19% dos entrevistados colocaram o limite em primeiro lugar, enquanto 35,5% destacaram os pontos. Nas classes D/E (renda até R$ 1.964), só 1,3% citaram os pontos, e, mesmo na classe C, o percentual ainda não chegou a 8%.

Feita pela CardMonitor e pelo Instituto Medida Certa, a PNCC está em sua 16ª edição. A pesquisa se destaca pelo tamanho da amostra: foram 12,6 mil pessoas ouvidas. As entrevistas foram feitas por telefone de outubro de 2023 a janeiro deste ano. Os participantes dão respostas separadas para cada um dos seus cartões — assim, ao todo, foram 20,6 mil avaliados.

Raio-X
Avaliação de usuários sobre seus cartões de crédito - em %

Fonte: Pesquisa Nacional de Cartões de Crédito (PNCC), da CardMonitor e do Instituto Medida Certa

"Os dados sobre preferência ajudam a entender um pouco da cabeça do portador do cartão. O limite é importante para todo mundo, até para a classe A", explica José Antonio Camargo de Carvalho, sócio-diretor da CardMonitor. "Os pontos, por sua vez, são praticamente irrelevantes na escolha das classes mais baixas. Emissores precisam ter isso em mente ao direcionar inclusive a sua comunicação."

Os bancos tradicionais ainda levam vantagem sobre os concorrentes digitais (os que não têm agência física) quando o assunto é limite. No geral, 65,6% dos usuários de cartões bancários dizem que consideram seu limite suficiente para as suas necessidades. Nos bancos tradicionais, esse índice é de 71%, enquanto entre as fintechs, fica em 55,1%. Já quando considerados os cartões de varejistas, a satisfação é de 60,8%.

Entre os usuários de cartões bancários, 54,5% afirmam ter algum programa de recompensa, sejam pontos, premiação ou "cashback", uma alta em relação ao ano anterior, quando eram 48%. Entre os clientes de cartões de varejista, esse percentual é bem menor, de 27,7%, mas também subiu em relação a 2023, quando eram 23,9%.

Rafael Daibert, sócio-diretor do Instituto Medida Certa, afirma que a pesquisa revela que está difícil para o cliente perceber real valor nos programas de recompensa. A análise qualitativa, por exemplo, mostra que diferentes clientes não têm certeza se têm ou não um programa. De acordo com a PNCC, o nível de satisfação do grupo bancário com as recompensas ficou em 59% — com o percentual subindo significativamente apenas entre os usuários de cartões "black", para 71,8%. No grupo de clientes de varejistas, a satisfação foi de 61%. "Esse é um desafio para os emissores, comunicar essas vantagens", diz.

> "Os pontos são praticamente irrelevantes na escolha de uso de cartão das classes mais baixas"
> *José Carvalho*

Enquanto sobe a parcela dos clientes com alguma recompensa no cartão, continua em queda o percentual de usuários que pagam anuidade. Nesta edição, apenas 33,5% disseram pagar algum valor pelo uso do cartão bancário, ante 36,6% no ano passado e 62,4% há cinco anos. No caso dos cartões de varejistas, esse percentual ficou em 58,4% em 2024, de 62% no ano passado e 70% há cinco anos.

O estudo também calcula o NPS (Net Promoter Score) de cartões, um índice de satisfação e lealdade do cliente. O NPS dos cartões emitidos por bancos ficou em 40,1%, estável em relação ao ano anterior — entre os que pagam anuidade, o número cai para 21,3%. Há diferença entre os resultados de bancos tradicionais e digitais. No primeiro grupo, o NPS foi de 34,1%, e no segundo ficou em 51,7%. Entre os varejistas, o percentual passou para 28,8%, de 30,1% um ano antes.

A margem de erro da pesquisa para cartões bancários é de 0,75 ponto percentual para os resultados gerais e de 1,15 ponto para o NPS. Para os de varejo, a margem é de 1,71 ponto e 2,83 pontos, respectivamente.

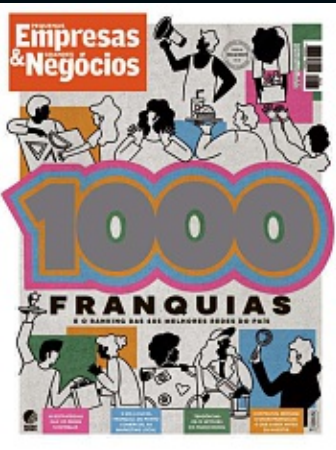
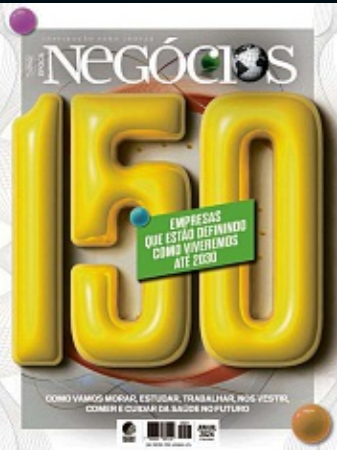
Central de atendimento exige atenção

De São Paulo

É importante que o emissor de cartão não descuide da central de atendimento ao cliente, mesmo com o avanço contínuo da oferta de serviços via aplicativos, diz José Antonio Camargo de Carvalho, sócio-diretor da CardMonitor. A Pesquisa Nacional de Cartões de Crédito (PNCC), antecipada ao **Valor**, mostra que o uso dos aplicativos varia fortemente, de acordo com a idade e renda do usuário, e que o cliente valoriza a existência do atendimento telefônico.

Segundo a pesquisa, 26,4% dos usuários de cartões de crédito de bancos disseram ter ligado para a central nos últimos 12 meses. No caso de cartões emitidos por varejistas, essa parcela é de 33%. O nível de satisfação com o serviço oferecido é de 61,1% no primeiro grupo e de 58,5% no segundo.

"Nas entrevistas, as pessoas mostraram preocupação com o fato de ter alguém para conversar em caso de problema. Elas querem ter essa opção", diz Rafael Daibert, sócio-diretor do Instituto Medida Certa, que faz a pesquisa com a CardMonitor. Carvalho afirma que todos os canais digitais são importantes, mas, em algumas situações, não substituem o "call center". "Fica esse alerta para os emissores."

A pesquisa mostra que 83% dos usuários de cartão bancário e 74,8% dos clientes de varejistas acessaram recentemente o aplicativo. Entre os maiores de 60 anos das classes D e E, no entanto, o percentual é de 51%, enquanto entre os usuários de até 30 anos das classes A e B, é de 92%. O nível de satisfação com o aplicativo é de 86,7% entre os cartões bancários e de 82,2% entre os de varejistas. *(MR)*

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 05/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.943,2843520	0,05	0,33	4,85
IRF-M	1+**	20.212,6105580	0,19	1,14	1,36
IRF-M	Total	18.370,1061170	0,14	0,86	2,38
IMA-B	5***	9.304,5184180	0,07	0,32	3,65
IMA-B	5+****	11.209,0247030	0,53	1,72	-3,41
IMA-B	Total	9.899,0682030	0,31	1,03	-0,08
IMA-S	Total	6.744,3432480	0,04	0,20	5,54
IMA-Geral	Total	8.189,5612910	0,14	0,58	3,02

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	21/06	20/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	34,04	33,33	31,90	28,38	32,35	33,49
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,62	23,45	26,46	21,51	24,37	27,07
Conta garantida pré - a.a.	42,32	46,02	41,95	51,12	46,47	50,24
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,80	21,96	22,03	21,55	21,85	28,84
Vendor pré - a.a.	15,46	15,37	16,00	15,05	15,77	19,08
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	19,78	20,07	19,24	16,84	17,29	24,93
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,66	17,26	17,78	17,17	18,45	18,44
Conta garantida pós - a.a.	24,96	25,56	25,53	24,89	23,87	27,99
ACC pós - a.a.	8,44	8,30	8,75	8,60	8,52	9,04
Factoring - a.m.	3,28	3,30	3,30	3,32	3,32	3,56

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	05/07/24	04/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	Feriado	5,3300	5,3300	5,3300	5,0600
1 mês	-	Feriado	5,3364	5,3364	5,3290	5,0659
3 meses	-	Feriado	5,3533	5,3533	5,3513	5,0088
6 meses	-	Feriado	5,3873	5,3873	5,3884	4,8054
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6560	3,6560	3,9130	3,4040
1 mês	-	3,7339	3,7869	3,7869	3,9126	3,2683
3 meses	-	3,8662	3,8829	3,8829	3,9256	3,1026
6 meses	-	3,9147	3,9227	3,9227	3,9436	2,7099
1 ano	-	3,8907	3,8863	3,8863	3,8526	1,6566
Euribor ***						
1 mês	-	3,624	3,632	3,632	3,676	3,393
3 meses	-	3,708	3,711	3,711	3,752	3,589
6 meses	-	3,683	3,682	3,682	3,738	3,895
1 ano	-	3,592	3,578	3,578	3,690	4,165
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,34	Feriado	5,37	5,37	5,37	5,19
T-Bill (3 meses)	5,35	Feriado	5,36	5,36	5,39	5,35
T-Bill (6 meses)	5,31	Feriado	5,32	5,32	5,35	5,48
T-Note (2 anos)	4,61	Feriado	4,75	4,75	4,72	4,95
T-Note (5 anos)	4,23	Feriado	4,38	4,38	4,30	4,25
T-Note (10 anos)	4,28	Feriado	4,40	4,40	4,28	3,94
T-Bond (30 anos)	4,48	Feriado	4,56	4,56	4,43	3,93

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jul/24*	jun/24	Mês mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,20	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,42	11,68
CDI	0,20	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,42	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	0,86	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,38	7,89
IMA-B	1,03	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,08	3,07
IMA-S	0,20	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,54	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	1,91	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-5,90	4,93
Índice Small Cap	5,07	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-10,54	-11,96
IBrX 50	1,64	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,58	7,39
ISE	3,24	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-7,23	-5,90
IMOB	6,23	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-11,66	-8,32
IDIV	1,49	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-1,96	12,09
IFIX	-0,17	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,91	6,09
Dólar Ptax (BC)	-1,11	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	13,54	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-2,27	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	12,56	16,69
Euro (BC) (4)	-0,02	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	11,24	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,06	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	10,27	14,54
Ouro (BC)	1,39	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	31,23	39,96
Inflação								
IPCA (5)	-	0,33	0,46	0,38	0,16	0,83	2,61	4,35
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 5/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,33% para o mês de junho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 02/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.513.392,55					14.171,48	19.260,24	212.199,20	227.294,83
RF Indexados (2)	145.785,87	0,04	-0,17	2,05	7,11	-7,35	-510,46	-8.028,00	-19.170,04
RF Duração Baixa Soberano (2)	679.209,97	0,04	0,07	4,89	10,89	9.262,92	9.653,54	39.880,51	54.076,19
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	851.757,93	0,04	0,08	5,56	12,41	2.114,93	3.661,94	55.288,62	64.095,78
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	179.867,86	0,04	0,05	5,59	12,42	476,69	748,58	73.570,90	78.726,55
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.170,73	0,05	0,02	4,25	9,00	129,95	233,39	-2.987,53	-4.177,57
RF Duração Livre Soberano (2)	215.273,62	0,04	0,02	4,27	9,90	889,45	2.867,39	-12.849,23	-24.565,63
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	641.223,67	0,02	0,01	4,75	10,82	1.124,79	2.937,46	-32.299,92	-48.249,96
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	361.100,71	0,06	-0,01	4,47	11,25	-248,97	987,89	78.077,01	128.749,85
Ações	610.663,34					-414,68	-567,72	-234,08	40.030,94
Ações Indexados (2)	9.997,66	0,07	0,68	-7,00	5,33	-181,47	-170,21	231,69	-943,53
Ações Índice Ativo (2)	31.289,55	0,10	0,51	-7,98	2,90	-116,42	-147,38	-3.889,16	-3.724,02
Ações Livre	221.389,69	0,10	0,23	-5,13	5,13	-100,87	-241,99	1.032,56	-4.976,54
Fechados de Ações	124.622,35	-0,16	-0,38	-4,55	-3,71	14,89	26,20	-970,37	29.427,07
Multimercados	1.664.442,02					304,64	-808,59	-78.369,12	-206.733,58
Multimercados Macro	148.237,15	0,17	0,07	0,75	6,04	-141,52	-418,62	-27.880,86	-51.633,06
Multimercados Livre	632.600,61	0,09	0,09	2,86	8,13	611,83	337,45	-1.080,92	-55.094,25
Multimercados Juros e Moedas	49.715,48	0,05	0,03	4,58	10,98	-41,91	-16,55	-7.899,78	-17.614,77
Multimercados Invest. no Exterior (2)	753.189,08	0,27	0,41	5,27	12,71	-215,05	-802,21	-42.465,47	-78.270,74
Cambial	6.716,78	0,88	1,62	20,21	25,39	-6,80	-16,79	-364,11	-1.382,58
Previdência	1.432.662,08					324,62	412,92	17.356,75	40.350,65
ETF	44.256,59					-51,89	-333,60	-2.128,88	-3.002,55
Demais Tipos	2.006.728,04					814,18	-849,57	43.222,72	54.287,50
Total Fundos de Investimentos	**7.272.133,36**					**14.327,38**	**17.946,46**	**148.459,77**	**96.557,70**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.659.724,84**					**1.910,11**	**5.150,74**	**35.962,28**	**102.734,80**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**8.980.300,07**					**16.237,49**	**23.097,20**	**184.422,05**	**199.292,49**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	05/07/24	04/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,58
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8413
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,17
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9620
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,45	10,46	10,49	10,49	10,39	13,32
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,60	10,63	10,72	10,72	10,45	12,77
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,42	10,42	10,42	10,39	13,61
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,44	10,44	10,39	13,46
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,45	10,49	10,49	10,39	13,34
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,50	10,55	10,55	10,40	13,18
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,59	10,62	10,72	10,72	10,45	12,81
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,94	10,98	11,18	11,18	10,67	11,63

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 05/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.255,99	10,412	36.817	10,406	10,412	10,406
Vencimento em set/24	98.399,81	10,423	22.094	10,420	10,428	10,426
Vencimento em out/24	97.586,67	10,439	195.739	10,424	10,470	10,436
Vencimento em nov/24	96.696,84	10,471	11.246	10,470	10,485	10,480
Vencimento em dez/24	95.950,60	10,535	3.926	10,530	10,565	10,545
Vencimento em jan/25	95.127,87	10,594	1.094.579	10,560	10,630	10,590
Vencimento em fev/25	94.264,95	10,655	515	10,630	10,665	10,665
Vencimento em mar/25	93.466,86	10,733	58	10,720	10,765	10,720
Vencimento em abr/25	92.725,81	10,774	147.115	10,735	10,815	10,770
Vencimento em mai/25	91.939,90	10,827	1.135	10,830	10,865	10,830
Vencimento em jun/25	91.114,17	10,883	621	10,860	10,895	10,875

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.475,81	-0,58	227.680	5.472,00	5.550,00	5.475,00
Vencimento em set/24	5.492,89	-0,58	30	5.505,00	5.527,50	5.505,00
Vencimento em out/24	5.508,80	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.526,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.541,20	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.941,75	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.969,37	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.994,79	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	127.547	0,04	79.580	126.775	128.250	127.755
Vencimento em out/24	129.584	0,03	390	129.200	129.200	129.200
Vencimento em dez/24	131.619	0,03	980	131.100	131.100	131.100

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 05/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4964	5,4970	0,24	-1,11	13,54	13,16
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4612	5,4618	-0,46	-2,27	12,56	12,61
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4974	5,6774	-0,32	-2,03	12,48	12,94
Euro (BC) - (R$/€)	5,9504	5,9533	0,40	-0,02	11,24	12,76
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,9205	5,9211	-0,20	-1,06	10,27	12,46
Euro Turismo (R$/€)	5,9852	6,1652	-0,17	-0,85	9,95	12,45
Euro (BC) - (US$/€)	1,0826	1,0830	0,16	1,10	-2,03	-0,36
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	421,8266	421,8726	1,47	1,39	31,23	40,43
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.391,09	1,47	2,86	15,78	24,75
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.365,35	0,35	1,62	14,69	22,67

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	05/07/24	04/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	160.968,04	161.585,83	158.096,12	173.997,89	-0,38	1,82	-7,49
Valor-Coppead Mínima Variância	97.313,04	97.377,46	95.968,24	93.533,91	-0,07	1,40	4,04

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 05/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 05/07/24

Índice	05/07/24	03/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	05/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	188,93	187,89	183,93	165,54	153,57	0,55	2,72	14,13	23,03
S&P BNY Emergentes	366,09	366,70	353,54	312,75	294,38	-0,17	3,55	17,06	24,36
S&P BNY América Latina	192,75	191,96	189,48	225,28	206,14	0,41	1,73	-14,44	-6,50
S&P BNY Brasil	191,77	190,30	186,15	232,95	206,17	0,77	3,02	-17,68	-6,98
S&P BNY México	292,92	293,43	294,86	331,67	328,69	-0,17	-0,66	-11,68	-10,88
S&P BNY Argentina	223,03	223,87	230,09	178,27	160,01	-0,38	-3,07	25,11	39,38
S&P BNY Chile	138,92	140,40	137,44	162,12	178,50	-1,06	1,07	-14,31	-22,17
S&P BNY Índia	3.032,76	3.113,61	3.032,46	2.923,01	2.811,42	-2,60	0,01	3,75	7,87
S&P BNY Ásia	226,58	226,57	219,12	189,60	177,01	0,00	3,41	19,51	28,01
S&P BNY China	310,91	315,94	302,10	336,11	320,31	-1,59	2,91	-7,50	-2,93
S&P BNY África do Sul	213,73	207,01	200,45	199,87	207,84	3,25	6,63	6,93	2,83
S&P BNY Turquia	36,81	36,34	34,29	22,45	17,80	1,30	7,34	63,95	106,77

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	0,5941	0,8043
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	0,5961	0,8063
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	0,5656	0,7658
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391	0,5391	0,7292
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	0,5655	0,7657
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	0,5920	0,8021
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	0,5898	0,8000
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	0,5689	0,7691
29/06 a 29/07	0,0399	0,5743	0,5743	0,7302
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 05/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	126.267	0,08	1,91	-5,90	5,62
IBrX	53.387	0,14	1,91	-5,43	6,30
IBrX 50	21.198	0,07	1,64	-4,58	7,75
IEE	90.589	0,24	2,60	-4,60	-0,50
SMLL	2.105	0,96	5,07	-10,54	-9,34
ISE	3.492	0,44	3,24	-7,23	-3,72
IMOB	893	0,88	6,23	-11,66	-4,96
IDIV	8.896	-0,16	1,49	-1,96	13,02
IFIX	3.342	0,54	-0,17	0,91	5,39
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.970	-0,16	3,05	-17,13	-6,66
IBrX	9.712	-0,09	3,05	-16,71	-6,06
IBrX 50	3.856	-0,17	2,78	-15,97	-4,78
IEE	16.480	0,00	3,76	-15,98	-12,07
SMLL	383	0,72	6,25	-21,21	-19,88
ISE	635	0,20	4,41	-18,29	-14,92
IMOB	162	0,64	7,43	-22,19	-16,01
IDIV	1.618	-0,39	2,64	-13,66	-0,13
IFIX	608	0,30	0,95	-11,12	-6,87

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 05/07/24	03/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	400	407	-7,0	-3,0	55,0
África do Sul	320	326	-6,0	-7,0	-6,0
Argentina	1.405	1.520	-115,0	-50,0	-502,0
Brasil	230	235	-5,0	-1,0	35,0
Colômbia	306	306	0,0	0,0	41,0
Filipinas	75	69	6,0	7,0	17,0
México	178	182	-4,0	-8,0	11,0
Peru	106	107	-1,0	4,0	4,0
Turquia	243	246	-3,0	-10,0	-33,0
Venezuela	17.994	18.118	-124,0	-575,0	-6.098,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	25/06/24	358.112
dez/23	355.034	26/06/24	357.371
jan/24	353.563	27/06/24	357.963
fev/24	352.705	28/06/24	357.827
mar/24	355.008	01/07/24	356.972
abr/24	351.599	02/07/24	357.421
mai/24	355.560	03/07/24	358.554
jun/24	357.827	04/07/24	358.562

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	05/07/24	04/07/24	03/07/24	02/07/24	01/07/24	28/06/24
Índice	2.122,60	2.119,47	2.112,27	2.105,34	2.103,84	2.107,11
Var. no dia	0,15%	0,34%	0,33%	0,07%	-0,15%	-0,24%
Var. no mês	0,74%	0,59%	0,25%	-0,08%	-0,15%	-0,14%
Var. no ano	2,78%	2,63%	2,28%	1,94%	1,87%	2,03%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 05/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,4600	36,4800	0,15070	0,15080
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4964	5,4970
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4210	36,5123	0,1505000	0,1509000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7841	0,8013
Colon (Costa Rica)	529,2500	540,0000	0,010180	0,010390
Coroa (Dinamarca)	6,8884	6,8894	0,7978	0,7980
Coroa (Islândia)	137,8000	137,9800	0,03983	0,03989
Coroa (Noruega)	10,5496	10,5526	0,5209	0,5211
Coroa (Rep. Tcheca)	23,2290	23,2390	0,2365	0,2366
Coroa (Suécia)	10,4828	10,4858	0,5242	0,5244
Dinar (Argélia)	133,6520	134,9890	0,04072	0,04113
Dinar (Kuwait)	0,3059	0,3065	17,9328	17,9699
Dinar (Líbia)	4,8490	4,8713	1,1283	1,1336
Direitos Especiais de Saque ***	1,3166	1,3166	7,2366	7,2374
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4964	1,4966
Dirham (Marrocos)	9,8841	9,8891	0,5558	0,5561
Dólar (Austrália)***	0,6742	0,6744	3,7057	3,7072
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4964	5,4970
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7033	2,7510
Dólar (Canadá)	1,3631	1,3635	4,0311	4,0327
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5825	6,6630
Dólar (Cingapura)	1,3490	1,3495	4,0729	4,0749
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4964	5,4970
Dólar (Hong Kong)	7,8120	7,8121	0,7036	0,7037
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6136	0,6140	3,3726	3,3752
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7158	6,8260	0,8052	0,8185
Euro (Comunidade Européia)***	1,0826	1,0830	5,9504	5,9533
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0200	3,0804
Franco (Suíça)	0,8973	0,8977	6,1228	6,1262
Guarani (Paraguai)	7535,6800	7540,1600	0,0007290	0,0007295
Hryvnia (Ucrânia)	40,4000	40,7000	0,1350	0,1361
Iene (Japão)	160,7200	160,7300	0,03420	0,03420
Lev (Bulgária)	1,8058	1,8067	3,0422	3,0441
Libra (Egito)	47,9400	48,0400	0,1144	0,1147
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2806	1,2810	7,0387	7,0417
Naira (Nigéria)	1505,0000	1565,0000	0,00351	0,00365
Lira (Turquia)	32,6781	32,6988	0,1681	0,1682
Novo Dólar (Taiwan)	32,3980	32,4280	0,16950	0,16970
Novo Sol (Peru)	3,7904	3,7932	1,4490	1,4502
Peso (Argentina)	915,5000	916,0000	0,00600	0,00600
Peso (Chile)	933,6900	934,1700	0,005884	0,005887
Peso (Colômbia)	4081,7100	4084,3000	0,001346	0,001347
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2290	0,2290
Peso (Filipinas)	58,5360	58,5560	0,09387	0,09391
Peso (México)	18,0907	18,0952	0,3037	0,3039
Peso (Rep. Dominicana)	58,8800	59,2600	0,09275	0,09336
Peso (Uruguai)	39,9600	39,9900	0,13740	0,13760
Rande (África do Sul)	18,1935	18,2028	0,3020	0,3021
Rial (Arábia Saudita)	3,7511	3,7513	1,4652	1,4654
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001309	0,0001309
Ringgit (Malásia)	4,7070	4,7110	1,1667	1,1678
Rublo (Rússia)	87,9955	88,0045	0,06246	0,06247
Rúpia (Índia)	83,4681	83,4861	0,06584	0,06586
Rúpia (Indonésia)	16275,0000	16280,0000	0,0003376	0,0003378
Rúpia (Paquistão)	278,5000	278,6000	0,01973	0,01974
Shekel (Israel)	3,6907	3,6942	1,4878	1,4894
Won (Coréia do Sul)	1379,3300	1380,3700	0,003982	0,003985
Yuan Renminbi (China)	7,2680	7,2690	0,7561	0,7563
Zloty (Polônia)	3,9568	3,9583	1,3886	1,3893

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2386,28	0,01303	421,8266	421,8726

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	05/07/24	04/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.375,87	Feriado	0,17	0,66	4,47	14,84	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	20.391,97	Feriado	1,02	3,60	21,19	34,12	14.109,57	20.391,97
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.352,76	Feriado	0,90	3,50	22,26	33,07	12.595,61	18.352,76
EUA	Nova York	S&P 500	5.567,19	Feriado	0,54	1,95	16,72	25,19	4.117,37	5.567,19
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.059,03	22.244,02	-0,83	0,84	5,25	9,73	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	52.333,16	52.654,85	-0,61	-0,20	-8,81	-3,16	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.383,57	1.384,76	-0,09	0,19	15,76	23,34	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	Feriado	88.433,88	-	12,38	52,91	153,22	34.344,94	88.817,26
Chile	Santiago	IPSA	6.483,67	6.532,51	-0,75	1,09	4,61	11,11	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.094,80	30.044,07	0,17	0,67	15,93	34,42	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.629.029,56	1.612.744,59	1,01	1,10	75,22	273,00	417.548,69	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.519,36	1.522,89	-0,23	2,36	8,87	11,37	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.475,45	18.450,48	0,14	1,32	10,29	15,92	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.675,62	7.695,78	-0,26	2,62	1,76	4,99	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.987,67	34.106,01	-0,35	2,51	11,98	20,44	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.959,84	3.957,79	0,05	1,87	6,80	11,53	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.844,66	2.837,72	0,24	-1,49	24,57	39,75	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.023,50	11.066,30	-0,39	0,73	9,12	16,20	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.440,52	1.435,81	0,33	2,58	11,40	11,21	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	933,76	934,82	-0,11	1,07	18,68	21,28	714,05	934,82
Hungria	Budapeste	BUX	72.132,83	72.351,87	-0,30	0,05	18,99	44,05	49.605,16	72.351,87
Polônia	Varsóvia	WIG	87.297,02	88.172,42	-0,99	-1,49	11,26	31,35	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.678,60	6.681,29	-0,04	3,06	4,41	12,12	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.125,66	1.120,31	0,48	-2,86	3,89	16,13	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.556,53	2.571,87	-0,60	-0,50	6,60	12,16	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.006,14	12.068,80	-0,52	0,10	7,80	7,26	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.851,78	10.872,56	-0,19	1,91	45,27	77,70	6.106,76	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	1.992,51	-	2,31	6,22	9,98	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.797,38	81.155,31	-0,44	1,37	5,08	6,44	69.451,97	81.155,31
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	40.912,37	40.913,65	0,00	3,36	22,26	22,72	30.526,88	40.913,65
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.070,10	8.079,20	-0,11	0,70	3,07	8,28	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.590,88	1.582,59	0,52	-1,68	-13,44	-22,45	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.949,93	2.957,57	-0,26	-0,59	-0,84	-8,47	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.862,23	2.824,94	1,32	2,30	7,79	10,98	2.277,99	2.862,23
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.799,61	18.028,28	-1,27	0,46	4,41	-6,86	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.996,60	80.049,67	-0,07	1,22	10,74	22,23	63.148,15	80.049,67
Indonésia	Jacarta	JCI	7.253,37	7.220,89	0,45	2,69	-0,27	7,95	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.311,99	1.301,04	0,84	0,85	-7,34	-13,05	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.556,59	23.522,53	0,14	2,28	31,37	38,11	16.001,27	23.556,59

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

EDITORA GLOBO S.A.

CNPJ 04.067.191/0001-60 – NIRE 33.3.0032640-5

Convocação - Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em AGE, na sede social desta Companhia, na Rua Marques de Pombal, 25 sala 201, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), CEP: 20230-240, às 10h do dia 25 de julho de 2024, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar a distribuição de dividendos a conta de reserva de lucros; e (ii) (iii) Outros assuntos de interesse da Companhia. Rio de Janeiro, 08/07/2024. Ass.: Diretor Superintendente. Esta é a íntegra da Convocação.

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF Nº 22.266.175/0001-88

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 5 de junho de 2023, às 15h, na sede social da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Avenida Irene Karcher, 620 - Bairro Betel, CEP 13.148-906. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, por videoconferência, nos termos dos artigos 14 e 17 do Estatuto Social da Companhia. Presentes também representantes de Pinheiro Neto Advogados ("PNA") na qualidade de assessores da Companhia e Marissol Sapatel e Karina Maffei, na qualidade de diretora jurídica e gerente jurídica, respectivamente, da Companhia. **3. Mesa:** A Reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Donal Mathews Lambert, e secretariada pela Sra. Marissol Sapatel. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) atualização do andamento da investigação independente; (ii) encerramento dos trabalhos de investigação; e (iii) dissolução do comitê de investigação, tendo sido exaurida sua função. **5. Deliberações:** Após a apresentação do relatório final da Investigação Independente por parte dos assessores externos, de apresentação de decisão favorável do Comitê de Investigação pelo encerramento dos trabalhos, discussão e análise da matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovar: (i) o encerramento dos trabalhos de investigação; e (ii) a dissolução do comitê de investigação, tendo sido exaurida sua função **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **7. Mesa:** Donal Mathews Lambert - Presidente; Marissol Sapatel - Secretária. **Conselheiros:** Donal Mathews Lambert, Dmitry Boldyrev, Gustavo Bastide Horbach, Olga Plevako, Daniil Sergunin, Flávio César Maia Luz e Antonio Donizetti Rubbo. **8. Certidão:** Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Paulínia/SP, 5 de junho de 2023. **Donal Mathews Lambert** - Presidente; **Marissol Sapatel** - Secretária. JUCESP sob nº 253.812/24-0 em 25/06/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CURITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2024 – SMMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº: 01-119209/2024

OBJETO: Aquisição de veículo automotor terrestre 0km, para atender a Divisão do Jardim e Museu Botânico e Gerência de Arborização Pública do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA.
PROPOSTAS: A partir do dia 09/07/2024, das 08h30 até o dia 24/07/2024, às 09h.
LANCES: 24/07/2024 – 09h05 às 09h35. Horários de Brasília/DF.
AS PROPOSTAS deverão ser encaminhadas via internet na data e horários determinados acima.
O EDITAL está à disposição dos interessados no Portal de Compras Eletrônicas do Município de Curitiba: https://e-compras.curitiba.pr.gov.br/
Os interessados deverão observar as condições de participação e de apresentação da proposta de preço e dos lances descritos no sistema e-Compras Curitiba e no edital de embasamento.

Deize do Rocio Dubyna Ludwik Buras
Equipe de Apoio

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 – Código CVM nº 23310 – Companhia Aberta

Termo de Não Instalação da Assembleia Geral Extraordinária
Convocada para o dia 19 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Assembleia Geral Extraordinária convocada para ser realizada no dia 19 de junho 2024, às 09:00 horas ("Assembleia"), de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings* ("Plataforma Eletrônica"), a ser tida como realizada na sede social da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401. **2. Convocação:** O edital de convocação foi publicado, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 17, 18 e 21 de maio de 2024, nas páginas E8, E3 e E4, respectivamente, com a divulgação da íntegra do edital na página do Valor Econômico na internet. **3. Presença:** Presentes acionistas representando, aproximadamente, 13,59% do capital social total e votante da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme se verifica (i) pelo mapa de votação sintético, consolidando os votos proferidos a distância, divulgado pela Companhia em 18 de junho de 2024; e (ii) pelas presenças registradas por meio da Plataforma Eletrônica, nos termos do art. 47, inciso III, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. **4. Mesa:** Presidente: Valdecyr Maciel Gomes; Secretário: Carlo Sivieri de Assis Rocha. **5. Não Instalação:** A Assembleia não foi instalada, tendo em vista não ter sido alcançado o quórum mínimo legal exigido em primeira convocação. A administração da Companhia promoverá a convocação desta Assembleia para se realizar, em segunda convocação, conforme edital de convocação a ser oportunamente publicado, a qual será instalada com a presença de qualquer número de acionistas. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, foi lavrado o presente Termo de Não Instalação, o qual foi assinado pela membros da mesa. Santo André, 19 de junho de 2024. **Mesa: Valdecyr Maciel Gomes** – Presidente; **Carlo Sivieri de Assis Rocha** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 258.098/24-7 em 02/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Bradesco Gestão de Saúde S.A.

CNPJ nº 41.774.199/0001-92 – NIRE 35.300.567.714

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30.4.2024

Data, Hora, Local: Em 30.4.2024, às 11h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701 - parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 2.4.2024 no jornal "Valor Econômico". ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", a proposta da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. ***Deliberações:*** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$1.177.734.745,76 (um bilhão, cento e setenta e sete milhões, setecentos e trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos), proposta pela Diretoria na reunião daquele Órgão de 28.3.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R$58.886.737,29 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$161.211.204,71 (cento e sessenta e um milhões, duzentos e onze mil, duzentos e quatro reais e setenta e um centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; R$946.448.323,68 (novecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, trezentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos) absorvidos por prejuízo em função da adoção do IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50); e R$11.188.480,08 (onze milhões, cento e oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais e oito centavos) para pagamento de dividendos, o qual deverá ser feito até 31.12.2024. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pela representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP-206103/O-4, senhor Carlos Massao Takauthi, será encaminhada para que assinem eletronicamente. a) Presidente Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Administrador: Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: Bradseg Participações S.A., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa; Auditor: Carlos Massao Takauthi. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 216.011/24-3 em 4.6.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Bradseg Participações S.A.

CNPJ nº 02.863.655/0001-19 – NIRE 35.300.158.938

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 8.5.2024

Aos 8 dias do mês de maio de 2024, às 10h, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, por videoconferência, os membros do Conselho de Administração da Sociedade sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Samuel Monteiro dos Santos Junior para secretário. Durante a reunião, os Conselheiros elegeram para o cargo de Diretor de Relações com o Mercado da Sociedade, o senhor ***José Roberto Borges Pacheco***, brasileiro, casado, economista, RG 52.694.103-0/SSP-SP, CPF 239.571.311-20, com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, o qual: a) terá mandato coincidente com o dos demais diretores, estendendo-se até a posse dos novos diretores que serão eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2025; b) arquivou na sede da Sociedade declaração, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal; e c) continuará como membro da Diretoria Executiva da Odontoprev S.A. e suas investidas, tendo em vista que a acumulação de tais cargos atende aos melhores interesses da Sociedade. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos Conselheiros presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Milton Matsumoto, Octavio de Lazari Junior e Maurício Machado de Minas. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Samuel Monteiro dos Santos Junior - Secretário. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 219.000/24-4, em 7.6.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90077/2024,** referente ao processo nº **024.00080315/2024-21**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPIA MULTIDISCIPLINAR, EM ATENDIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 26/07/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 10/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A. COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896
Ata da AGE em 26/06/24 (Certidão de arquivamento na JUCERJA)

A ata acima mencionada, publicada no Jornal "Valor Econômico" no dia 27/06/2024, foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, conforme certidão abaixo: "Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Certifico o arquivamento em 04/07/2024 sob o nº 6325780. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ALLIANZ SEGUROS S.A.

Allianz
CNPJ/MF nº 61.573.796/0001-66 - NIRE nº 35.300.015.444

ATA DA 375ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2024.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro de 2024, às 10h30, na sede social da empresa, na Rua Eugênio de Medeiros nº 303, 1º andar-parte, 2º ao 9º andar, 15º e 16º andar, nesta Capital, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Allianz Seguros S.A., abaixo assinados, em número suficiente para instalar a sessão e tomar deliberações, na forma do estatuto social. Abrindo a presidência dos trabalhos, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Javier Bernat Domenech, informou que a reunião tem por finalidade: **a)** proceder a reeleição da Diretoria, tendo sido proposta a reeleição dos seguintes membros, com mandato de 01 (hum) ano, conforme segue: **Diretor-Presidente** - EDUARD FOLCH RUE, espanhol, casado, securitário, portador do RNM nº G-421740-9-CGPI/DIREX/PF, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 240.378.898-89, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço comercial na Rua Eugênio de Medeiros, 303, 5º andar; **Diretora** - REGINA HELENA MENEZES LOPES, brasileira, casada, securitária, portadora da cédula de identidade nº 11.591.074-8-SSP/SP, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 066.146.468-77, residente e domiciliada em São Paulo - SP, com endereço profissional na Rua Eugênio de Medeiros, 303, 5º andar; **Diretora** - ROSELY BOER CORINO DA FONSECA, brasileira, solteira, securitária, portadora da cédula de identidade nº 16.178.181-SSP/SP, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 082.153.388-60, residente e domiciliada em São Paulo - SP, com endereço profissional na Rua Eugênio de Medeiros, 303, 3º andar; **Diretor** - ANDREAS MARKUS KERL, alemão, solteiro, economista, portador do RNE nº V864080-N-CGPI/DIREX/DPF, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 235.966.228-75, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço profissional na Rua Eugênio de Medeiros, 303, 6º andar; **Diretor** - RENATO ROPERTO, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 23.557.267-6 - IRRG/SP, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 176.828.298-69, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço profissional na Rua Eugênio de Medeiros, 303, 7º andar; **Diretor** - DAVID MARK BEATHAM, britânico, casado, securitário, portador do RNE nº V688273V-CGPI/DIREX/DPF, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 233.993.828-71, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço profissional na Rua Eugênio de Medeiros nº 303, 4º andar; **Diretora** - KARINE CORREA PAES DE BARROS, brasileira, casada, securitária, portadora da cédula de identidade nº 08521077-1-IFP/RJ, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 051.581.917-43, residente e domiciliada em São Paulo - SP, com endereço profissional na Rua Eugênio de Medeiros nº 303, 6º andar; e **Diretor de Controles Internos** - EDUARDO DUARTE, brasileiro, casado, securitário, portador da cédula de identidade nº 30.021.851-SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 213.194.398-96, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço profissional na Rua Eugênio de Medeiros nº 303, 6º andar. Foi esclarecido, ainda, que os diretores ora reeleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante a assinatura, nesta data, dos respectivos Termos de Posse, lavrados no livro próprio, que seguem anexos à presente ata como Anexo I, bem como das respectivas Declarações de Desimpedimento, que se encontram arquivadas na sede da Companhia, e declaram estar desimpedidos na forma da lei para o exercício dos respectivos cargos, bem como atendem as exigências do Estatuto Social e da legislação em vigor e são elegíveis na forma da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021 ("Resolução CNSP nº 422/2021"), da Circular SUSEP nº 526, de 25 de fevereiro de 2016 ("Circular SUSEP nº 526/16") e da Lei nº 6.404/76. Discutidas as propostas, foram as mesmas aprovadas, por unanimidade. Dessa forma, os membros da Diretoria da Sociedade, com mandato até fevereiro de 2025, são: **Diretor Presidente** - EDUARD FOLCH RUE; **Diretores** - REGINA HELENA MENEZES LOPES, ROSELY BOER CORINO DA FONSECA, ANDREAS MARKUS KERL, RENATO ROPERTO, DAVID MARK BEATHAM, KARINE CORREA PAES DE BARROS; e **Diretor De Controles Internos** - EDUARDO DUARTE. Em decorrência da reeleição, ora aprovada, são atribuídas as seguintes funções específicas aos diretores conforme segue: a Diretora REGINA HELENA MENEZES LOPES como Diretora responsável pelas relações com a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em observância à Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003; a Diretora ROSELY BOER CORINO DA FONSECA como (a) Diretora responsável pelo cumprimento do registro das operações de seguros, nos termos da Resolução CNSP nº 383/2020; e (b) pelo compartilhamento de que trata a Resolução CNSP nº 415, de 20 de julho de 2021; o Diretor ANDREAS MARKUS KERL como (a) Diretor responsável administrativo-financeiro, em observância à Circular SUSEP nº 234/2003; e (b) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021; o Diretor DAVID MARK BEATHAM como (a) Diretor responsável técnico, em observância à Circular SUSEP nº 234, de 28 de agosto de 2003 e nas demais regulamentações complementares; e (b) Diretor responsável técnico para responder junto à SUSEP pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor, nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e nas demais regulamentações complementares; a Diretora KARINE CORREA PAES DE BARROS como Diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, em observância à Resolução CNSP nº 431/2021; o Diretor EDUARDO DUARTE como (a) Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 e na Circular SUSEP nº 612, de 18 de agosto de 2020; (b) pelos controles internos, nos termos da Circular SUSEP nº 648/2021 e da Resolução CNSP nº 416/2021; e (c) pela política institucional de conduta, nos termos da Resolução CNSP nº 382/2020. Não serão atribuídas ao Diretor Presidente EDUARD FOLCH RUE e ao Diretor RENATO ROPERTO responsabilidades por funções específicas junto à Susep. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, sendo determinada a lavratura desta ata, que segue assinada pelos Srs. Conselheiros. São Paulo, 26 de fevereiro de 2024. Javier Bernat Domenech - Presidente do Conselho de Administração. Eduard Folch Rue - Conselheiro. JUCESP nº 259.359/24-5 em 02/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Bradseg Participações S.A.

CNPJ nº 02.863.655/0001-19 – NIRE 35.300.158.938

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 30.4.2024

Data, Hora, Local: Em 30.4.2024, às 14h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: as Demonstrações Contábeis, os Relatórios da Administração, do Comitê de Auditoria e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 2.4.2024 no jornal "Valor Econômico". ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas do Conselho de Administração, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Aprovaram: 1) o aumento do capital social no valor de R$574.600.374,48 (quinhentos e setenta e quatro milhões, seiscentos mil, trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), elevando-o de R$18.725.399.625,52 (dezoito bilhões, setecentos e vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para R$19.300.000.000,00 (dezenove bilhões e trezentos milhões de reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do artigo 6º do estatuto social; 2) a alteração parcial do estatuto social, no "caput" do artigo 12, criando o cargo de Diretor de Relações com o Mercado, com a consequente alteração da redação do artigo 14, incluindo a letra "e", atribuindo suas funções; e no parágrafo segundo do artigo 19, aprimorando sua redação relativamente às atribuições do Comitê de Auditoria, propostos pelo Conselho de Administração na reunião daquele Órgão de 28.3.2024, dispensadas suas transcrições, por tratarem-se de documentos lavrados em livro próprio. Em consequência, as redações dos mencionados dispositivos passam a ser as seguintes: "Artigo 12) A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser renovado, é composta de 7 (sete) membros, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor-Presidente, Diretor Geral, Diretor Corporativo de Tecnologia da Informação e Dados, Diretor Fiscal Corporativo, Diretor de Relações com o Mercado e Diretor. Artigo 14) Além das atribuições normais que lhes são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) Diretor-Presidente: I. coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades da Sociedade; II. implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria; III. convocar e presidir Reuniões da Diretoria; IV. exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria, liderando e decidindo em última instância sobre as decisões de competência dos demais membros da Diretoria; e V. exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais Diretores e os que lhe forem conferidos pelo Conselho de Administração. b) Diretor Geral: I. elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade; II. estabelecer os padrões das normas contábeis aplicáveis à Sociedade; III. supervisionar as áreas de contas a pagar e a receber da Sociedade; e IV. substituir o Diretor-Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários. c) Diretor Corporativo de Tecnologia da Informação e Dados: I. gerenciar as atividades de tecnologia da informação, definindo e acompanhando objetivos, metas e indicadores; II. conduzir o processo de transformação digital; III. gerar novas oportunidades de negócios e de serviços ao cliente a partir de tecnologia digital; IV. analisar e acompanhar tendências do mercado e inovações tecnológicas, visando aplicação na Organização; V. monitorar o cumprimento das diretrizes tecnológicas e de Inovação da Organização; VI. monitorar os dados da Organização; VII. habilitar a usabilidade, disponibilidade e eficiência dos dados. d) Diretor Fiscal Corporativo: I. estabelecer e executar a política tributária da Sociedade; II. acompanhar o ambiente regulatório tributário, promovendo a adequação da Sociedade à normas fiscais, buscando o pleno atendimento e eficiência; III. dirigir e supervisionar o contencioso fiscal da sociedade; IV. acompanhar os processos de reorganizações societárias, aquisições e novos negócios envolvendo a sociedade e as investidas; e V. acompanhar nas sociedades investidas a governança em relação à política tributária e fiscal; e) Diretor de Relações com o Mercado: I. realizar reuniões com os analistas de investimento e investidores potenciais; II. representar a Sociedade no relacionamento junto ao mercado, seus investidores e à mídia; III. acompanhar as reações do público diante das decisões e projetos adotados pela Sociedade; IV. atuar como porta-voz da Sociedade na comunicação com os investidores, imprensa e agências de *rating*, conforme o caso; V. realizar a integração do programa de comunicações entre as diversas áreas da Sociedade; VI. conduzir o planejamento e execução da rotina de divulgação de informações periódicas e eventuais, exceto os reportes às entidades reguladoras e de supervisão já realizadas pelas Diretorias Operacionais; VII. acompanhar as avaliações/análises externas feitas sobre a Sociedade; VIII. outras atribuições que possam ser delegadas pelo Diretor-Presidente e que sejam afetas à função de Diretor de Relações com o Mercado, reportando-se diretamente ao Diretor-Presidente da Sociedade. f) Diretor: coordenar e dirigir as atividades de suas respectivas áreas, reportando-se aos demais membros da Diretoria. Artigo 19) **Parágrafo Segundo** - Além das previstas em lei ou regulamento, são também atribuições do Comitê de Auditoria: a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração; b) em concordância com o Comitê de Auditoria da Organização Bradesco, recomendar, ao Conselho de Administração da Sociedade e suas controladas, as entidades a serem contratadas para a prestação de serviços de auditoria independente, bem como para os serviços de auditoria atuarial, além de suas remunerações e substituições; c) revisar, previamente à divulgação ao mercado, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente da Sociedade e de suas controladas; d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade e suas controladas, além de regulamentos e códigos internos; e) avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Sociedade e de suas controladas, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos, bem como recomendar ao Conselho de Administração a resolução de eventuais conflitos entre os auditores externos e a Diretoria da Sociedade e das empresas controladas; f) avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela Administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis à Sociedade e a suas controladas, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando-se que preveem efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta; g) recomendar à Diretoria da Sociedade e suas controladas, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; h) reunir-se, no mínimo, mensalmente com a Diretoria da Sociedade e suas controladas e, trimestralmente, com as auditorias independente e interna; i) verificar, por ocasião das reuniões previstas na letra "h", o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria da Sociedade e de suas controladas, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em Atas os conteúdos de tais encontros; j) reunir-se com o Conselho de Administração da Sociedade, por solicitação dos mesmos ou pelo próprio Comitê de Auditoria em virtude de fato relevante, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; k) reunir-se com o Comitê de Auditoria da Organização Bradesco para apresentar formalmente assuntos relevantes de processos, controles e gestão financeira, na periodicidade trimestral e reuniões extraordinárias quando necessário; l) aprovar os instrumentos sob gestão da Auditoria Interna, tais como: Plano de Trabalho e Relatório Anual, para posterior submissão ao Conselho de Administração, já aprovados pelo Comitê de Auditoria e Conselho de Administração do Controlador; m) assegurar a ciência do Regulamento Interno da Auditoria Interna e Inspeção - AIGL; n) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade e suas controladas, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da informação e da sua confidencialidade; o) interagir com o Comitê de Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade desta Sociedade para troca de informações relativas à estrutura de governança de riscos e para o efetivo tratamento de riscos a que a instituição está exposta.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$8.442.120.206,71 (oito bilhões, quatrocentos e quarenta e dois milhões, cento e vinte mil, duzentos e seis reais e setenta e um centavos), proposta pelo Conselho de Administração na reunião daquele Órgão de 28.3.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: R$422.106.010,34 (quatrocentos e vinte e dois milhões, cento e seis mil, dez reais e trinta e quatro centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$1.643.005.242,03 (um bilhão, seiscentos e quarenta e três milhões, cinco mil, duzentos e quarenta e dois reais e três centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; R$2.785.015.789,98 (dois bilhões, setecentos e oitenta e cinco milhões, quinze mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos) absorvidos por prejuízo em função da adoção do IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50); R$195.936.743,16 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e trinta e seis mil, setecentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos) absorvido de prejuízo de anos anteriores; e R$3.396.056.421,20 (três bilhões, trezentos e noventa e seis milhões, cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos) para pagamento de dividendos, dos quais: R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) foram declarados e pagos durante o exercício de 2023; e R$2.396.056.421,20 (dois bilhões, trezentos e noventa e seis milhões, cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos) deverão ser pagos até 31.12.2024; 3) aprovaram para o exercício de 2024, a remuneração global e as verbas previdenciárias para os administradores, no montante de até R$67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais), sendo até R$30.500.000,00 (trinta milhões e quinhentos mil reais) a título de remuneração fixa e variável e até R$37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais) para custeio do plano de previdência. A distribuição das verbas de remuneração e do plano de previdência será deliberada em reunião do Conselho de Administração, conforme determina a letra "l" do Artigo 9º do Estatuto Social. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP-206103/O-4, senhor Carlos Massao Takauthi, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Administrador: Vinicius Marinho da Cruz; Acionista: Banco Bradesco S.A. representado por seus Diretores, senhores Cassiano Ricardo Scarpelli e Antonio Campanha Junior; Auditor: Carlos Massao Takauthi. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Vinicius Marinho da Cruz - Secretário. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 218.999/24-0, em 7.6.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Investimentos Resgate de fundos mais arriscados, como multimercados e ações, enseja consolidação

Gestoras encolhem estrutura após saques

Adriana Cotias
De São Paulo

Com dois anos e meio sofríveis para fundos de investimentos de maior risco, como ações e multimercados, algumas gestoras de recursos tiveram que ajustar suas estruturas e já é possível ver uma dança das cadeiras em nomes tradicionais da indústria.

Na semana passada, a JGP, de André Jakurski, fez mudanças pontuais na equipe, com a saída de seis pessoas. Segundo fontes a par das movimentações, não foi nada relevante considerando-se um universo de mais de 180 profissionais. Os cortes foram feitos em níveis hierárquicos mais baixos, inclusive na área de tecnologia. Com um patrimônio de R$ 28,1 bilhões ao fim de maio, nos primeiros cinco meses do ano a gestora de fundos líquidos teve saques de R$ 1,692 bilhão, depois de resgates de R$ 2,166 bilhões em 2023. Procurada, a casa preferiu não comentar.

Em janeiro, BB Asset e a JGP anunciaram parceria para criação de uma gestora focada em fundos sustentáveis, com o deslocamento do sócio Marcio Correa para a nova estrutura. O fundo de crédito BB Espelho JGP Equilíbrio, lançado em fevereiro, reunia cerca de R$ 800 milhões, segundo Isaac Marcovistz, gerente de produtos da BB Asset, em conversa com o **Valor** na semana passada.

Na Apex Capital, gestora especializada em ações, que em 2020 reunia mais de R$ 6 bilhões, o recente resgate de um importante investidor estrangeiro levantou questionamentos sobre a continuidade da equipe atual, segundo relataram alocadores. Ao fim de maio, a asset tinha pouco mais de R$ 640 milhões, segundo a Anbima. No exterior, chegou a ter o equivalente a R$ 4 bilhões, mas este volume foi diminuindo ao longo do tempo e tornando-se menos representativo. A entidade não captura o que há em estratégias das assets em veículos offshore.

No pico dos ativos sob gestão, a Apex agregou 35 profissionais, número que foi reduzido à metade. Mas os principais sócios seguem juntos, segundo Diney Vargas, executivo-chefe de operações (COO) da casa. O grosso dos ajustes foi em estruturas da retaguarda, não houve cortes de pessoas-chaves da gestão propriamente, esclareceu.

"Os estrangeiros têm saído do Brasil, mas os ativos foram muito rentáveis ao longo dos anos para os clientes que temos hoje e para os que saíram. Apesar da dificuldade dos mercados, todos estão no lucro, ninguém perde principal", afirmou Vargas. "Ao longo do tempo, os clientes foram tirando, levando os recursos de volta para os Estados Unidos." Nos bastidores, houve comentários de que os resgates do capital externo somavam cerca de R$ 3 bilhões. Vargas afirma que esse número não procede, mas que não pode abrir o dado por questões de confidencialidade.

O executivo afirma que hoje a concorrência não é só pelo CDI, que parte de 10,5% ao ano, mas vem também de estratégias fora do Brasil, seja em fundos imobiliários, renda fixa ou ações.

Em maio, a Verde Asset fez cortes no time de ações, com a saída de Elmer Ferraz e de outros dois analistas da equipe. As decisões de investimentos em bolsa passaram a ser centralizadas em Luis Stuhlberger, o sócio-fundador à frente do lendário multimercado Verde. A movimentação veio na sequência do maior peso que o crédito passou a ter, com a chegada de Daniel Goldberg, da Lumina Capital, à sociedade. Ele ficou com fatia de 24,9% da Verde que pertencia ao Credit Suisse (hoje UBS).

> "Alguma consolidação é esperada quando determinada classe experimenta redução relevante"
> *Pedro Rudge*

Um mês antes, a Canvas Capital recomprou a participação de pouco mais de 20% que o CS tinha desde que foi fundada, em 2013. O movimento foi combinado com a venda das ações do fundador Antonio Quintella para os principais sócios-gestores, Francisco Funari, Eduardo Broda, Guilherme Gaertner, além da economista Camila Faria Lima, que assumiu a principal função executiva (CEO). Quintella, ex-CEO do CS no Brasil (2005 a 2012), segue como conselheiro.

Em março, a Opportunity Asset unificou a gestão dos fundos macro, colocando-os sob responsabilidade da equipe global. Marcos Mollica, que era responsável pelo Opportunity Total, deixou a gestora na ocasião com outros dois colegas. Na semana passada, ele anunciou sua ida para a SPX Capital, de Rogério Xavier.

Com a Selic em dois dígitos e a concorrência dos títulos bancários isentos, as carteiras de maior volatilidade e potencial de retorno perderam apelo.

Na desidratação que se viu nos fundos multimercados neste ano, com resgates líquidos de R$ 81 bilhões, a pessoa física e as operações por conta e ordem (via plataformas de investimentos ou gestoras de patrimônio) responderam por R$ 49,6 bilhões dos saques, segundo a Anbima. De setembro a dezembro, as saídas deste público já tinham somado R$ 81,4 bilhões.

O número de multimercados encolheu, com 609 fundos a menos de setembro para cá, para um total de 13,3 mil carteiras. O patrimônio somava R$ 1,660 trilhão ao fim de junho, redução de 1,71% em relação à foto de 12 meses atrás.

"Tem muito fundo que tem diminuído de tamanho e a gente já está vendo alguns casos de junção de equipes, a assunção de uma gestora por outra, algum movimento de consolidação é esperado em momentos como este, quando determinada classe da indústria experimenta redução relevante", disse Pedro Rudge, diretor da Anbima, ao comentar os resultados do setor no primeiro semestre. "Determinados fundos e gestores tiveram que questionar se faz sentido continuar com fundos tão pequenos dada a necessidade de remunerar as pessoas."

O movimento percebido desde os últimos meses de 2023 coincidiu com o período que antecedeu a taxação dos fundos fechados exclusivos e restritos com o "come-cotas", o imposto semestral que já incidia nas carteiras condominiais abertas (renda fixa, multimercados e cambiais), destinadas ao público geral. Boa parte dos fundos usados para gestão patrimonial de famílias ultrarricas estava sob a casca de multimercados e as estruturas foram revisadas por causa da tributação desses veículos a partir deste ano.

Os contribuintes de alto patrimônio optaram pela atualização dos seus estoques de lucros para ter acesso à alíquota diferenciada de 8%, um desconto em relação aos 15% do come-cotas para carteiras de longo prazo.

"Tem a ver com reestruturações iniciadas em outubro, e a gente continua a ver eventuais fechamentos e liquidação de fundos porque também não captaram e não performaram tão bem", disse Rudge. "Os gestores têm tido dificuldade de ter rentabilidade boa nos últimos meses em função do ambiente mais desafiador, com dúvidas no mercado externo e com o equilíbrio fiscal no Brasil."

Rudge comentou que a Anbima conseguiu identificar de 300 a 400 fundos que foram transformados em outros veículos.

Com a fraca performance dos últimos 18 meses, a tolerância a resultados aquém dos esperados ficou menor. No fundo fechado, as famílias conseguiam compensar perdas e ganhos e o diferimento do imposto de renda dentro da estrutura minimizava o sentimento de aversão a risco em janelas de retorno mais adversas.

Serviços de assistência importam mais que sinistro no NPS de seguro, diz Bain

Sérgio Tauhata
De São Paulo

Os serviços de assistência — ou seja, benefícios que podem ser utilizados durante a vigência de uma apólice — podem elevar em até 19 pontos o NPS (Net Promoter Score, métrica de satisfação dos clientes) de uma seguradora, indica pesquisa realizada pela consultoria Bain & Company, que criou a metodologia do indicador. A utilização de serviços como eletricista e encanador, no caso de produtos residenciais, ou carro reserva e guincho, nas proteções para veículos, tem quase o dobro de impacto de eventos de sinistro em termos de avaliação de satisfação de clientes.

A pesquisa NPS Prism, feita com cerca de 8 mil usuários de seguros auto, vida e residencial, mostra que uma boa experiência durante a assistência pode elevar o NPS, em média, até 14 pontos, enquanto um sinistro pode reduzir o indicador em até oito. O impacto varia de acordo com o tipo de seguro. Isso porque os clientes utilizam mais assistências em algumas modalidades. O maior impacto dos benefícios ocorre nos produtos vida e residencial, com maior nível de satisfação e indicações.

A experiência positiva no uso de assistências no seguro de vida pode trazer uma vantagem de 19 pontos. Trata-se do maior nível de oscilação entre os tipos de apólices pesquisadas. O destaque se deve, em parte, à menor quantidade de interações dos consumidores com o produto após a contratação. "Por isso, a assistência se torna um fator crucial para o engajamento contínuo com a seguradora e o produto", diz o relatório.

O levantamento aponta ainda que o mercado de seguro de vida tem um grande espaço para aumentar a utilização dos benefícios atrelados à apólice. Enquanto 16% dos consumidores de seguro auto e 19% dos clientes do residencial utilizam a assistência, apenas 4% dos clientes do vida experimentam serviços extras.

Entre as diferentes assistências oferecidas, aquelas com perfil emergencial são as mais apreciadas. No auto, o guincho e o carro reserva são os mais valorizados, com 67% e 42% de relevância, respectivamente. No seguro residencial, destacam-se o eletricista, reparo de eletrodomésticos, chaveiro e encanador, todos com, no mínimo, 25% de relevância. Já no seguro de vida, os principais serviços são internação, check-up médico, funeral e consulta médica, todos com pelo menos 30% de importância.

Em relação a sinistros, o seguro auto apresenta uma alta sensibilidade a eventos do gênero. Os clientes que passaram por uma situação de acionamento da apólice nesse tipo de produto são aqueles que menos fazem recomendações para terceiros. Outra descoberta da ferramenta é que, em geral, os segurados que passam por sinistro exibem maior propensão de trocar de seguradora, independentemente do produto contratado. No entanto, a possibilidade chega a ser quase duas vezes maior entre os consumidores de seguro residencial.

Segundo Silvio Marote, sócio da Bain, dentro do conceito dos seguros, poucas pessoas vão efetivamente precisar da abertura de um sinistro, "senão a conta não fecha". Entre os entrevistados, menos de 8% passaram por uma jornada de sinistro. "Mas quando a gente fala de assistência, vai variar de acordo com o produto, mas, tipicamente, a utilização alcança de duas até quatro vezes a quantidade de sinistros", explica o especialista.

A pesquisa revela que clientes que fazem uso dos serviços assistenciais disponibilizados avaliam, no geral, os seguros com notas bem mais altas, em média, 15 pontos acima daqueles que não utilizam as facilidades.

A pesquisa também levantou, entre os episódios de sinistro e assistência, as três causas que mais impactam negativamente o NPS das seguradoras. No caso de sinistro, a falta de clareza e lentidão na abertura geram perdas de mais de 100 pontos no score. Em relação à assistência, o tempo de atendimento é o fator com maior diferença, com disparidade de 92 pontos no NPS, identificado entre clientes de seguro auto.

"Com frequência parece que pessoas que não utilizaram o seguro avaliam mal", diz Marote. "Na hora de renovar as pessoas pensam: por que vou renovar se não usei? A utilização de assistências ajuda com isso, desde que a experiência tenha sido boa, ou seja, a utilização de assistências ajuda a puxar a satisfação do cliente para cima", avalia.

O sócio da Bain explica haver uma mudança de estratégica para a indústria na oferta de benefícios atrelados à apólice. "Tem uma mudança de comportamento e uma evolução na proposta de valor em relação a esses produtos para que os clientes possam utilizar serviços atrelados."

Marote lembra ainda que, no ciclo de sinistros, a frequência de uso é uma vez a cada dez anos. "Uma pessoa que passou por um sinistro tem uma experiência de estresse que a impacta muito. Nesse sentido, a seguradora precisa pensar na jornada desse cliente, desde a notificação até chegar a parte de ter a indenização. O quão fácil e simples é fazer a abertura de sinistro, ter um retorno rápido sobre se o sinistro vai ser pago ou não. Muitas seguradoras têm partido para ter produtos mais baratos e com coberturas simplificadas, porém, isso pode ser uma frustração, se as pessoas acreditavam estar cobertas, mas não tiveram sinistro aceito. Tendo sido aceito, tem todo o processo de reparo e ressarcimento. É preciso ter sensibilidade de que os clientes estão passando por um processo delicado."

DIVULGAÇÃO

> "Clientes que usam assistências avaliam, no geral, os seguros com notas de satisfação bem mais altas"
> *Silvio Marote*

Como viajar sem gastar demais com hospedagem?

Consultório financeiro

O que observar para não gastar muito com hospedagem durante viagens?

Harion Camargo, CFP, responde:

Viajar é uma experiência enriquecedora para qualquer pessoa, porém os custos associados podem ser um desafio. Entre os diversos gastos de uma viagem, a hospedagem geralmente se destaca como uma das despesas mais consideráveis. Contudo, com planejamento cuidadoso e algumas estratégias inteligentes, é possível reduzir significativamente os custos com hospedagem, garantindo uma estadia confortável e econômica.

Uma das primeiras considerações ao procurar economizar em hospedagem durante uma viagem é o planejamento antecipado. Reservar acomodações com antecedência não apenas oferece uma variedade maior de opções disponíveis, mas também pode resultar em tarifas mais acessíveis. Os hotéis e estabelecimentos de hospedagem tendem a aumentar os preços à medida que a data da viagem se aproxima. Então, garantir a reserva com antecedência pode significar economias consideráveis.

Manter-se flexível em relação às datas da viagem e aos destinos também pode proporcionar oportunidades para economizar. Às vezes, ajustar a programação em alguns dias possibilita tarifas mais baixas, especialmente evitando períodos de alta temporada. Além disso, explorar destinos menos populares frequentemente significa encontrar hospedagem mais acessível e uma experiência mais autêntica.

Ao reservar hospedagem, é importante não se limitar a um único site de reserva. Explorar várias plataformas on-line e comparar preços é fundamental. Embora sites de reserva populares possam oferecer conveniência, reservar diretamente com o hotel ou estabelecimento de hospedagem pode resultar em tarifas mais baixas em muitos casos. É importante, também, verificar o site oficial do estabelecimento, que às vezes oferece promoções exclusivas.

Além dos hotéis tradicionais, existem várias alternativas de hospedagem que podem ser mais econômicas. Albergues, pousadas, hostels, "couchsurfing", apartamentos de temporada e serviços de hospedagem compartilhada frequentemente oferecem tarifas mais acessíveis. Ao considerar essas opções, é importante avaliar as necessidades e preferências pessoais, garantindo que a acomodação escolhida atenda aos padrões de conforto e segurança.

Para indivíduos que viajam com frequência, a adesão a programas de fidelidade de hotéis pode ser uma estratégia inteligente para economizar em hospedagem. Esses programas frequentemente disponibilizam benefícios exclusivos, como descontos em hospedagem, "upgrades" de quarto e pontos que podem ser trocados por noites gratuitas. Além disso, muitos hotéis oferecem descontos especiais para membros de grupos específicos, como estudantes, idosos ou membros de organizações. Em alguns casos, é possível negociar tarifas de hospedagem diretamente com o hotel, especialmente durante períodos de baixa temporada ou no caso de reservas de última hora. Não hesitar em entrar em contato com o hotel e perguntar sobre possíveis descontos ou ofertas especiais disponíveis é uma estratégia válida.

Em resumo, economizar em hospedagem durante viagens requer um pouco de planejamento, pesquisa e flexibilidade. Seguindo essas dicas e estratégias, é possível desfrutar de uma experiência de viagem memorável sem estourar o orçamento. Cada viagem oferece uma oportunidade única para explorar o mundo e criar memórias duradouras, e encontrar acomodações confortáveis e acessíveis é apenas o primeiro passo para uma aventura inesquecível.

Harion Camargo é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP® (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: contato@harioncamargo.com

Câmara
Projeto prevê mudanças em tributação de investimentos em bolsa de valores
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Desafios de comunicação em planos de saúde
E2

CNJ
Suspenso cadastro no Domicílio Judicial Eletrônico
valor.globo.com/legislacao

Civil Decisão da 1ª Turma validou cláusula compromissória, assim como sua sucessão para o governo

STJ obriga União a adotar arbitragem para tentar receber indenização milionária

Marcela Villar
De São Paulo

Um pedido de indenização da União pela rescisão do contrato firmado entre a extinta Ferrovia Paulista S/A (Fepasa) — estatal incorporada ao governo federal — e um consórcio de empresas brasileiras e europeias terá de ser resolvido por arbitragem. Após um trâmite judicial de 25 anos, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) validou, de forma unânime, a cláusula compromissória do contrato, assim como sua sucessão para a administração pública — neste caso, a União. O valor pedido era de US$ 72,5 milhões quando a ação foi proposta, em 1999.

As cláusulas compromissórias são hoje um padrão nos contratos públicos. Por meio dela, as partes acordam que eventuais conflitos serão resolvidos via arbitragem e não pelo Judiciário. Para os ministros, a validade da cláusula independe de ela ter sido firmada antes da nova Lei de Arbitragem, nº 13.129/2015 — como defende a União.

DIVULGAÇÃO

Gilberto Giusti: União tem que respeitar a sucessão do contrato, que leva consigo a cláusula compromissória

A decisão pode obrigar o governo federal a entrar, pela primeira vez, com o procedimento contra uma empresa, e não o contrário. Em todos os casos em que atuou ou atua, a União é ré, saindo vitoriosa em praticamente todos os processos já julgados.

O entendimento da 1ª Turma, segundo especialistas, é um importante precedente por tratar da União como demandante e ratificar que a cláusula compromissória continua valendo em caso de incorporação — mesmo envolvendo a administração pública. O contrato, afirmam, é herdado como um todo, junto com a previsão que permite levar o litígio para um tribunal arbitral.

A União entrou com o pedido de reparação contra as empresas após assumir as dívidas da Fepasa da década de 1990. Ao incorporar a estatal na Rede Ferroviária Federal (RFFSA) — também extinta —, herdou o contrato firmado entre a empresa paulista e o Consórcio Brasileiro Europeu (CBE), que iria eletrificar as linhas férreas do interior do Estado de São Paulo. A rescisão foi solicitada pela Fepasa porque uma das companhias do consórcio entrou em concordata (o equivalente a recuperação judicial hoje), o que autorizava a rescisão.

Ao analisar o caso, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) entendeu que o pedido de indenização não poderia ser levado à arbitragem. Para os desembargadores, a cláusula compromissória seria ineficaz, por conta de o contrato ter sido firmado em 1976, antes da edição de lei sobre arbitragem — a primeira foi publicada em 1996 e atualizada em 2015.

O outro argumento foi de que a União não poderia assumir os ônus do contrato firmado pela Fepasa, apesar de tê-la incorporado a seu patrimônio, pois tratava-se de direitos indisponíveis (intransferíveis), os quais não podem ser submetidos a esse tipo de demanda.

Até então, as decisões tinham acatado a tese do governo. Em nota ao **Valor**, a Advocacia-Geral da União (AGU) defende que "somente passou a poder se submeter à arbitragem com o advento da Lei 13.129/2015. Antes disso, a submissão do ente público ao procedimento arbitral somente poderia ocorrer em havendo autorização legal específica".

A AGU ainda diz que o precedente do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso Lage seria inaplicável à ação da Fepasa, porque naquele processo havia autorização legal específica. Esse julgamento foi um divisor de águas, pois validou a possibilidade de o poder público se submeter ao juízo arbitral (AI 52181).

Para o relator no STJ, o ministro Paulo Sérgio Domingues, o entendimento da União "contraria a orientação dominante na doutrina especializada". Domingues justifica o voto com a súmula 485 do STJ: "A Lei de Arbitragem aplica-se aos contratos que contenham cláusula arbitral, ainda que celebrados antes da sua edição" (REsp nº 2143882).

Na visão dele, a cláusula permanece válida em sucessões, como no caso da incorporação da Fepasa pela União. "Seja pela validade da cláusula compromissória, seja pela imposição ético-jurídica de que sejam preservadas as legítimas expectativas dos contratantes, deve-se aplicar no caso dos autos o entendimento que preconiza a transmissibilidade desse tipo de cláusula em caso de sucessão", diz o relator, no acórdão, que declarou extinta a ação judicial sem resolução do mérito.

Segundo a advogada e professora Selma Lemes, referência na área pela pesquisa anual "Arbitragem em Números", o caso é paradigmático. "O Supremo esclareceu que não havia impedimento, que a característica para poder participar era o poder de contratar. Se o Estado tem poder de contratar, tem o poder de optar por arbitragem", afirma Selma.

Antes da lei, acrescenta, havia algumas interpretações restritivas. "Mas nunca houve impedimento. A lei apenas referendou algo que o STF já tinha dito", reforça. Ela lembra que o STJ já definiu que a arbitragem é matéria de direito processual, ou seja, aos casos novos ou em curso se aplica a lei processual vigente.

Hoje, a administração pública é usuária comum das câmaras arbitrais. Como consta na última pesquisa Arbitragem em Números, era parte em pouco mais de 10% dos casos e sua participação cresceu em 33%.

O advogado Gilberto Giusti, sócio do Pinheiro Neto Advogados, que representou empresas do consórcio na ação, afirma que é o processo mais longo que ele cuida no escritório. O contrato teve mais de 20 aditamentos, sendo o último em 1994. O projeto foi todo modificado, a ponto de o governo de São Paulo não querer mais a eletrificação. "Só que nesses 20 anos as empresas produziram as locomotivas, que ficaram anos paradas no porto de Calais, na França, esperando autorização para vir para o Brasil. Outras ficaram paradas no interior de São Paulo", diz.

A decisão é importante, na visão dele, pois é a primeira da 1ª Turma que respaldou a arbitragem. "Se [o acórdão] fosse o contrário, seria um abalo muito grande. Todo esse trabalho feito pela própria União ia ser um tiro no pé, porque seria um prato cheio para reverter tudo que a gente vinha conquistando até agora na arbitragem", diz Giusti, elogiando o trabalho do Núcleo Especializado em Arbitragem (NEA) e da Equipe Nacional de Arbitragens (Enarb), da AGU.

Segundo ele, a tese sustentada no caso foi aplicada pelas procuradorias gerais dos Estados, onde havia ainda incertezas sobre o uso da arbitragem. "Se havia alguma dúvida das procuradorias estaduais, essa decisão vai ser o grande pacificador. Não importa se a cláusula foi firmada antes de 2015 ou 1996. Sendo uma cláusula válida, a União tem que respeitar a sucessão do contrato, que leva consigo a cláusula compromissória", afirma.

Giusti diz que as empresas também podem entrar com a ação arbitral, mas isso ainda não foi decidido. De acordo com ele, elas cumpriram com o cronograma e merecem indenização pelos custos ao longo do contrato. Mas, pela duração do processo, o ideal seria uma resolução consensual, por mediação. Além disso, haveria uma dificuldade na produção de provas, pois o contrato é de quase 50 anos atrás. "Hoje, se for examinar, é tudo ferro velho."

A AGU tampouco sabe se levará o caso à arbitragem ou mediação. Como o prazo para recurso é até agosto, só se posicionará depois disso. O órgão diz ainda que a modalidade do contrato era do tipo "turn-key", em que os pagamentos não tinham relação direta e proporcional com a entrega física do empreendimento. Por isso, "quando foram pagas as primeiras parcelas dos sinais sem nenhuma realização física, ficou caracterizada uma relação físico-financeira em manifesto desequilíbrio, que somente seria estabilizada na conclusão do objeto contratual de cada sistema".

Carf determina tributação de árbitro na pessoa física

Beatriz Olivon
De Brasília

A 2ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) decidiu que árbitros judiciais devem ser tributados na pessoa física, com alíquota progressiva de até 27,5%, e não por meio de pessoa jurídica, com alíquota máxima de 15%. Essa é a primeira decisão da última instância do tribunal administrativo sobre o tema e contraria orientação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

No caso, um advogado que atuou em arbitragens recebeu uma cobrança de Imposto de Renda relativa ao período de 2010 a 2012, no valor de R$ 1,35 milhão mais multa proporcional de R$ 1 milhão e juros de mora.

Durante procedimento fiscal realizado em 2014, ele foi intimado a informar os valores recebidos a título de honorários pela atuação como árbitro em câmaras de mediação e arbitragem. O advogado alegou que os valores relativos às arbitragens em que atuou foram recebidos pela sociedade de advogados em que era um dos sócios.

No processo, a Receita Federal alega que as atividades de natureza civil ou comercial praticadas com o fim especulativo de lucro devem ser tributadas por contribuintes pessoas jurídicas, enquanto rendimentos do trabalho pessoal, como salários, devem ser tributados como rendimentos de pessoas físicas.

Indica ainda que o fiscalizado não exerceu a função de árbitro em nome da sociedade, já que a legislação que regulamenta a atividade (Lei nº 9.307/1996) estabelece que ela deve ser prestada por pessoa física em seu próprio nome, impossibilitando que a tributação dos honorários obtidos pelo seu exercício seja feita na pessoa jurídica.

O advogado, por sua vez, alegou que a atividade de árbitro é uma das possibilidades de exercício da advocacia e que o árbitro se utiliza de todos os recursos humanos e físicos do escritório em que é parte. Por isso, defendeu que os honorários podem ser recebidos e tributados pela sociedade.

Em julgamento realizado em 2021, a 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção havia decidido que o exercício da arbitragem, embora não seja privativo de bacharel em Direito, está inserido na advocacia, por isso os honorários podem ser recebidos e tributados pela sociedade de advogados. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), então, recorreu e o caso foi julgado pela 2ª Turma da Câmara Superior em junho.

De acordo com Joaquim Muniz, presidente da Comissão de Arbitragem da OAB-RJ e do Conselho das Câmaras de Arbitragem do Brasil, a decisão tem repercutido no meio, porque há uma autorização expressa da OAB. "O árbitro projeta que terá um certo rendimento, se o Fisco tributa de forma diferente, o preço [cobrado pelo serviço de arbitragem] muda", afirma.

Por isso, segundo Muniz, que também é sócio e membro do comitê administrativo do Trench Rossi Watanabe, o entendimento do Carf pode levar a impacto econômico, tornando as arbitragens mais caras. "O pior é a falta de segurança jurídica."

O entendimento é controverso, diz, porque consta na "Lei do Bem" (nº 11.196, de 2005) que serviços pessoais podem ser faturados na pessoa jurídica. A norma estabelece que, para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de obrigações a sócios ou empregados de sociedade prestadora de serviços, quando realizada por ela, se sujeita apenas à legislação aplicável às pessoas jurídicas.

Para o advogado, o pagamento na pessoa jurídica pode ser feito para Simples ou Microempreendedor Individual (MEI) — que têm tributação reduzida. Mas, em geral, aplicam-se as alíquotas de 10% a 15%, enquanto na pessoa física a tributação é de 27,5%. Além disso, acrescenta, há o risco de os árbitros caírem na malha fina. "É muito pior, cobra multa e juros e sobre os últimos cinco anos, além de dobrar a tributação. Pode sair uma conta muito cara", afirma Muniz.

O Conselho Federal da OAB já se manifestou, em 2023, sobre a atividade de árbitro ser uma das possibilidades do exercício da advocacia e que os honorários do árbitro deveriam ser reconhecidos como receita da sociedade de advogados (Proposição nº 49.0000.2013.011843-1/COP). "É árbitro, mas na função de advogado. O advogado pode fazer muitas coisas, pode representar uma pessoa, dar aconselhamento fiscal, fazer IR. Há milhares de funções na advocacia", diz Muniz.

O Fisco, acrescenta, "não pode ignorar o que está escrito na lei para arrecadar mais. Ele está ignorando o Estatuto da Advocacia, o que é muito grave, porque pode perseguir diferentes categorias."

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional identificou três manifestações do Carf sobre o tema da tributação dos honorários recebidos como remuneração pela atividade de arbitragem, com divergência. Nas turmas baixas, a primeira instância do Carf, uma das decisões foi pela tributação da pessoa jurídica e outra pela tributação da pessoa física. O segundo caso foi agora à julgamento na Câmara Superior e foi reformado.

Com dois casos e três julgamentos, a PGFN considera que ainda não é possível afirmar que existe um entendimento consolidado na jurisprudência do Carf sobre o tema da tributação dos honorários de arbitragem. "É preciso aguardar que mais casos sejam decididos, para avaliar como a questão será tratada no âmbito do contencioso administrativo fiscal", afirma o órgão em nota.

DIVULGAÇÃO

"Receita não pode ignorar o que está escrito na lei para arrecadar mais"
Joaquim Muniz

Desafios de comunicação em planos de saúde

Opinião Jurídica

André Alves de Lima Bueno

A partir de 1º de setembro, as operadoras de seguro saúde deverão estar ainda mais atentas aos requisitos de transparência e de segurança em plataformas para ativar a comunicação com seus clientes. Esse rigor no diálogo com os usuários dos planos de saúde será necessário para que as operadoras possam atender à Resolução Normativa (RN) 593/2023.

A nova resolução foi criada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) exatamente para garantir mais transparência em comunicados sobre inadimplência e cancelamento de contratados. Publicada em 20 de dezembro passado, a RN 593/2023 deveria entrar em vigor em 1º de abril, mas a ANS resolveu adiar esse prazo.

Na avaliação da ANS, o adiamento foi necessário porque as operadoras precisariam de mais tempo para se organizarem e poderem estabelecer a comunicação de maneira mais adequada com o consumidor. Para esclarecer dúvidas, a ANS elaborou documentos como a Nota Técnica de Análise de Impacto regulatório.

O documento esclarece a forma como essa comunicação deve ocorrer no dia a dia, utilizando meios de comunicação eletrônicos. Segundo a agência, as operadoras devem utilizar meios mais modernos e efetivos para notificarem seus clientes sobre a suspensão de contratos.

A criação da RN 593/2023 traz um caminho para mitigar problemas apontados pelas operadoras de seguro saúde com o modelo vigente, instituído pela Súmula Normativa 28/2015. Até setembro, a notificação sobre inadimplência e cancelamento de contratos precisa ser feita por notificação extrajudicial. Esse modelo, na visão das operadoras, gera insegurança jurídica e mais custos.

Então, a partir da vigência da Resolução Normativa 593/23, as operadoras de planos de saúde poderão notificar o consumidor no formato eletrônico, facilitando a comunicação entre as partes. A nova resolução também estabelece regras específicas para a notificação. A operadora deve notificar o cliente a té o 50º dia de inadimplência e conceder 10 dias para quitação do débito.

Outra exigência é que a exclusão do beneficiário só poderá acontecer se o cliente deixar de pagar, pelo menos, duas mensalidades em um período de 12 meses. Também caberá à operadora comprovar que a notificação foi feita para evitar a invalidação do cancelamento ou a suspensão do contrato.

De acordo com o artigo 8º da RN 593/23, a notificação por inadimplência pode ser realizada de várias maneiras, desde correio eletrônico até mensagens de texto e ligações telefônicas gravadas, sendo obrigatória a confirmação de dados pelo interlocutor. A resolução busca oferecer possibilidades mais amplas de comunicação entre os planos de saúde e s eus clientes, além de conferir mais segurança aos usuários.

Em relação ao rigor na proteção de dados pessoais, embora a mudança trazida pela ANS traga mais opções para reduzir os custos de comunicação, a nova resolução também exigirá que as operadoras mantenham em dia os investimentos em tecnologia e inovação. Outro cuidado inegociável será o aumento do rigor na proteção de dados dos usuários.

É importante observar que a proteção dos dados pessoais dos usuários é uma prioridade para a RN 593/23. O alinhamento à LGPD, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, garante que todas as informações sejam tratadas com o máximo cuidado e segurança.

No atual cenário de transformação digital, a tecnologia tem se mostrado uma aliada indispensável na gestão eficiente de diversos setores. Para as operadoras de saúde, a integração de soluções tecnológicas pode representar um avanço significativo na comunicação com os consumidores, garantindo mais agilidade, precisão e segurança.

Com a alteração do processo de notificação previsto na RN 593/23, as operadoras de saúde deverão gerir os dados com tecnologia de ponta para garantir eficiência na comunicação, centralização da informação, personalização das mensagens e segurança da informação. Nesse contexto, as operadoras que implementarem essas novas práticas estarão na vanguarda do setor, diferenciando-se pela capacidade de responder às demandas do mercado com eficiência e excelência no atendimento. Investir na estruturação de plataformas de gestão para executar as notificações estabelecidas pela nova resolução será, portanto, um diferencial competitivo.

O investimento em tecnologia permitirá, por exemplo, fazer um gerenciamento centralizado das notificações enviadas aos consumidores, aumentando a transparência e aprimorando os requisitos de compliance. Além disso, a centralização e automatização das notificações permitem que as operadoras se concentrem em outras áreas críticas do negócio, como o desenvolvimento de novos serviços e a melhoria contínua do atendimento ao cliente.

A nova resolução promete mais segurança jurídica aos consumidores. Sob o ponto de vista das operadoras, haverá mais facilidade na comunicação e transparência nas regras para a rescisão contratual unilateral sobre um tema muito delicado.

A inovação tecnológica no setor de saúde não é apenas uma tendência, mas uma necessidade para garantir a competitividade e a excelência no atendimento. As operadoras de saúde que investem em plataformas de gestão de notificações estão um passo à frente, preparadas para oferecer um serviço de alta qualidade e se destacar em um mercado cada vez mais exigente e dinâmico.

André Alves de Lima Bueno é advogado e gerente de Produto dos times de Eficiência Jurídica e Cartório Digital da Finch

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00330621112024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90110/2024.
Nº Processo: 024.00063804/2024-18.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demanda Administrativas e Judiciais com e sem determinação de marca comercial.
Total de Itens Licitados: 11 (onze itens).
Valor Total da Licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do Edital: 10/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 11/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 22/07/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 12ª EMISSÃO (IF CRA020003KA / CRA020003KB) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Série da 12ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 12ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de outubro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 12ª Emissão – IF CRA020003KA / CRA020003KB), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

DÉCIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 25ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 25ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Décima Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("10ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **25 de julho de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 10ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 10ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 10ª AGT tem como objetivo deliberar sobre **(i)** a declaração ou a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a falta de pagamento da remuneração dos meses de, outubro, novembro e dezembro de 2023, e janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho de 2024; **(ii)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em decorrência da não recomposição do Fundo de Liquidez; **(iii)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, referente a não recomposição do fluxo de Direitos Creditórios; e **(iv)** a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os demais atos necessários para a implementação das deliberações desta 10ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 10ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e fiduciario@commcor.com.br. A 10ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes à 10ª AGT, nos termos da cláusula 14.8 do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 05 de julho de 2024. Diretora de Securitização

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 9ª EMISSÃO (IF 22F1025672) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 9ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 9ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 24 de junho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 9ª Emissão – IF 22F1025672), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEICULOS RODOVIÁRIOS DE SÃO PAULO
CNPJ 61.594.164/0001-89

Em atenção às disposições legais e estatuárias, especialmente ao artigo 25, "e", convoco os associados deste Sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sociais, a participarem de assembleia geral extraordinária que se realizará, em primeira convocação, às 08h00 do dia 15/07/2024, com o quórum estabelecido estatutariamente, na sede social localizada à Rua Estado de Israel, nº833, bairro de Vila Clementino, nesta cidade, com o fim de tratar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1- Análise e aprovação da proposta recebida pela Diretoria, para a cessão de direitos, por prazo determinado, da área da Colônia de Férias da entidade, localizada na cidade de Praia Grande/SP. Não havendo, na hora acima indicada, quórum para instalação dos trabalhos, a assembleia se instalará e funcionará com qualquer número de associados presentes, às 10h00, no mesmo dia e local, conforme preceitua o artigo 27, III, do Estatuto Social vigente. São Paulo, 06 de Julho de 2024.

LUIZ CARLOS FERNANDES CAPELO
Diretor Presidente.Diretor Presidente

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

OITAVA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 28ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 28ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Oitava Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("8ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **26 de julho de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 8ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 8ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 8ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a declaração ou a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a falta de pagamento da remuneração dos meses de abril, maio, junho e julho de 2024; **(ii)** a declaração ou a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em relação a falta de pagamento da amortização referente ao mês de julho de 2024; **(iii)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, em decorrência da não recomposição do Fundo de Liquidez; **(iv)** a não declaração de Vencimento Antecipado por descumprimento de obrigação pecuniária pela Devedora, referente a não recomposição do fluxo de Direitos Creditórios; e **(v)** a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realize todos os demais atos necessários para a implementação das deliberações desta 8ª AGT, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 8ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e fiduciario@commcor.com.br. A 8ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 14.4 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos votos favoráveis dos Investidores que representem, a maioria dos CRI em Circulação presentes à 8ª AGT, nos termos da cláusula 14.8 do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 05 de julho de 2024. Diretoria de Securitização

BANCO ABC BRASIL S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF nº 28.195.667/0001-06
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Na forma do disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária do Banco ABC Brasil S.A., como segue: **DATA E HORÁRIO:** 29 de julho de 2024, às 12h. **LOCAL:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital via sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, conforme abaixo detalhado. **ORDEM DO DIA:** Examinar proposta do Conselho de Administração sobre: a) Aumentar o capital social da Companhia mediante capitalização parcial do saldo da "Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos", sem modificação do número de ações, em conformidade com o art. 169, § 1º da Lei nº 6.404/76; b) Reforma parcial do Estatuto Social com o objetivo de: (i) alterar o "caput" do art. 7º do Estatuto Social para atualizar o valor do capital social da Companhia, face a capitalização parcial do saldo da "Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos"; e (ii) alterar o parágrafo 8º do art. 7º do Estatuto Social para elevar o valor do capital autorizado da Companhia; c) Ratificar os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **DISPOSIÇÕES GERAIS:** (i) Os acionistas detentores de ações preferenciais não possuem direito a voto nas matérias a serem deliberadas na Assembleia, mas poderão participar de forma digital, observadas as orientações dos itens (ii) a (vi) abaixo. (ii) Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, somente poderão tomar parte e votar na Assembleia os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome em até 3 (três) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, mediante comprovante expedido pela instituição custodiante (Itaú Unibanco S.A.). (iii) Os acionistas poderão ser representados na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão, ainda, ser representados conforme seus atos constitutivos, devendo o mandato ser depositado na sede da Companhia. (iv) Nos termos do artigo 28, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, desde que depositem os documentos necessários para verificação da representação na sede da companhia em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. (v) Não será disponibilizado Boletim de Voto a Distância, visto que a Assembleia Geral Extraordinária, ora convocada, não se enquadra nas hipóteses elencadas pelo Art. 26, §1º da Resolução CVM nº 81/22. (vi) Orientações adicionais para participação por meio de sistema eletrônico serão disponibilizadas no site http://ri.abcbrasil.com.br. Os documentos referentes às matérias que serão deliberadas em Assembleia, bem como as informações exigidas pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas na Sede da Companhia e disponibilizados no site http://ri.abcbrasil.com.br e nos sites da CVM e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

São Paulo, 5 de julho de 2024
ANIS CHACUR NETO
Vice-Presidente do Conselho de Administração

ZAMP S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96 - NIRE 35.300.393.180
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da ZAMP S.A. ("**Companhia**") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 26 de julho de 2024, às 14:00 horas ("**AGE**"), de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e §3º e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), por meio da Plataforma Digital Ten Meetings ("**Plataforma Digital**"), para deliberarem sobre a seguinte matéria constante da ordem do dia: **1.** Aumento do capital social da Companhia no valor de, no mínimo, R$ 268.920.003,60 ("**Valor Mínimo do Aumento**"), mediante a emissão, para subscrição privada, de 78.631.580 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Quantidade Mínima de Ações**") e, no máximo, R$ 450.000.002,16 ("**Valor Máximo do Aumento**"), mediante a emissão, para subscrição privada, de até 131.578.948 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Quantidade Máxima de Ações**"), que conferirão os mesmos direitos atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de emissão por ação de R$ 3,42 ("**Preço de Emissão**"), conforme disposto na Proposta da Administração para a AGE ("**Aumento de Capital**"). **Instruções Gerais: 1. Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados à matéria referida acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia (https://ri.zamp.com.br/), bem como nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e na Resolução CVM 81. **2. Participação dos acionistas na AGE.** Conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução CVM 81, a AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81. **Não haverá possibilidade de comparecimento presencial ou de utilização de Boletim de Voto a Distância (BVD) para a AGE. 3. Apresentação dos Documentos para Participação na AGE.** Poderão participar da AGE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. O acionista que desejar participar da AGE, deverá acessar *website* específico para a AGE no endereço https://assembleia.ten.com.br/794007289, e preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na AGE, conforme indicados no Manual para Participação na AGE, com antecedência mínima de 2 dias da realização da AGE (ou seja, **até o dia 24 de julho de 2024**). **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81.** A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o endereço indicado acima. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação à distância na AGE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, constam do Manual para Participação na AGE, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (https://ri.zamp.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

Barueri, 5 de julho de 2024.
Leonardo Armando Yamamoto - Presidente do Conselho de Administração

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 469ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22A0226257) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 15 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 469ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 469ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 07 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **15 de agosto de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 469ª Série da 1ª Emissão - IF 22A0226257), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00330581342024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90113/2024.
Nº Processo: 024.00063693/2024-40.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demandas Judiciais com e sem determinação de marca comercial e Demandas Administrativas.
Total de Itens Licitados: 26 (vinte e seis) itens licitados.
Valor Total da Licitação: sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 08/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 10/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 24/07/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 325ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0483517) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 325ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 325ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de março de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 325ª Série da 1ª Emissão – (IF 21C0483517), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 310ª, 326ª, 327ª E 328ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21C0710497/ 21C0710683/ 21C0710827/ 21C0710881) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 310ª, 326ª, 327ª e 328ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 310ª, 326ª, 327ª e 328ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de março de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 310ª, 326ª, 327ª e 328ª Séries da 1ª Emissão - IF 21C0710497/ 21C0710683/ 21C0710827/ 21C0710881), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 154ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18I0295213) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 154ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 154ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 15 de outubro de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 154ª Série da 1ª Emissão – (IF 18I0295213), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 478ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22B0945873) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 19 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 478ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 478ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de fevereiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **29 de julho de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de agosto de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI das 478ª Série da 1ª Emissão - IF 22B0945873), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 477ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22B0939885) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 14 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 477ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 477ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 25 de fevereiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **30 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **14 de agosto de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 477ª Série da 1ª Emissão – (IF 22B0939885), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 05 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 129ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0652383) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 129ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 129ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de dezembro de 2015, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 129ª Série da 1ª Emissão – (IF 15L0652383), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 131ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0648916) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 13 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 131ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de dezembro de 2015, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 131ª Série da 1ª Emissão – (IF 15L0648916), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 04 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 260 LOTES - DIA: 10/07/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 10/07/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: LC0CE4CB9R0002867 - 93YRBB007RJ800072 - 3VWHJ6AU0FM044488 - JMYXTGA2WCZA00143 - 3VWDJ2163CM078784 - 93YRBB007NJ037562 - 9BWAG45U8NT062177 - 9BGKR48G0GG139283 - 9BWAG45U0MT004773 - 9BHBG51DAFP502281 - 9BWAG45U3MT003777 - 9BD17122ZG7573575 - 9BWKB05Z154037414 - 9BGRP48F0EG242972 - 9BD17206G73306194 - 9BGRG08F0CG282530 - 9BWAA05W2CP022324 - 9BGRX08F0BG206690 - LVVDB12B9BD170777 - 9362LKFW09B035584 - 3N1AB6AD8DL604488 - 9BWAA05W09T120025 - 8BCLDRFJ28G546207 - 9BFZF26P378121824 - 9BD196271D2090800 - 9BGKS48B0DG215563 - 8AFER13P5BJ393784 - 99Z0B2703JZG08054 - 9C2MD4110PR015524 - 9C2KF5210PR001495 - 9C2KC2500LR055007 - 9C2KC1670FR015351 - 9C2JC4830LR009908 - 9C2KC2200LR016973 - 9C2KD0810GR410875 - 9C2KC2210MR049647 - 9BFZC52P6AB894622 - 9BGKS69V0JG298348 - KNABX514ACT259459 - 9BD15802AA6329241 - 9BWDH5BZ5KP551432 - 9BFZK53A99B133818 - 9BD13561392111171 - 9BFZH55L1L8422287 - 9BWAB45Z4E4067932 - 9BGKL48U0JB235218 - 9BWAA05U5CP037382 - 935FCKFVYCB577459 - 9BM951111RB351694 - 93KK0R1C0ME169359 - 95355FTE6PR045818 - 9BM958471DB905071 - 9C2KC2200NR228764 - 9C2KC2200RR218037 - 9C2KC2210NR102358 - 9BWLB05U3CP008694 - 8AD3DRFJRAG008936 - 9BR53ZEC258597756 - 8BCLCRFJVCG527317 - 9BWAB41J3B4001724 - 9BD17102ZF7531997 - 3GNAL7EC0BS682243 - 9BWAB05U19T079139 - KMHTC61CBCU036899 - 3FADP4YJ3EM237366 - 8AGBN68S0HR144504 - 9BHBG41CAJP842116 - 9BWDG45U3LT058371 - 8A1BB8B059L145135 - 9BWAA05U2AT013352 - 3CZRE28709G501159 - 9BFZF55P6D8390124 - 9BGXH19607C134456 - 93HGE57408Z206579 - 9BFZK53A5CB367560 - 9BWDA05U5CT007593 - 9BFZF55A7D8400171 - 9BGSU19F0BB233437 - KMHDC81EBBU101299 - 9362NN6AXBB023254 - 9BD17140A62631600 - 9BWKB05Z484085560 - 9BGKS48G0GG169142 - 9BHBG51CAFP348164 - 9BGPB69M0DB178703 - 8AWPB05ZX7A305454 - 9BD11985441018523 - 9BWKB05UXDP186146 - 9BD27833MA7230997 - 9BGCS80X0DB119102 - 9BWKB05W19P136471 - 9BD27804DA7193577 - 9BGAB69W08B192948 - 9BFZE14N358599740 - 9BGTR48C0AB250288REM - 9BFZE12P268625900 - 9BD17164G85024605 - 8AGCN48X0DR115658 - 9BFZF54P6D8453370 - 93YLSR1TH9J148164 - 9BGJC69X0DB318372 - 9BFZE16P788903414 - 9BD119609E1114379 - 9BWAA05U1AP000455 - 9BFZH55L4K8313238 - 8AGCN48X0BR133965 - 9BWAB45Z8F4023787 - 9BGXM68809C102831 - 9BWAA05U39P000999 - 9BD17206G83401832 - 9362NKFWXAB022509 - 9BD17122LF5971813 - 9BGSU19F0DB238199 - 9BWCA05W78P086715 - 9BGJB69X0DB175574 - 93YBB0Y056J715691 - 9BGTT69B04B108398 - 93Y4SRD04FJ746227 - 9BGXH19005C118362 - 93HFA6630AZ213815 - 9BD19231RA3095632 - 9BD195152B0039563 - 8BCLCN6BYBG531322 - 9BD11812EE1291221 - 9BGRX48908G224375 - 9BGRP48F0CG298659 - 9BFYCTET34BB34650 - 9BD197163D3092244 - 93YRBB008JJ011949 - 9BD37417SG5092712 - 935FCKFVYBB540730 - 8AFFZZFFC9J299908 - 9BWAB05U39T142225 - 9C2PC4820RR000170 - 9C2KC2500RR036040 - 9C6RG3850R0055331 - 9C2JC7000NR058617 - 9C2KF5210RR000484 - 9C2JC7000HR203072 - 9BWCB05W78T104473 - 935FCKFVYBB510157 - 9BGPB68M0EB165705 - 9BHCN51AANP305447 - 98861115XHK128529 - 94DFCUK13GB100167 - 98RDB22B9NA009748 - 8A1BB8215GL757733 - 9BD27803A87091575 - 9BD195102C0194827 - 935CHRFN26B501336 - 9BD195102E0611570 - 8AFSZZFFCEJ209923 - 935SUN6AYBB571528 - 9BWAA05U4BT106066 - 93YBSR8VNDJ448831 - 9BWAG4122HT505741 - 8BCLCRFJYDG504510 - 9BFZH55L9K8254848 - 93HGE68509Z107152 - 9BWAB45ZXD4142454 - 93YHSR6R3DJ662640 - 9BFZH55L1K8240670 - 93HGM2620BZ116109 - 9BWAA05U89T232425 - 9BD19515ZF0692812 - 9BWCA05W16T188872 - 9BWDB45U3JT011577 - 935FCKFV87B528498 - 9BWAA05U3CP007555 - 9C2KC2500PR013013 - 8AFFZZFFC9J220982 - 9BGSA1910AB134505 - 9BWCA05X73T008041 - 8BCLCN6BYBG511948 - 9BGAB69W07B187060 - 9BWAA05Z294040116 - 93YLB26256J628280 - VF7UARFJ29J005739 - 9BWKA05Z884005065 - 93YRBB004JJ380940 - 9BWCA05W56P054522 - 935FCKFVYAB511427 - 8AGSA1910AR124900 - 3VWPE61K9CM606446 - 9BFZH55L5K8347379 - 9362AKFWXAB010347 - 9BGRD08X03G135376 - 9BFZF55A3B8161327 - 95PZCN7HPAB015811 - 95PZBN7KPDB051015 - 9BGRG08F0DG223624 - 9BWAA05U5AT219720 - 9BGAC69M09B162339 - 9BGKT48L0EG224319 - 9BFZF55A9A8007980 - 93Y4SRZ85NJ058807 - 9BHCN51AAPP383411 - 9BD195102F0631744 - 93Y5SRF84LJ884739 - 9BGJC69X0CB328173 - 9BWDL5BZ9NP021001 - 9362MKFW09B019323 - 9BWAA05U2BT128163 - 93Y5SRFH4LJ839746 - 9BWCH6CH1NP012382 - 9BGKS48U0HG226624 - 8AFAR23N6KJ132666 - 9C2JF8500RR004348 - 93YBSR7RHBJ697586 - 9BGRP69X0CG145384 - 9BWAB45U9EP124418 - 3FAHP08Z48R153757 - 93YLB2R1F6J644888 - 9BRK19BT1F2038960 - 93YLM2M3H8J959155 - 9BFZF55P6B8125846 - 9BD341A5XJY531684 - KNAFW411BB5859628 - 9BGKL48U0JB113747 - 9C2PC4820JR000253 - 8AFPZZFHA8J114498 - 9BFZH55J2J8030852 - 9BGEB76H0PB115374 - LJ1EEKPP7P7402102 - 9BRBY3BE8P4046618 - KMHJM81BAAU092535 - 9BD358A4NLYK19611 - 9BGXH68P0AC200113REM - 93YBSR86HDJ565594 - 8AP372110E6082435 - 9BHBG51CAKP943294 - 8BCND5GVUJG520123 - 9BFZB55H4E8847843 - 9BD2651PAN9202440 - 9BGXL80P0AC191007REM - 8AJFY29G1E8553097 - 9BD27802MA7189499 - 3CZRE2870BG501473 - 9BRKC3F32L8078359 - 9536Y826XFR502095 - 93HGM2620BZ103296 - 9BGXL68609B183273 - 935SDN6AYCB548155 - 93YJA1D325J630833 - 93XLJKL1TLCK26504.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região Central de Guaianazes/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região central de Guaianazes/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC GUAIANAZES. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 205,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje na cobertura e próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Sansão Castelo Branco; Rua General Americano Freire; Rua Serra dos Cristais; Rua Alexandre Monat; Rua Amâncio de Moura; Rua Bom Jesus da Penha; Rua Getulina; Rua Gaspar Aranha; Rua Salvador Gianetti; Rua Hipólito de Camargo; Rua Saturnino Pereira; Estrada Nossa Senhora da Fonte; Rua Professor Francisco Pinheiro; Rua Caranaíba; Rua: Belmiro Valverde; Rua Otelo Augusto Ribeiro e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568 ou com Edimarques Santos, e-mail edimarques@correios.com.br, telefone (11) 4313 8053.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Gerente COPER/GERAT SE/SPM

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região do Bairro da Liberdade/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do bairro da Liberdade/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC LIBERDADE. Nesse sentido, o imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 333,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje na cobertura, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse: Avenida Liberdade; Rua da Glória; Rua São Joaquim; Rua Conselheiro Furtado e outras ruas dentro do perímetro que atendam ao interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568 ou com Edimarques dos Santos, e-mail edimarques@correios.com.br, telefone (11) 4313 8053.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR
89206320 SE/SPM

Correios

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial Andar Térreo na Região de Mairiporã/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial andar térreo na região de Mairiporã/SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC MAIRIPORÃ. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente, 122m² de área interna e largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje ou gradil de ferro na cobertura, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Rua Duque de Caxias; Rua XV de Novembro; Rua Pio XII; Rua dos Expedicionários; Rua Dom José de Maurício da Rocha; Rua Ipiranga; Rua Coronel Fagundes; Rua Zinho Marquês; Largo do Rosário; Rua Olavo Bilac; Alameda Tibiriçá; Rua Domingos Ortiz; Rua Brasil; Rua Odorico B. da Silva; Rua Guararapes; Dom Jaime de Barros Câmara; Rua Max Mangels Sênior; Avenida Caminho do Mar; Avenida João Firmino; e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568 ou com Edimarques Santos, e-mail edimarques@correios.com.br, telefone (11) 4313 8053.

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
89206320 SE/SPM

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISOS DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90044/2024. Objeto: Prestação de serviços de logística e transporte para movimentação de 2 semirreboques do Programa Poupatempo, compreendendo a desmontagem, deslocamento e montagem em roteiros preestabelecidos pela Prodesp / Poupatempo para atendimento entre bairros da capital e/ou municípios do Estado de São Paulo. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 25/07/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90039/2024 - Objeto: Prestação de serviços especializados para movimentação de equipamento de armazenamento de dados Storage High End Multiplataforma - Hitachi VSP 5500, consistindo nas atividades de planejamento, documentação e execução da movimentação do equipamento do local de origem para o local de destino. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 25/07/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "enegociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

BRK Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.396.489/0001-20 – NIRE 35.300.489.748 – Companhia Aberta – Categoria A

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária de 25 de julho de 2024, às 10:00 horas

Ficam convidados os Senhores Acionistas da BRK Ambiental Participações S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada no dia 25 de julho de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital (videoconferência), considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Proposta da Administração da Companhia para incorporação, pela Companhia, da BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. ("BRK CNP") e da BRK Ambiental – Rio das Ostras Participações S.A. ("BRK RDOP"), com a subsequente extinção da BRK CNP e da BRK RDOP, com o objetivo de redução dos custos gerais e administrativos (G&A) da Companhia. **Informações Gerais**: Poderão participar da Assembleia os Acionistas titulares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia, que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia. Os Acionistas, para tomar parte e votar na Assembleia, deverão provar, mediante documentação original ou cópia (dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma) enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia, podendo comparecer por si, por seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos comprobatórios. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, sendo assim, a participação do acionista na Assembleia somente poderá se dar por meio do acesso via sistema eletrônico para participação a distância ("Plataforma Digital"). Após a apresentação dos documentos mencionados acima, o Acionista receberá, por e-mail, o link para acessar a Plataforma Digital. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), as informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia e à participação e votação pelos acionistas, incluindo este Edital e a Proposta da Administração. Os Acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone +55 (11) 3830-2000 ou via e-mail: riambiental@brkambiental.com.br. São Paulo/SP, 04 de julho de 2024. ***Luiz Ildefonso Simões Lopes –*** *Presidente do Conselho de Administração.*

ESTADO DE MATO GROSSO

SEAF - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2024/SEAF/MT
SEAF-PRO-2024/00852

O Pregoeiro Oficial da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar/SEAF-MT, designado pela Portaria nº. 0012 de 22/05/2024, publicada no Diário Oficial do Estado/MT nº 28.735 em 03/05/2024, TORNA PÚBLICA a abertura do Pregão Eletrônico SRP nº 003/2024/SEAF/MT.

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de VEÍCULOS DE CARGA SEMIPESADO TIPO BAÚ com (potência nominal máxima de no mínimo 160cv, tração 4x2), CAMINHÃO TRUCK (tração 6x4 caçamba basculante 12m³) e CAMINHÃO PIPA (tração 6x2 potência mínima de 255 CV) para atender as demandas da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEAF-MT), de acordo com as especificações do termo de referência, edital e seus anexos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SIAG: entre os dias 08/07/2024 a 17/07/2024, período integral. No dia 18/07/2024, data de abertura da sessão, o horário máximo de aceitação será às 08h00min – horário local (Cuiabá/MT).
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: Dia 18/07/2024 às 08h00min – horário local (Cuiabá/MT), através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital está disponível na internet no Portal de Aquisições Governamentais. Link de acesso: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**
TODAS AS PUBLICAÇÕES REFERENTES A ESTE PREGÃO SERÃO DIVULGADAS NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO Link de acesso: **https://www.iomat.mt.gov.br/**
DÚVIDAS/ ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES: **pregao@agriculturafamiliar.mt.gov.br.**
TELEFONE PARA CONTATO: (65) 3613- 6251.

Cuiabá, 05 de julho de 2024.
(ORIGINAL ASSINADO)
MAX PAULO MENDES - Pregoeiro Oficial da SEAF/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 050/2024 – EDITAL 052/2024 – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E OU REMOÇÃO DE PACIENTES EM AMBULÂNCIA TIPO UTI MÓVEL, ATENDIMENTO: ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL, COM MÉDICO E A CENTRAL DE ATENDIMENTO/ MONITORAMENTO 24 HORAS, DESTINADO À REMOÇÃO DE PACIENTES DO SUS DENTRO E FORA DO ESTADO, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DESTE EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 11/07/2024 até 26/07/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 26/07/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 10/07/2024. Ituverava-SP, 05 de julho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.